



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE (PPGPROCIDADE)

JHONIER SILVA SANTOS DUARTE

**Enclaves periféricos de segregação socioespacial: região
sudeste de Goiânia**

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Jhonier Silva Santos Duarte

3. Título do trabalho

ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Christine Ramos Mahler, Professora do Magistério Superior**, em 03/08/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jhonier Silva Santos Duarte, Discente**, em 06/08/2023, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3925917** e o código CRC **A93C0989**.

JHONIER SILVA SANTOS DUARTE

**Enclaves periféricos de segregação socioespacial: região
sudeste de Goiânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Projeto e Cidade.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica

Linha de pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade

Orientadora: Professora Doutora Christine Ramos Mahler

Coorientador: Professor Doutor Wagner de Souza Rezende

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Duarte, Jhonier Silva Santos

Enclaves Periféricos de Segregação Socioespacial [manuscrito] :
Região Sudeste de Goiânia / Jhonier Silva Santos Duarte. - 2023.
131 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Christine Ramos Mahler; co-orientador Dr.
Wagner de Souza Rezende.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Espaço urbano. 2. Segregação socioespacial. 3. Periferias. 4.
Goiânia. 5. Região sudeste. I. Mahler, Christine Ramos, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **012/2023** da sessão de Defesa de Dissertação de **Jhonier Silva Santos Duarte**, que confere o título de Mestre(a) em **Projeto e Cidade**, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Ao/s **trinta e um de maio de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **nove horas**, através de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Christine Ramos Mahler (FAV/PPGPROCIDADE/UFG)** e Co-Orientador, Professor Doutor **Wagner de Souza Rezende (PPGPROCIDADE/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Luiz Guilherme Rivera de Castro (MACKENZIE/SP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Gabriel Teixeira Ramos (PPG PROCIDADE/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Christine Ramos Mahler**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta e um de maio de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Christine Ramos Mahler, Professora do Magistério Superior**, em 03/08/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Teixeira Ramos, Professor do Magistério Superior**, em 14/08/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUILHERME RIVERA DE CASTRO, Usuário Externo**, em 14/08/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner De Souza Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 15/08/2023, às 22:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3925902** e o código CRC **4B251938**.

JHONIER S. S. DUARTE



ENCLAVES PERIFÉRICOS DE
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA

PPGPROCIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PROJETO E CIDADE

FAV
FACULDADE DE
ARTES VISUAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | UFG
FACULDADE DE ARTES VISUAIS | FAV
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE | PPGPROCIDADE

JHONIER SILVA SANTOS DUARTE

ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA

GOIÂNIA
2023

JHONIER SILVA SANTOS DUARTE

**ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade (PPGPROCIDADE), da Faculdade de Artes Visuais (FAV), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de mestre em Projeto e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Christine Ramos Mahler

Coorientador: Prof. Dr. Wagner de Souza Rezende

GOIÂNIA
2023

“ O verdadeiro sentido da cidade está nas diferenças, nas contradições e, a partir do momento que o urbanismo vem combater essas diferenças através de uma proposta homogeneizadora do espaço, está ao mesmo tempo combatendo o verdadeiro sentido da vida urbana.”

Henri Lefebvre

DEDICATÓRIA |

À ciência e à educação.

AGRADECIMENTOS |

A Deus e ao universo por conspirarem a favor da chegada desse momento, colaborando nas superações.

À minha família, sobretudo meus pais e minha irmã, minha base incondicional para a realização das conquistas que tive ao longo da vida.

Aos meus amigos e colegas da graduação em Arquitetura e Urbanismo, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a continuar nesse caminho.

Aos professores da PUC Goiás, grandes mestres e orientadores no ensino da arquitetura e urbanismo, dos quais tenho como exemplos no exercício do ensino acadêmico. Destaco as professoras Deusa e Camilla, que me despertaram o interesse pela pesquisa ainda na Iniciação Científica.

Ao escritório Óbeli Arquitetura, pela colaboração e flexibilidade de horários quando necessário.

Aos colegas de mestrado, que embora com pouco contato, devido as circunstâncias da pandemia, foram de suma importância para a realização do curso e da experiência do mestrado.

À UFG e ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade pela oportunidade. Aos professores do curso de mestrado, todos que participaram e acompanharam, mesmo que minimamente dessa pesquisa, nas aulas, nas orientações e nas bancas.

Aos meus orientadores, meu agradecimento imenso, à professora Christine por segurar na minha mão desde o começo e embarcar no tema da pesquisa, sempre como um apoio e responsável pela inserção do professor Wagner para nos auxiliar, que trouxe proximidade com o assunto do trabalho e muito colaborou para sua realização.

À CAPES pelo incentivo, reforçando sua importância para a concretização e manutenção da pesquisa.

A todos que tiveram algum contato ao longo desse processo árduo, mas recompensador.

Ao leitor deste trabalho, destinatário final do texto. Obrigado pela consulta e confiança.

O trabalho tem como objeto de análise as transformações socioespaciais na região Sudeste de Goiânia, capital planejada do estado de Goiás, com uma abordagem do seu desenvolvimento enquanto espaço periférico e com vieses de representações de uma segregação socioespacial, destacada pela percepção de um duplo padrão de periferação, com modelos espaciais contrastantes para as classes sociais altas e baixas, exemplificados pelos condomínios horizontais de alto padrão e os bairros populares, respectivamente. A proposta, portanto, tem como objetivo analisar e categorizar a produção do espaço urbano desse recorte espacial, inicialmente por meio de leituras direcionadas à pesquisa, com ênfase na investigação conceitual sobre os temas de centros, centralidades, periferias, urbanização, produção do espaço e segregação socioespacial. Desse modo, será feito um estudo entre os anos de 1970 a 2020, para mostrar como a produção social do espaço que a formou estabelece uma segregação entre os espaços semelhantes e diferentes, e as complexidades dessa disputa direta e indireta entre as dinâmicas socioespaciais. Para seu desenvolvimento serão feitos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica em bases científicas e pesquisa documental com dados oficiais e registros históricos, além do método de análise urbana para um aprofundamento da região Sudeste, com rebatimentos teóricos e percepções empíricas, propiciados por levantamentos de campo, fotográficos, em bases de dados digitais e elaboração de cartografias. A contribuição da pesquisa evidencia que ao tratar de uma cidade reconhecidamente desigual, Goiânia, por meio de uma de suas regiões, apresenta no seu desenvolvimento urbano a mesma característica de formação de suas periferias e as contradições das tipologias de uso e ocupação do solo e do espaço na perspectiva da segregação socioespacial, além da dimensão crítica que o estudo suscita.

Palavras-chave: espaço urbano; segregação socioespacial; periferias; Goiânia; região Sudeste.

The work has as object of analysis the socio-spatial transformations in the Southeast region of Goiânia, planned capital of the state of Goiás, with an approach to its development as a peripheral space and with biases of representations of a socio-spatial segregation, highlighted by the perception of a double standard of peripheralization, with contrasting spatial models for high and low social classes, exemplified by the high-standard horizontal condominiums and low-income neighborhoods, respectively. The proposal, therefore, aims at analyzing and categorizing the production of urban space in this spatial clipping, initially through readings directed to research, with emphasis on conceptual investigation on the themes of centers, centralities, peripheries, urbanization, production of space, and socio-spatial segregation. Thus, a study will be made between the years 1970 and 2020, to show how the social production of space that formed it establishes a segregation between similar and different spaces, and the complexities of this direct and indirect dispute between socio-spatial dynamics. For its development, methodological procedures will be made of bibliographic review in scientific bases and documentary research with official data and historical records, in addition to the method of urban analysis for a deepening of the Southeast region, with theoretical rebatements and empirical perceptions, provided by field surveys, photographic, in digital databases and cartography elaboration. The contribution of the research shows that when dealing with a city admittedly unequal, Goiânia, through one of its regions, presents in its urban development the same characteristic of the formation of its peripheries and the contradictions of the typologies of use and occupation of land and space in the perspective of socio-spatial segregation, in addition to the critical dimension that the study raises.

Keywords: urban space; socio-spatial segregation; peripheries; Goiania; Southeast region.

LISTA DE FIGURAS |

Figura 01 - Transformação da centralidade: do centro às novas formas de centralidade	23
Figura 02 - Paraisópolis e Morumbi, São Paulo	37
Figura 03 - Contextualização e localização de Goiânia no cenário nacional	41
Figura 04 e 05 - Plano piloto de Goiânia e seus primeiros arranjos	42
Figura 06 - Expansão Urbana de Goiânia (1930-2010)	43
Figura 07 - Ocupação de Goiânia e metropolização com Aparecida de Goiânia e Senador Canedo	45
Figura 08 - Conjuntos Habitacionais em Goiânia	47
Figura 09 - Condomínios horizontais em Goiânia	48
Figura 10 - Algumas centralidades especializadas em Goiânia	50
Figura 11 e 12 - Jardim Mariliza ao lado dos “Jardins” e Residencial Granville com bairros populares	55
Figura 13 - Jardim Goiás e a Vila Lobó	56
Figura 14 - Localização do Conjunto Vera Cruz, Pq. Madre Germana e Residencial Aldeia do Vale	57
Figura 15 - Antiga e atual subdivisão das regiões de Goiânia	59
Figura 16 - Delimitação da Região Sudeste de Goiânia	61
Figura 17 - Delimitação do recorte dentro da Região Sudeste	62
Figura 18 e 19 - Rodovias BR-153 e GO-020 na região Sudeste	63
Figura 20 e 21 - Estádio Serra Dourada e Shopping Flamboyant	63
Figura 22, 23 e 24 - Parque Flamboyant; Paco Municipal (Prefeitura) e Campus II da PUC Goiás	64
Figura 25 - Lozandes Corporate Design	65
Figura 26 - Parque Marcos Veiga Jardim	65
Figura 27 - Hospital Estadual da Criança e do Adolescente	66
Figura 28 - Identificação das suas modalidades/tipologias de ocupação espacial	66
Figura 29 - Cronologia de ocupação por década na região Sudeste	68
Figura 30 - Bairros Chácara Alto da Glória, Jd. Santo Antônio, Jd. da Luz e Pq. Acalanto	69
Figura 31 - Bairros Parque das Laranjeiras e Chácara do Governador	70
Figura 32 - Bairros Jardim Mariliza e Parque Atheneu	70
Figura 33 - Bairros Residencial Arco Verde e Vale das Brisas	71
Figura 34 - Condomínio Privê dos Girassóis e Housing Flamboyant	72
Figura 35 - Condomínio Jardins Milão	73
Figura 36 - Condomínio Jardins Valência	74
Figura 37 - Condomínios Jardins Itália e França	75

Figura 38 - Região Sul com a Vila Redenção, shopping, parque e rodovias	78
Figura 39 - Bairros por: loteamentos, conjuntos habitacionais e invasões	80
Figura 40 - Demarcação dos centros/centralidades: espaços e equipamentos em geral	81
Figura 41 - Parques Urbanos: Carmo Bernardes e Jardim Botânico	83
Figura 42 - Marcação das áreas periféricas ocupadas pelas classes sociais	84
Figura 43 - Eixos de principal tráfego na região	88
Figura 44 - Condomínio <i>versus</i> bairro	90
Figura 45 - Caracterização do Jardim Mariliza	91
Figura 46 - Caracterização do Parque das Laranjeiras	92
Figura 47 - Condomínio Jardins Milão	93
Figura 48 - Região Sudeste com condomínios horizontais ao fundo	93
Figura 49 - Identificação dos condomínios Jardins Atenas e Paris com o Jardim Mariliza (com os trechos/enclaves) e do Portal do Sol Green e Garden com o Brisas do Cerrado	95
Figura 50 - Delimitação dos condomínios Jardins Atenas e Jardins Paris	96
Figura 51 - Empreendimentos Jardins Atenas e Jardins Paris	97
Figura 52 - Delimitação do bairro Jardim Mariliza	99
Figura 53 - Caracterização do bairro Jardim Mariliza	99
Figura 54 - Trechos e enclaves amplificados (Jardins Atenas e Paris <i>versus</i> Jardins Mariliza)	101
Figura 55 - Trechos e enclaves no nível da rua (Jardins Atenas e Paris <i>versus</i> Jardim Mariliza)	102
Figura 56 - Delimitação dos condomínios Portal do Sol Green e Garden	104
Figura 57 - Empreendimentos Portal do Sol Green e Garden	104
Figura 58 - Delimitação do Residencial Brisas do Cerrado	107
Figura 59 - Caracterização do bairro Residencial Brisas do Cerrado	107
Figura 60 - Processo de conurbação entre os três municípios	111

LISTA DE SIGLAS |

ALEGO - Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

BNH - Banco Nacional de Habitação

CTM - Código Tributário Municipal

HDT - Hospital Estadual de Doenças Tropicais

HECAD - Hospital Estadual da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCMV - Minha Casa Minha Vida

ONU - Organização das Nações Unidas

PDIG - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

PGV - Planta Genérica de Valores

PUC Goiás - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RMG - Região Metropolitana de Goiânia

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNIFASAM - Centro Universitário Sul-Americano

UNIP - Universidade Paulista.

RESUMO	06
ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: RELAÇÕES ENTRE CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS	18
1.1 O PROCESSO BRASILEIRO DE URBANIZAÇÃO NO SÉCULO XX	19
1.2 CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS	22
1.2.1 CENTROS	22
1.2.2 CENTRALIDADES	24
1.2.3 PERIFERIAS	26
1.2.4 CENTRO-PERIFERIA E EXPANSÃO URBANA	29
1.3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL (URBANA)	32
1.4 ENCLAVE PERIFÉRICO COMO ESTRATÉGIA DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	38
CAPÍTULO 2 GOIÂNIA E REGIÃO SUDESTE: PERIFERIAS E SEGREGAÇÃO	40
2.1 CRESCIMENTO E EXPANSÃO URBANA EM GOIÂNIA – 1970-2020	43
2.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM GOIÂNIA: DILEMAS E CONTRADIÇÕES	51
2.3 ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A REGIÃO SUDESTE	58
2.3.1 OS BAIRROS - ENTRE LOTEAMENTOS, CONJUNTOS E OCUPAÇÕES	68
2.3.2 OS CONDOMÍNIOS - ENTRE APHAVILLES, PORTAIS E JARDINS	72
CAPÍTULO 3 ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO: REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA	76
3.1 CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS DA REGIÃO SUDESTE	80
3.2 CONTRADIÇÕES DA PERIFERIZAÇÃO: REFLEXÕES DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO POR DIFERENTES MODELOS SOCIOESPACIAIS	86
3.3 ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	94
3.4 INFLUÊNCIA E RELAÇÃO METROPOLITANA DA REGIÃO SUDESTE NA OCUPAÇÃO ESPRAIADA E SEGREGADORA	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO |

Enclaves periféricos de segregação socioespacial: região Sudeste de Goiânia intitula o presente trabalho que pretende discutir o objeto do ponto de vista de sua formação, desenvolvimento e apropriações para debater as transformações na região e sua segregação socioespacial. Como denominação, enclaves periféricos se referem aos espaços situados em um contexto periférico, que assumem características típicas dos efeitos da segregação socioespacial, a partir da perspectiva de dois modelos socioespaciais distintos, assentados e vinculados em uma mesma localização. Para tanto, a análise da cidade de Goiânia, com ênfase na sua região Sudeste, pode ser capaz de explicar as indagações acerca da sua produção do espaço urbano pautada em um modelo periférico, segregador e materializado pelo contraste e justaposição dos elementos socioespaciais, representados pelos condomínios horizontais e dos demais bairros populares, respectivamente condizentes as parcelas mais ricas e pobres da população.

A pesquisa se insere no universo do urbanismo, tendo Goiânia – capital do estado de Goiás, inaugurada na década de 1930 – como pano de fundo, e como proposta de investigar a produção do seu espaço frente às realidades de dinâmicas movidas pelas estruturas de centro-periferia, no momento de expansão urbana e metropolização, deixando a cidade se afastar do seu núcleo pioneiro e de se descentralizar com a formação de novos espaços, as ditas periferias. Embora seja uma cidade relativamente nova, Goiânia já experimentou e ainda experimenta muitos dos efeitos econômicos, sociais e políticos inerentes à reprodução do espaço urbano de quase todas as cidades brasileiras (MOYSES, 2004). Dessa maneira, a justificativa da pesquisa se coloca ao revelar as condições urbanas contemporâneas de Goiânia nos debates de centralidades, periferias e segregação, tão propícios e importantes para o estudo de toda e qualquer cidade na análise dos seus processos de constituição dos espaços urbanos de sua construção, para os registros históricos e como uma investigação das causas e efeitos que constituem um cenário que afeta, direta ou indiretamente, grande parte da população goianiense. Ao nos aproximarmos do nosso foco de estudo – a região Sudeste – nota-se seu papel como uma área de grande movimentação e interesse dos agentes e promotores urbanos, em pleno desenvolvimento e estruturação contínuos, o que propicia uma análise real e atualizada das demandas e destinações de seu encaminhamento frente ao contexto intraurbano de Goiânia e intermunicipal (VILLAÇA, 2001).

A segregação socioespacial urbana é posta como tema norteador de todas as discussões da pesquisa e do trabalho, como uma leitura das relações da produção do espaço e da cidade na região,

capaz de trazer respostas aos subtemas, como o dos espaços centrais, das centralidades, das periferias, bem como do processo de espraiamento como um movimento, fenômeno e deslocamento pelo qual a cidade se constitui, seguindo uma lógica típica da urbanização brasileira pautada pela expansão urbana, tal como ocorreu tendo um espaço central e pioneiro do qual partiram todas as regiões oriundas do crescimento e desenvolvimento, seja pelo avanço demográfico ou pelas iniciativas de agentes e promotores urbanos, geralmente em contextos políticos e econômicos, contribuindo com a formação das centralidades e periferias que englobam os processos de segregação socioespacial (GUIMARÃES, 2016).

Para tanto, centros urbanos, berço e nascimento da cidade, são entendidos, em síntese e como exprime Villaça (2001), como espaços de marco zero, de onde em um primeiro momento partem todas as forças motrizes e de desenvolvimento, possuem usos dinâmicos e uma heterogeneidade na sua ocupação e apropriação, e portanto, dotados de todas as infraestruturas básicas. Em determinado momento, com o avanço das cidades e do urbano, ocorre um processo de descentralização, movidos por centralidades novas, que tiram o protagonismo do anterior e pulverizam em marcos e referências por todo o espaço urbano, criando fluxos e deslocamentos diferentes, colaborando para os surgimentos de novos espaços no contexto da cidade, sobretudo aqueles distantes do núcleo central (SPOSITO, 2001). Esses espaços comumente são entendidos pelas periferias, que tradicionalmente foram compreendidas enquanto locais marginalizados, onde muitas ainda são, mas que ao longo da história já alteraram bastante suas realidades, não sendo identificadas como lugares apenas de pobreza e distâncias, mas como inclusive, de refúgio das classes mais altas quanto pretendem se auto isolar (SANTOS, 1978).

A dinâmica que envolve a pesquisa para entender a formação e consolidação das periferias, centralidades e espacialidades em um contexto específico, aponta para condicionamentos de segregação socioespacial, identificada desde quando se exclui o direito de uma classe mais baixa de habitar as áreas centrais, expulsando-as para as margens da cidade, até o momento que essas classes têm que disputar essas margens com as classes mais altas no estabelecimento de seus condomínios de luxo fortificados e “autossuficientes”. Essa dinâmica estabelece um caráter neoliberal/capitalista que vemos na produção do espaço, fortalecendo as desigualdades (CORREA, 1993). A segregação urbana, que se trata na pesquisa, possui muitas nuances e modos de visualizar, no qual o principal estaria em torno das diferenças e disparidades provocadas nas ocupações espaciais, implicando em abismos sociais e econômicos.

Dentro de um panorama do estado da arte e da historiografia, este estudo se concentra em preencher algumas lacunas entre as tantas pesquisas já realizadas acerca do tema, como é o caso dos

trabalhos de Cavalcanti (2001), Lucas (2016) e Zárate e Pantaleão (2014) que percorrem pela produção do espaço urbano, por meio da geografia urbana e da habitação e da condição contemporânea de Goiânia, respectivamente. Zechin (2014) lida com o rebatimento das desigualdades percebidas na formação espacial da cidade. Ainda mais próximos da pesquisa, Resende *et al.* (2019) e Bernardes e Soares Jr. (2007) na descrição dos condomínios horizontais como elementos da constituição urbana, alcançando debates na região Sudeste, Romacheli (2018) com os relatos do *boom* imobiliário em Goiânia, que corresponde ao impulsionamento para o surgimento da região, e Brito (2015) introduzindo um debate específico sobre a mesma região, com destaque para a expansão e gestão urbana como norteamento. Portanto, o presente trabalho se apresenta com a intenção de complementar estudos anteriores, se inserindo com o fio condutor da segregação socioespacial sobre o recorte específico.

As realidades descritas são inerentes do histórico e da observação empírica de Goiânia, e ainda mais da sua região Sudeste, justamente por abrigar dentro do seu processo de formação e de desenvolvimento, um contraste e uma contradição de ocupação periférica. Essa relação é evidenciada pelo predomínio, em um mesmo lugar, de uma disputa direta ou indireta de classes sociais, representadas pelos múltiplos bairros com categorias diversas de formação e origens particulares, e em concomitância aos condomínios horizontais de alto padrão, enquanto empreendimentos imobiliários. Essa leitura será realizada mediante o recorte físico/espacial junto ao temporal, entre os anos de 1970 a 2020, sendo que essas últimas décadas correspondem ao período pleno de desenvolvimento e estruturação da capital pelo porte de grande cidade e metrópole, e por consequência da escolha de tal região como alvo da pesquisa.

Para tanto, o problema da pesquisa considera a possibilidade de entender como um padrão ou modelo em duplicidade de uma periferização - de ricos e pobres - revelam no espaço urbano marcas de segregação socioespacial. É evidente que tanto o padrão norte-americano de ricos alojados nos subúrbios, quanto o adotado nos países emergentes, como é no Brasil, de pobres nas periferias (HOSLTON, 2013), são encontrados em Goiânia e na região. Há muito as periferias da cidade não têm mais apenas a leitura clássica, destinadas aos pobres, elas ocorrem de maneira fractal. As classes sociais estão ocupando de maneira justaposta as mesmas regiões, e sendo assim se considera as causas e efeitos para investigar esse sistema. Dessa maneira, é colocado como premissa o fato de que a região Sudeste corresponde a isso, uma vez que estabelece modelos dos condomínios em contraste com outros bairros populares em uma disputa espacial no mesmo território, que provoca toda uma dinâmica da produção social do espaço, com disparidades e contrastes nos níveis social, espacial, cultural, econômico, etc.

Tendo em mente o contexto, o tema e objeto de estudo, objetiva-se com a presente pesquisa caracterizar o processo de formação e desenvolvimento da região Sudeste de Goiânia e analisar a segregação socioespacial ao longo dos anos de 1970 a 2020. Os objetivos específicos buscam entender e explicar sobre os conceitos fundamentais de segregação urbana e compreender os espaços constituídos enquanto centros, centralidades e periferias; identificar Goiânia como uma cidade que forma periferias e espaços de segregação; produzir uma cartografia crítica com mapas sobre os temas principais da região de estudo; e aprofundar na região Sudeste com foco em compreender e descrever sua constituição periférica e seus elementos de demarcação de uma segregação socioespacial.

Ao longo da pesquisa utiliza-se duas metodologias principais: o método histórico-historiográfico e a análise da sua transformação urbana. A primeira enquadra as pesquisas bibliográficas, principalmente para desenvolver a parte teórico-conceitual do trabalho no primeiro capítulo acerca dos principais assuntos que orbitam o universo da pesquisa, e a pesquisa documental, através de documentos oficiais que propiciaram, em um segundo momento, a leitura de Goiânia na sua passagem histórica e seus marcos registrados. A segunda, utilizando-se do método em formato de análise urbana, visa aproximar do objeto de estudo, a região Sudeste, com uma investigação da sua realidade, enquanto construção histórica, mas prevalecendo seu estabelecimento no presente, por meio de base de dados de consulta de outras pesquisas, de imagens de geoprocessamento, levantamentos de campo e fotográficos, entre outros, capacitando análises e construções cartográficas críticas, para além das tradicionais, colocando como representação os temas de exploração da pesquisa debruçada sobre esse recorte.

A fim de se estruturar o trabalho, divide-se o texto em três capítulos. O primeiro capítulo é responsável por abarcar dentro do universo de pesquisa e investigação dos temas levantados com um viés teórico-conceitual, tecendo uma revisão bibliográfica da historiografia do urbanismo, principalmente a respeito dos temas como segregação socioespacial, da dinâmica centro-periferia, que envolve também a expansão urbana, das realidades dos espaços centrais, periféricos e das centralidades. No início do capítulo é introduzida uma breve discussão do processo de urbanização das cidades brasileiras, visando uma aproximação com a própria cidade de Goiânia, que será abordada em seguida. No encerramento, o capítulo recebe uma atenção para a terminologia dos “enclaves”, destacando-os como espaços discriminados em uma realidade periférica capazes de ilustrar as estratégias e manifestações nítidas de segregação.

O segundo capítulo tem Goiânia como foco e se aproxima da cidade como um todo e da região Sudeste, identificando como a teoria se aplica no urbanismo estabelecido aqui, a partir do crescimento

da cidade e seus mecanismos e comportamentos de expansão, da segregação, promovida muitas vezes pelo próprio processo de periferização e as periferias estabelecidas. Na sequência, uma seção destinada a estruturar a cidade nas suas regiões administrativas e/ou geográficas (contexto urbano) prepara o caminho para a região Sudeste, caracterizando-a em seus espaços gerais, bem como na sua composição que mais interessa - dos condomínios horizontais e dos bairros populares.

O terceiro e último capítulo aborda a região Sudeste como um estudo de análise urbana. Pretende-se voltar as construções analíticas, investigativas e de interpretação do recorte espacial da região, no recorte temporal definido, debruçando-se primariamente pelos seus índices e vetores de desenvolvimento e suas características mais gerais, para debater e explorar elementos estruturantes e marcantes - os condomínios horizontais de alto padrão e os bairros populares periféricos - elaborando uma discussão entre os empreendimentos de destaque junto aos diferentes loteamentos, ocupações e conjuntos habitacionais percebidos na área. O capítulo compõe também uma reflexão sobre as contradições que a periferia demonstra em sua variação e a correspondência desse contraste com os marcos de segregação socioespacial. É feita nesse momento uma leitura detalhada dos enclaves (regiões dentro da região que exemplifiquem e demonstrem as áreas de contraste socioespacial), como é o caso dos condomínios Jardins Paris e Jardins Atenas juntamente com o bairro Jardim Mariliza, e com outro ponto de vista, das distâncias e da periferização propulsoras, os condomínios Portal do Sol Garden e Portal do Sol Green juntamente com o Residencial Brisas do Cerrado. Por último, a pesquisa se encerra com uma percepção da região enquanto ocupação com relevância e incorporação metropolitana, envolvendo tendências com os processos de espraiamento contínuo, conurbação, proliferação da modalidade dos condomínios na cidade e nas vizinhanças, que acarreta em muitos rebatimentos entre todos os assuntos difundidos pela pesquisa.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:

RELAÇÕES ENTRE CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS

O tema principal da pesquisa, que envolve a segregação socioespacial, se apresenta de maneira complexa dentro das estruturas da produção e reprodução do espaço urbano. Dessa maneira procura-se com a tríade conceitual centros, centralidades e periferias descrever esse processo. Diante da urbanização intensiva pela qual as cidades se submeteram e constituíram a sociedade urbana, é necessário ancorar o tema fundamental e os subtemas que abordam o universo da pesquisa, adentrando no debate teórico-conceitual. Portanto, visualizando em um primeiro momento, devido ao processo característico da construção das cidades, destaca-se o protagonismo dos centros como espaços “centrais”, as centralidades em seguida, fruto do processo de descentralização, e por consequência, as periferias entrelaçadas à segregação socioespacial urbana.

Carlos, Souza e Sposito (2011) estabelecem que para constituir um entendimento de uma das principais problemáticas do universo urbano contemporâneo – a segregação socioespacial –, são necessárias reflexões sobre a produção do espaço urbano, orientadas pela ótica das ações realizadas pelo Estado até o domínio do capital, que corresponde diretamente às mazelas que as cidades se deparam no aspecto social. Por essa questão, o propósito de apresentar a narrativa urbana se constitui neste capítulo com o tema principal da segregação socioespacial, inerente ao processo de urbanização desde as primeiras manifestações urbanísticas, sobretudo no Brasil.

A tríade de estruturação da produção espacial, que se utiliza no trabalho – centros, centralidades e periferias –, remete à dinâmica da maior parte das cidades, cuja expansão urbana é pautada pelo processo de descentralização e que no passado e na atualidade nota-se o rebatimento com a construção de cidades segregadas. Esse processo ocorreu em Goiânia, objeto de estudo, especialmente em uma de suas regiões, a região Sudeste, que enfrentou essas rupturas estruturais do ordenamento territorial e da formação socioespacial.

1.1 | O PROCESSO BRASILEIRO DE URBANIZAÇÃO NO SÉCULO XX

Ao analisar cidades brasileiras, pode-se esperar que se constitua uma discussão sobre as primeiras fundações de assentamentos semelhantes que ocorreram nos séculos de construção do país. Embora se reconheça esse início do que se pode classificar como cidades, a questão proposta se refere ao momento extensivo de uma urbanização, condizente a um processo, demanda e escala de atuação com os aglomerados urbanos da história recente, e por consequência demarcado temporalmente a partir

do século XX. Dessa maneira, será percorrido desde o momento que o Brasil passa por essas manifestações expressivas de urbanização até a conjuntura das principais cidades brasileiras representativas na contemporaneidade e elencadas para o trabalho.

Segundo Guimarães (2016), o êxodo rural foi elementar para alavancar o processo de migração das populações rurais para o urbano, sendo essa a dinâmica principal de movimentação da urbanização brasileira, ao mesmo tempo que intensa, também desigual. Fica evidente que esse processo é repleto de desequilíbrios, para começo de análise, no sistema rural-urbano desde sua consolidação.

O principal condutor, desde sempre, para a prática da urbanização, à qual se responsabiliza pelo modelo difundido, é o capitalismo. Este modelo econômico estava sendo adotado com vigor pelo Brasil e dentro dessa dinâmica era preciso direcionar as forças que movimentam as estruturas econômicas para alguns lugares por meio de uma postura acumulativa, ou seja, de concentração e aglomeração do trabalho, do capital e da população. Essa força viria sumariamente dos trabalhadores que se direcionaram para as cidades, sobretudo aquelas de grande porte. Ao relatar correspondência dos trabalhadores como peça chave na urbanização, a industrialização marca a causa principal que ergueu as cidades, transformando-as, a todo vapor.

Ainda, segundo Guimarães (2016), o principal sintoma dessa urbanização intensiva e extensiva seria a velocidade com que ocorria, entendendo ser o fator requisitado pela produção do capital que teve como alvo a sua escolha de acumulação de renda e desenvolvimento de uma política e sistema. Os principais alvos, no Brasil, desde o século XIX e XX foram as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, marcos dos primeiros grandes centros urbanos.

Em meados do século passado, nas décadas de 1950 e 1960, como consequência da era desenvolvimentista de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek, estabeleceram duas condicionantes na urbanização – concentração fundiária e industrialização (GUIMARÃES, 2016). Movidos pelas expectativas da melhoria de vida em virtude da mudança entre campo e cidade, a grande massa de trabalhadores marchou para os centros, aglomerando tanto o capital como a população. E onde há concentração, existe também faltas e déficits para alguns.

O modelo industrial, via substituição de importações, indutor do processo de urbanização, possuía alguns vícios fundamentais que o distorciam. Ao mesmo tempo em que se reproduzia, era um modelo concentrador e excludente, visto que privilegiava as demandas das camadas dominantes da sociedade (incluindo suas necessidades de moradia e habitação), relegando as outras camadas, ou a sua quase totalidade, à marginalidade, ocupando setores e atividades periféricas dentro da lógica do sistema (GUIMARÃES, 2016, p. 18).

Desse modo, no modelo inicial de urbanização sempre houve dualidade, sendo consideradas, para efeito de exemplo, que em determinado momento existiam basicamente duas cidades em perspectiva – a legal e a ilegal. A população marginalizada, que a princípio não usufruiu das benesses do urbano, foi agente da construção do seu próprio urbano e o possível por sua conta, desencadeando as estruturas pertencentes aos debates até hoje, como o crescimento das favelas, dos loteamentos irregulares e da metrópole como um todo. A questão urbana, em que pese um olhar para esse contexto, é dada pela clara distribuição de desigualdades e conteúdo segregativo, um tecido urbano espacialmente fragmentado.

Ao se falar de grandes cidades (com as classificações e inovações terminológicas e formais que surgem a todo momento) e enquanto representantes de um período de avanço e desenvolvimento do país, denota-se o projeto e a execução de quatro cidades capitais planejadas nos últimos séculos – Belo Horizonte (1897), Goiânia (1933), Brasília (1960) e Palmas (1989) –, cronologicamente. Dentre essas, Goiânia como objeto de estudo, é alvo dos rebatimentos dos temas incluídos nesse capítulo. E para exemplificar, o que se pretende levantar aqui é que das quatro cidades mencionadas, três aparecem em um estudo da ONU em 2011, elencadas como as mais desiguais no Brasil (ZECHIN; HOLANDA, 2019).

O que fica adiantado nesse ponto, é que seja da maneira tradicional ou planejada, o urbanismo no Brasil conseguiu estabelecer sempre o mesmo padrão para as grandes cidades, ditando com isso o modelo de urbanização das cidades brasileiras. As medidas usadas pelos autores foram basicamente as condições socioeconômicas somadas às morfologias em comparação entre essas cidades em foco e outras mais. O resultado é uma reprodução social clara do espaço, ditada com preponderância pelas classes mais ricas com o domínio do uso e ocupação do solo. E ainda, outros pontos marcantes, como

(1) a falta de diversificação social em certas regiões da periferia das cidades; (2) a concentração das famílias ricas em regiões muito pequenas das cidades; e (3) grupos de renda intermediária com maior interação com os demais, de modo que formam uma espécie de área de transição entre as suas regiões de não interação (ZECHIN; HOLANDA, 2019, p. 67).

O propósito até aqui foi elaborar uma síntese introdutória do panorama geral da urbanização brasileira, sobretudo no século XX, capaz de aproximar ou contrapor dos processos que serão alcançados pela urbanização da cidade de Goiânia, principalmente do desenvolvimento destacado das transformações ocorridas entre 1970 a 2020. De modo mais particular e a frente, serão apresentadas questões para a abordagem dos tópicos de centros, centralidades e periferias, enquanto estruturas e fenômenos que moldam o processo de formação das cidades brasileiras e também de Goiânia.

1.2 | CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS

Dentro da abordagem que se pretende com a pesquisa sobre o universo urbano e da produção das cidades, três elementos são inseridos pela literatura e pelas pesquisas realizadas até o momento como estruturantes no processo de reprodução do espaço, principalmente quanto à temática central da segregação socioespacial. Centros, centralidades e periferias, portanto, nesta seção do capítulo, procuram se posicionar de maneira distinta sobre cada um e nas várias justaposições, rememorando sempre sua vinculação com o entendimento maior de uma produção espacial adquirida, sobretudo, pelas centralidades e como consequência a geração e transformação de periferias e segregação.

1.2.1 | CENTROS

Os centros urbanos são definidos da maneira mais simplória como o “coração da cidade”. São espaços de onde pulsam todas as forças motrizes desde o surgimento de um aglomerado urbano, e que por isso, sempre é entendido como o primeiro espaço, ou seja, o centro pioneiro e tradicional (mesmo quando plural). O centro, de acordo com Villaça (2001), é fruto de um processo e de movimentos, que com isso o torna uma área central. É movido por forças centrípetas dentro de um processo de centralização, que vai perdurar sobre um espaço por um grande e significativo período de tempo para validação dessa característica de centralidade.

Originalmente, os centros são os espaços mais antigos de discussão de qualquer mínima possibilidade de cidade e urbanização. Tendo isso Lefebvre afirma que

o centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra; produtos da indústria; obras humanas, objetos e instrumentos, obras e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, e será, concentrado e poli(multi)cêntrico (LEFEVBRE, 1999, p. 44).

Os centros por si só vão ser os primeiros a nos ajudar a entender o que são as centralidades, fenômenos, pode-se dizer, até mesmo mais importantes do que a ideia do núcleo pioneiro. São os fluxos que vão encaminhar as centralidades, e particularmente também, os centros. Algumas condições são creditadas como certas aos núcleos urbanos, mas não são únicas, como o fato de o “core” estar localizado geograficamente no interior das cidades, havendo exceções quando também localizados nas margens urbanas. Outra questão é associá-lo ao marco zero ou a origem da cidade, que embora seja quase sempre a realidade, não é uma regra absoluta. Antes de mais nada, a região central é um espaço de “convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação” (SPOSITO, 1991, p. 6)

De acordo com Castells (1983, p. 274) “o centro urbano, como a cidade, é produto: conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna”. Tal produto fruto da prática urbana revela os encaminhamentos históricos que os centros urbanos obtiveram, e ainda obtêm, em constante mutação, tendo como principal atributo ceder seu lugar às novas centralidades dentro do planejamento urbano contemporâneo (BEZERRA; CAVALCANTE, 2009).

Pela performance que o centro pode apresentar, e pela classificação que os estudiosos tiveram ao se debruçarem sobre o tema, apresentou-se uma síntese dos usos e destinações imputados ao centro urbano e o que seria responsável em abrigar:

a) o primeiro modelo apresentado foi o das “áreas concêntricas” formulado por Burgess (1923), cuja organização espacial tinha como fundamental a consolidação do CBD urbano (Central Business District), o centro de negócios e este seria circundado por áreas industriais de transição, em seguida por áreas de moradia operária e posteriormente de moradia burguesa; b) a segunda teoria/modelo, apresentada pelo autor é a “Teoria Setorial” criada por Hoyt em 1939, sendo considerada um “aperfeiçoamento” da teoria concêntrica, pois também dispensava fundamental importância ao CBD urbano, como agente centralizador, mas acrescentaria o uso industrial que não se “encaixava” na teoria anterior; c) a terceira teoria/modelo exposta, é a dos “núcleos múltiplos”, formulada por Harris e Ullman, considerada mais complexa que as anteriores por aceitar a existência de centro secundários espacializados pela cidade. Johnson (1974) ainda chega a afirmar que esta contemplava aspectos sociais, econômicos e históricos das cidades. Citando como exemplo a cidade de Londres, que teria constituído sua área mais importante dos negócios sobre a cidade medieval (JOHNSON, 1996 *apud* DA SILVA, 2001, p. 109).

Figura 01 – Transformação da centralidade: do centro às novas formas de centralidade.



Fonte: Bezerra e Cavalcante (2009) – adaptado pelo autor.

O fenômeno da descentralização é o primeiro sinal da destinação pela qual os centros pioneiros se submeteram, deixando seu lugar referencial em detrimento de novos espaços, que conseguiriam abarcar e atender as dinâmicas e demandas do processo de metropolização. Centros, portanto, remetem

ao território, ao físico e ao construído, e as centralidades implicam, sobretudo, as relações socioespaciais, os fluxos e movimentos (figura 01), revela Bezerra e Cavalcante (2009).

É bastante relevante, além de apontar as conceituações e importâncias dos centros urbanos, históricos e pioneiros no contexto das cidades, explorar também sua destinação a partir do momento da descentralização. O que ocorreu com grande parte das cidades, mesmo com tentativas outras de recuperação, revitalização, entre vários “res”, foi o decaimento e popularização do centro (VARGAS; CASTILHO, 2015). O que de fato ocorre, é que na medida em que as cidades se desenvolveram e surgiram os chamados subcentros e *policentralidades*, são estabelecidos os esvaziamentos das áreas centrais, que constituem uma realidade, ou seja, as pessoas começaram a se mudar, pois os usos de comércio e serviços valorizados também estavam se deslocando. Em consequência, os espaços centrais estavam perdendo o *status* social valorizado pelas classes mais altas e sendo ocupados por uma parcela que não alcançava um pleno uso dessas regiões. Os centros, a partir desse momento, não eram a primeira opção de quase nenhum cidadão. Até hoje os centros enfrentam esses problemas, sobretudo com habitação e uso e ocupação fora do horário comercial, o que consequentemente prejudica o espaço em várias questões.

A Europa, pioneiramente, e outros países, como o Brasil, buscam recuperar os seus centros na medida do possível, em um processo de revitalização que as cidades são submetidas para trazer vida aos espaços que eventualmente tornaram-se subutilizados. Mesmo sabendo que é impossível barrar o processo das centralidades, seria muito importante uma valorização desses espaços, que por excelência merecem muito valor. Não se pode enxergar os centros urbanos como algo ultrapassado, seria preciso colocá-los para acompanhar as dinâmicas das cidades e voltar a pulsar os fluxos e movimentos que um dia ele orquestrou.

1.2.2 | CENTRALIDADES

Sobre as centralidades, que coincidentemente ou não, no presente estudo se encontram entre o centro e as periferias, é notória sua correspondência e responsabilidade sobre a formação e transformação de ambos os espaços como um elemento condutor ou impulsionador que veremos ao final do tópico nas amarrações da tríade – centros, centralidades e periferias – e seus rebatimentos na segregação socioespacial.

Centralidades, ou mesmo novas centralidades, são entendidas pelo momento em que se desvinculam das regiões centrais, nas imediações de um núcleo pioneiro, para agora serem implantadas em qualquer região da cidade. Estas estão vinculadas a uma configuração espacial das cidades

contemporâneas, e portanto, principal ferramenta de entendimento das dinâmicas e práticas que o urbanismo passa a manifestar. Geralmente as centralidades estão associadas ao comércio e a prestação de serviços (por serem usos que geram e atraem os fluxos e movimentos), apresentando um aspecto de ruptura e descontinuidade próprios da fragmentação espacial frente à realidade centro-periferia (LOPES JR.; SANTOS, 2009).

É inerente a dinâmica centro-periferia estar vinculada com a formação das novas centralidades, haja vista que neste processo ocorre um distanciamento do centro e a configuração de novas espacialidades, as periferias. Ou seja, isso nos demonstra a “constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição” (SPOSITO, 2001, p. 89). As centralidades partem do princípio de descentralização, retirando a força de um único centro e multiplicando-a para outros direcionamentos espalhados no perímetro urbano.

Mas as centralidades ocorrem de maneira aleatória? O processo de descentralização, e por consequência, da criação de centralidades, é sempre articulado por algumas movimentações, agentes, vetores de desenvolvimento, quase em todas as circunstâncias nos possibilitando captar as intenções e os motivos para tal dinâmica e fluxos se comportarem dessa maneira. Trata-se de uma gestão urbana com propósitos específicos.

De acordo com o exposto, a relação centro-periferia é elemento decisivo na análise das questões das novas centralidades. Isso porque ela expressa as alterações socioespaciais que ocorrem no tecido urbano. Aliás, é no tecido urbano que a dinâmica contraditória de concentração-descentralização redefine a relação centro-periferia provocando assim as novas centralidades. Portanto há diferentes pontos presentes na dinâmica concentração-descentralização que formam as novas centralidades, e que auxiliam na compreensão deste processo, como também na gestão do território urbano (LOPES JR; SANTOS, 2009, p. 358).

Lefebvre (2008) quando se debruçou a investigar mais sobre o espaço urbano muito contribuiu para o entendimento de centralidade, e afirmou se tratar de um movimento contraditório.

- a) à centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o “centro decisional”, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;
- b) à policentralidade, à onicentralidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFEVBRE, 2008, p. 110).

Como objetivo, entendendo sua conceituação e colocação da centralidade na história das cidades e dos espaços urbanos, é possível compreender como elas se manifestam, entendendo em que

condições se estabelecem. Sposito (1996) afirma que pelas transformações sociais e econômicas que surgiram entre o século XX e XXI, as centralidades são correspondentes a alguns elementos.

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia;
2. A rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede;
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais, e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades médias;
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços (SPÓSITO, 1996, p. 114).

A essa altura já é possível entender as diferenças e definições de centros e centralidades, sobretudo as que possam se confundir. Centros poderiam ser colocados como centralidades principais, considerando sua atuação enquanto uma, e as centralidades as diversas configurações multifacetadas que apresentam no processo de reestruturação urbana, que constitui uma cidade. E o encaminhamento maior que se estabelece é que a partir da descentralização ocorre a expansão das áreas centrais, que quer dizer uma expansão da cidade, e com isso os desafios da expulsão da população, alteração das dinâmicas, e até a própria formação das periferias, ou melhor, do processo de periferização.

1.2.3 | PERIFERIAS

Toda discussão anterior, quanto aos centros e as centralidades, tem correspondência com o tema da segregação socioespacial, mas são as periferias que aumentam essa aproximação e por isso se destacam junto ao trabalho como um dos temas principais. Periferias e segregação são componentes do espaço urbano sempre associados a partir da urbanização contemporânea, ainda mais clara na sociedade brasileira em função da desigualdade social. Um adendo antes de tudo, é que ao longo do trabalho o termo a ser utilizado quando nos referirmos a periferia, é no plural – periferias –, assim como feito com centros e centralidades. Existe um consenso que é a forma mais correta de abordagem para indicar a diversidade da proliferação desses espaços. Ainda mais que as periferias plurais e diversas, o processo de periferização é o que entra em destaque na pesquisa, tão fundamental quanto os próprios espaços consolidados e firmados por ele.

Introdutoriamente as periferias podem ser entendidas como uma consequência da relação centro-periferia, como demonstra didaticamente os trabalhos de Moura e Ultramari (1996), definindo-as

enquanto espaços afastados, de segregação, dificuldades e déficits. Rosa (2019) defende uma visão mais atualizada, a partir do que ela chama e discute como “margens da cidade”, ou seja, revelando a polarização de espaços dicotômicos no contexto das cidades e metrópoles, nas quais se inserem as periferias. A respeito da lógica de periferização, enfatizando mais o processo do que os resultados, e retornando o olhar para as metrópoles urbanas, supera-se o entendimento mais comum por meio de uma leitura aprofundada dos espaços. Nesse caso, percebe-se as periferias como espaços de diversidade, revelando uma classificação existente para apontar as variações em diversas regiões que representam, mesmo com suas particularidades, as condições de um espaço periférico (PAVIANI, 2002). Santos (1978) entende a periferia no sentido estrito das delimitações socioespaciais.

A periferia já está isolada, já foi posta direta ou indiretamente à margem. A marginalidade dos seus habitantes é o resultado de ações conscientes executadas com a finalidade de separar e de definir as fronteiras dentro da cidade (SANTOS, 1978, p. 75)

De maneira geral, o termo periferias, margens ou franjas da cidade recebem uma denominação com caráter geográfico e geométrico, que as localizam enquanto áreas estabelecidas “fora do centro”. E *a priori*, também são colocadas como espaços de deslocamento para tudo que não cabia nos espaços centrais, ou como regiões não abastecidas de infraestruturas básicas, e portanto, local propício para uma segregação socioespacial da população de baixa renda (SERPA, 2001). Côrrea (1993), entretanto, aponta para a existência de pelo menos duas periferias, que se definem como a de *status* e a popular.

Visualizando o que foi colocado, é nítido perceber as abordagens diversas que as periferias encontram no meio científico e acadêmico, e até mesmo para sua representação prática. Isso se estabelece com o que foi mencionado anteriormente de não classificar mais uma única verdade absoluta para os espaços periféricos. O que se pode usar, via de regra, é a sociedade capitalista como geradora e mantenedora de padrões que constroem o espaço urbano das cidades. Dessa maneira existem periferias pobres, homogêneas e repletas de desigualdades, ditadas pelo valor da terra e pela inacessibilidade da população moradora de regiões melhor guarnecidas com os benefícios que deveriam prover uma urbanização minimamente qualificada. Em contrapartida, percebe-se as periferias ricas, isoladas, protegidas e altamente segregadas, mas que se bastam. Isso pode ser aplicado também aos centros (SILVA, 2014). Grosso modo, ambas as práticas (dessa dualidade) geram consequências para o contexto urbano.

Ao optar pela forma mais atualizada das periferias heterogêneas, vemos que a singularização do termo não cabe para esses espaços nos dias atuais. Tanto é um fato que já existem pesquisas que enfocam no processo de *desperiferização*, demonstrando as modificações que esses espaços estão enfrentando.

Áreas que já apresentaram boa infraestrutura e que até chegaram a ser centralidades, num tempo passado, podem constituir-se hoje em *periferias*, por não terem acompanhado as necessidades da modernidade ou por terem sido constrangidas, excluídas pela pós-modernidade ou então, como exemplo oposto, pode-se encontrar áreas “geometricamente” localizadas nas bordas, nos limites territoriais de um aglomerado urbano, agora não mais enquadradas como *periféricas* [...] (RITTER; FIRKOWSKI, 2009, p. 23)

As periferias são formadas pelo processo de urbanização extensivo que se apresenta na maior parte das cidades em todo o mundo, e ainda mais nas brasileiras, que cada vez se expandem com mais intensidade e colaboram para um processo de descentralização/periferização urbana (SERPA, 2001). Embora poderíamos considerar que o fenômeno da periferização e a criação das periferias fosse decorrente até determinado momento do êxodo rural, não o podemos mais afirmar. Haja visto a inexistência de tal êxodo, são as migrações intraurbanas e intrametropolitanas que movimentam as periferias atuais (RITTER; FIRKOWSKI, 2009).

Historicamente, a própria cronologia do desenvolvimento urbano, com destaque no processo de periferização, é capaz de demonstrar mais sobre as condições desses espaços. Segundo Caldeira (2000), a condição urbana das cidades era dada de maneira concentrada, em virtude da era dos centros urbanos, com todas as qualidades de heterogeneidades presentes em um mesmo núcleo, até o início da industrialização. A indústria é um elemento importante, reverberando da necessidade de se expandir as cidades. Já em um segundo momento, por questões sociais, políticas e econômicas, as distâncias foram ficando mais acentuadas, e logo se percebeu espaços distintos na cidade para cada classe social.

A concentração anterior foi substituída pelo fenômeno de dispersão, pelo movimento de exclusão e de uma população mais carente ter que se afastar do núcleo da cidade. Muito disso também foi possível porque as áreas periféricas, até então rurais ou periurbanas, já existiam, mas era inviável ocupá-las até o estabelecimento dos meios de transporte. As linhas de ônibus foram fundamentais nessa questão. Tendo como acessar, a ilegalidade e a autoconstrução tomaram conta desses espaços, sendo a única possibilidade dos pobres e trabalhadores residirem na cidade. Até esse momento foi o marco da expansão nas periferias que prevalecia no espaço urbano, justamente com a máxima de grandes distâncias e grandes disparidades (CALDEIRA, 2000).

Em outro momento, avançando com o processo de periferização e percebendo uma modificação nesses espaços, foi o fato da opção pela classe mais rica de se mudar para as periferias voluntariamente. O que as distâncias e disparidades ditavam como regra do espaço urbano, não eram mais vistas assim. As classes sociais se aproximaram territorialmente e as disparidades não tinham mais a ver com o grau de proximidade, eram estabelecidos outros. Os muros e o isolamento completo foram alguns deles.

É um fato evidente, e relatado pela autora, como as periferias melhoraram dos primeiros olhares que os estudiosos tiveram sobre elas. O capital começou a enxergar esses espaços, portanto, automaticamente as melhorias foram inseridas, mesmo sabendo a quem destinaria as benesses. O alvo nesse caso seria aquela elite que recém ocupava as áreas. Os enclaves fortificados estabelecidos pelos condomínios horizontais de alto padrão remetem aos subúrbios americanos, e hoje dominam as periferias por todas as grandes cidades e metrópoles, extrapolando cada vez mais qualquer limite, e basicamente, balizando o crescimento, expansão e alteração do perímetro urbano. É novamente um relato da cidade do capital que deixa esse sistema reger sua produção, e com isso, inegavelmente, tornando-a produtora de segregação cada vez mais qualificada e acentuada. Costa (2006) acrescenta as escalas e níveis do processo de periferização e das periferias.

A periferia em função da existência de uma centralidade que pese a relação entre esse centro e essa periferia, uma relação dialética;

Ao padrão periférico de crescimento urbano na metrópole por uma forte precariedade em termos de justiça social e ambiental;

Na expansão periférica metropolitana em função da atuação do poder público (o Estado), dos movimentos sociais e do capital (esse representado nos interesses do capital imobiliários e fundiário) (COSTA, 2006, p. 13-15).

1.2.4 | CENTRO-PERIFERIA E EXPANSÃO URBANA

Tendo como pano de fundo as transformações urbanas decorrentes das ações dos centros, das centralidades e das periferias em relação à segregação socioespacial, se encontra a relação do par centro-periferia e da expansão urbana que podem reforçar a produção espacial.

Em síntese, cabe destacar cinco elementos analíticos que fundamentaram o modelo núcleo-periferia na explicação da dinâmica da organização espacial metropolitana: (i) o par centro/periferia, de noção operatória de pesquisa, tornou-se um modelo utilizado para entender o processo de estruturação interna das metrópoles; (ii) o termo *periferização* não se refere apenas a um *locus*, mas a um processo de segregação e diferenciação social no espaço, que tem causas econômicas, políticas e culturais; (iii) consolidou-se como inerente ao padrão periférico a representação da periferia como espaço da reprodução precária da força de trabalho ou espaço da carência, portanto, socialmente homogêneo (embora alguns autores tenham levantado a ideia de uma estrutura polinucleada, no lugar da dual); (iv) a dinâmica de crescimento periférico era entendida como a projeção, ao nível do espaço, do processo de acumulação ou como representação da hierarquia social vigente na sociedade brasileira; e (v) a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos era tomada como mecanismo central do padrão de estruturação urbana, embora em muitos trabalhos se evidenciasse a importância dos agentes dos mercados fundiário e imobiliário e suas respectivas práticas (LAGO, 2015, p. 25).

Sem muita pretensão, o termo centro-periferia nas discussões do universo de pesquisa do urbano e das cidades, tem basicamente a função de uma terminologia criada para exemplificar e denominar o fenômeno a que as cidades se submeteram no seu desenvolvimento. De antemão, trata-se de uma correspondência direta com um tipo de crescimento urbano e automaticamente da expansão das cidades e metrópoles. Tanto é, que na abordagem desse trabalho os temas estão comumente associados.

As primeiras abordagens que introduziram “centro-periferia” no debate, com um viés descritivo, são atribuídas a Burgess. Aproximadamente em 1925 ele estruturou e sistematizou o pensamento das estruturas urbanas voltadas à relação centro-periferia, e ainda que descritivo, tomara como um elemento metodológico e analítico para propiciar o desencadear do desenvolvimento e evolução das cidades. Nesse momento o crescimento partiria de um núcleo (central) radiando para as periferias, ou espaços não centrais (OJIMA, 2005).

Essa construção de pensamento despertou os estudos sobre o universo urbano e pautaram as teorias e as investigações a respeito das cidades no mundo todo. No entanto, revela o autor, por mais importante e relevante que seja, não foi o suficiente para solucionar todas as respostas. O primeiro impasse, seria os enfrentamentos dessa relação no plano do físico e espacial, tal como é abordado, além dos avanços e da diversidade e complexidade dos espaços cada vez mais heterogêneos.

Na prática de desenvolvimento de uma cidade, aglomerado ou região metropolitana, a relação centro-periferia corresponde, em um determinado momento, às novas dinâmicas espaciais, tendo sobretudo um caráter regional, tanto é que sua maior força se demonstra com o surgimento das metrópoles e das cidades de grande porte. Por sua vez, centro-periferia também corresponde ao processo de centralidades/descentralização, na qual a cidade passa a ser polinucleada, reverberando novos espaços de concentração, aglomeração, oferta de serviços e circulação (TESSARI, 2013).

Tessari (2013) afirma que era um novo momento na realidade das cidades, onde deixam de ser espaços de pequeno a médio porte, padronizadas com um centro pioneiro e algumas circunvizinhanças, para grandes estruturas dotadas de uma capacidade imensa de fluxo, gerando as múltiplas áreas centrais. É de extrema relevância perceber como nesse momento o que estava constituindo era um espaço que chamava atenção do capital, e que por consequência sofreria seu domínio e seus padrões.

No Brasil, com ênfase nos anos de 1970 e 1980, esse fenômeno fica mais claro na prática e nos estudos sobre as cidades, revelando bem, a relação centro-periferia como estruturante na produção dos espaços dos centros e das periferias.

[...] as periferias urbanas situadas nas metrópoles eram geralmente descritas como “o urbano possível” para as classes trabalhadoras. A periferia seria então o resultado de um processo dual de construção do espaço: **a chamada relação “centro-periferia” é a expressão mais acabada desse movimento**. O centro seria o nexo aglomerativo de todas as benesses do eldorado urbano. As metrópoles seriam espaços “estancizados”, marco da segregação socioespacial; a centralidade concentraria o emprego, os equipamentos urbanísticos mais modernos e as funções centrais de direção da vida urbana. Essa periferia seria resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado. Esses espaços nasceram desse duplo movimento e se caracterizaram geralmente por um decréscimo nas condições de vida das classes ditas populares (GUIMARÃES, 2016, p. 22-23, grifo nosso).

Holston (2013) descreve centro-periferia como o causador do processo de expansão e mais ainda da periferização, por meio de um mecanismo que intitulou como “centrífugo”, tendo as forças do desenvolvimento urbano sempre impulsionando uma cidade para funcionar a partir de uma área central, direcionando determinadas parcelas para localidades cada vez mais distantes. Tanto é verdade, e se não bastasse em um único movimento de expulsão e segregação de um centro para uma periferia, esse fenômeno se torna repetitivo e recorrente, ou seja, um modelo em constante exercício. As periferias de hoje não serão as periferias do amanhã, haja visto que já terão sido criadas novas e levado os que não cabem na disputa do espaço urbano para lá.

A expansão urbana que tanto é debatida em qualquer cenário de discussão a respeito de uma cidade, do seu desenvolvimento, da elaboração de um Plano Diretor, entre outros, é fruto principalmente dessa opção de trabalhar as cidades que os agentes adotaram e muitos persistem. A urbanização extensiva, tratada por Japiassú e Lins (2014), corresponde às políticas de transformação incessantes de propriedades rurais em urbanas, aumentando forçadamente o perímetro urbano e por consequência a área de expansão de uma cidade. É compreensível a necessidade de expandir algumas cidades, e para isso existem meios e formas melhores de se fazer. Uma alternativa é encarar a real necessidade frente ao enorme quantitativo de vazios urbanos mantidos pela especulação imobiliária, a mesma que age a favor da expansão extensiva.

Países europeus e até latino-americanos, como é o caso da Colômbia, aplicam bons exemplos de estratégias frente ao desenvolvimento urbano, dotando os agentes privados de responsabilidades frente aos processos e retornos sociais, principalmente voltados a habitação e as classes mais baixas, que lutam pelo espaço urbano e pelo direito à cidade (SANTORO, 2011 e 2012). Está na hora das cidades e seus gestores reconhecerem, assim como as pesquisas e estudos reconhecem, o papel das estruturas urbanas na relação centro-periferia, e sobretudo combater seus erros e excessos, a fim de se

planejar melhor os dois principais frutos que esse sistema orientou – a expansão urbana e a periferização, que geraram e geram, a segregação socioespacial.

1.3 | SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL (URBANA)

A segregação socioespacial se estabelece como um dos tópicos mais importantes do trabalho, pretendendo nesta seção específica abordar sua contextualização e de qual segregação exatamente estamos discutindo. As conceituações são inseridas no universo de pesquisa e teorias sobre o tema, suas classificações, a construção dessa segregação no espaço urbano e das cidades, a aplicabilidade com exemplos práticos e perceptíveis e um destaque maior à segregação presente no Brasil, refletindo um debate sobre sua instauração na nossa sociedade.

Vasconcelos, Corrêa, e Pintaudi (2013) entendem segregação como um produto da produção do espaço urbano, na sociedade capitalista, quase que como um marco da urbanização e da formação das cidades, sobretudo as brasileiras. Haja vista que as cidades, sejam produzidas nos países ricos ou periféricos, vão apresentar alguns padrões e semelhanças nas suas construções, é preciso especificar as diferenças, dada a dinamicidade desse processo, que por conta da complexidade, apresenta características únicas, ou seja, cada cidade formará uma estrutura espacial diferenciada.

Sendo assim, a segregação socioespacial é compreendida por duas esferas, inclusive por constituição da própria nomenclatura – social e espacial. Essa construção se refere a um espaço produzido com base nas classes e pelas classes sociais, portanto já é possível prever quem estabelece as condições do espaço urbano quanto a qualidade e outras características dentro de um espaço citadino. Dessa maneira, a segregação é uma construção oriunda do processo de produção das cidades com base na relação centro-periferia, ainda muito presente na maioria das cidades, que por consequência regem o fenômeno da expansão urbana e da periferização. Todo o emaranhado colabora para a produção de espaços segregados, visto como é a própria natureza dos agentes que promovem os espaços urbanos que geram essas características.

Nos Estados Unidos, os subúrbios, entendidos como os espaços periféricos, são destinados a áreas residenciais para uma parcela da população que pode usufruir de regiões mais valorizadas, e os centros, destinados as minorias específicas. Quase sempre, na América Latina e em parte da Europa, “a proximidade dos centros é valorizada e as periferias são em geral desvalorizadas e estigmatizadas” (VASCONCELOS; CORREA; PINTAUDI, 2013, p. 8). Nessa lógica, não é dizer que a segregação aconteça somente em espaços periféricos ou centrais, é entender a dinâmica como uma construção social (capital) do espaço. Como o maior foco é destinado à realidade brasileira, é claro dizer que existe

uma tendência muito forte de se aplicar e visualizar a segregação nas periferias, um dia tão sofridas, mas como visto, que também se encontram com outras alternativas e condições.

Existe uma tendência muito forte nos referenciais teóricos e numa visualização empírica da cidade de associar a segregação como uma ocupação de uso residencial, observada por meio do estabelecimento das classes sociais no espaço urbano, refletindo parte da desigualdade encontrada nas nossas sociedades (CASTELLS, 1983) e que reproduz o espaço “fragmentado” (HARVEY, 1975).

Pela maneira como entendemos a segregação (socio)espacial e suas relações intrínsecas a sociedade, é possível afirmar que toda conceituação e investigação sobre o tema ainda não cessaram, considerando-se a construção e evolução constantes permitidas pela mutação e transformação do espaço (urbano) com as ações da sociedade ao passar do tempo. Colocado isso, e visto um pouco da contextualização da abordagem de segregação, vejamos a seguir como se conceitua, na teoria e na prática histórica, as segregações encontradas e os alertas sobre a banalização frequente do termo e orientações mais condizentes de sua aplicabilidade em diferentes situações e contextos.

Villaça (2001), ao investigar sobre o espaço “intra-urbano” revela diversas especificidades voltadas aos fatos que constituem os espaços urbanos, tais como elementos estruturais – os centros, ou mesmo os processos socioespaciais – as periferias, os subúrbios, e por consequência, a segregação. Historicamente, a segregação dentro das cidades possui uma origem ligada à Revolução Industrial, separando burguesia e operariado, destinando-os para habitar em lugares diferentes. Dando um enorme avanço na linha do tempo, e refletindo sobretudo no Brasil, o padrão de segregação pode ser visto a partir da década de 1940, sob a relação centro-periferia, e como entendiam os pioneiros, como Burgess – ricos estariam instalados no centro e os pobres nas periferias. Porém, as reflexões mais contemporâneas demonstram que os espaços não são necessariamente homogêneos, e já na década de 1990 a segregação socioespacial aparenta estar mais articulada, segregando os espaços (física e socialmente) próximos ou em uma mesma região, tendo em vista o que acontece com os condomínios fechados (LAGO, 2015).

A partir de 1970, ocorre o que Lago (2015) chamou de autosegregação, na qual as elites tomam conta das bordas das cidades e se isolam. Desde esse momento as periferias não são mais lugares apenas de pobreza, no entanto acarretam uma série de fatores como o de exclusão, enobrecimento do espaço, expulsão de uma parcela mais pobre para periferias, ainda mais distantes e carentes, provocando um efeito infinito da periferização, que só prejudica uma classe social (HOLSTON, 2013).

No mesmo momento, é importante validar, como o Estado foi um dos principais interventores para um crescimento urbano segregador e excludente, principalmente por meio das políticas

habitacionais. Ou ainda, movidos e impulsionados por esse fator, a própria informalidade da autoconstrução e da única opção viável para se viver em um espaço urbano, o de se alojar (e por consequência, segregarem) em áreas distantes (LAGO, 2015). Cabe evidenciar que nesse período, teóricos como Dos Santos (1978), afirmam que as periferias superariam as favelas, e embora isso não tenha realmente acontecido, os estudos de desigualdade e segregação o fizeram.

Ribeiro (1996) nos traz o lado dos agentes imobiliários, que desde sempre vêm colaborando na lida com a terra e as propriedades, uma espécie de especulação, visando a hiper valorização, colaborando para os processos de segregação urbana socioespacial.

[...] a segregação se evidencia nos bairros de elite — os chamados “bairros-jardins” - construídos pela burguesia fora dos limites da cidade, dentro dos muros de condomínios fechados como Alphaville, Tamboré, Granja Viana, verdadeiras “ilhas de riqueza” em meio à periferia pobre (Bógus, 1992, p. 47).

Seguindo historicamente, a partir de 1980, evidencia-se uma grande mobilidade social dentro dos espaços urbanos. Efetivamente ocorria o movimento de parcelas mais ricas da população para os grandes condomínios horizontais de alto padrão, e por consequência uma movimentação enorme das demais classes sociais. O que ocorreu foi um empobrecimento de uma classe média, que deveria alterar seu lugar de moradia, afastando-se da “antiga” periferia, agora rica. Outro fato foi a subutilização das áreas centrais, onde nem ricos e nem pobres conseguiam se manter, por diferenças próprias, mas reais (LAGO, 2015). Pode-se dizer que a dinâmica preponderante até os dias atuais é essa, no que se refere a produção social do espaço gerador de segregação.

Uma abordagem que a autora traz para sua análise na metrópole do Rio de Janeiro é uma categorização de periferia, as quais ela classifica em: periferia consolidada, periferia em consolidação e periferia em expansão. É um viés metodológico defendido por ela para melhorar o entendimento de região metropolitana, dos diferentes momentos de periferização e de produção destes espaços. Essa classificação reflete no estágio de crescimento em que se encontram, sendo a consolidada com um crescimento praticamente insignificante, a em consolidação com um crescimento considerável e em processo constante, e a em expansão uma percepção nítida de evolução e de estabelecimento acelerado e significativo.

Ao perceber como a segregação socioespacial evolui quando integralmente associada à produção urbana, é possível entender o avanço de uma realidade homogênea para heterogênea, como emergem as novas modalidades de segregação, oriundas do processo de mudança da desigualdade e deslocamentos residenciais de diferentes classes sociais que ocupam uma mesma cidade.

Antes disso, Lago (2015) reforça que as dificuldades para avançar no entendimento da segregação socioespacial são muitas, haja vista uma predominância do discurso dualista de rico no centro e pobre na periferia, e defende que não é de maneira simples que esse fator ocorre. É preciso lidar com as situações intermediárias, muito mais complexas que as impostas nas abordagens até o momento. É também uma dificuldade, segundo a autora, entender a diminuição ou aumento da segregação socioespacial nas cidades, por uma série de fatores, como o da gentrificação, o da mudança do padrão de uma elite viver em espaços fortificados, etc.

Pela ótica de Gottdiener (1993), por exemplo, as cidades se estabelecem cada vez mais fragmentadas. Isso fica exemplificado cada vez mais por cidades com um índice enorme de áreas de expansão urbana, criando uma cidade dispersa, policêntrica, com baixa densidade populacional e profundamente segregada” (LAGO, 2015, p. 19).

Quanto aos autores que abordam segregação socioespacial em suas pesquisas, a conceituação mais genérica e comumente abordada é a do processo de segregação socioespacial associado ao de exclusão social e que se reflete na sociedade como um todo (MARISCO, 2020). Ou seja, a segregação afirma a exclusão, uma vez que ao determinar uma parcela populacional de se localizar isoladamente em um território, automaticamente se segrega e exclui. Castells (2000), entende a segregação socioespacial baseada numa sociedade específica que se segrega no espaço com base na renda, etnia, profissão, raça, entre outros, e que refletem em espaços homogêneos (ou não) em um tecido urbano fragmentado. Portanto, segregação é

[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 2000, p. 250).

Quando refletimos sobre o debate de segregação socioespacial das cidades contemporâneas, o exemplo mais contundente encontrado no espaço urbano é o dos condomínios fechados. Sposito (1991) traz em sua pesquisa a conceituação ampla e restrita do termo, entendendo a segregação pelo afastamento e isolamento de um processo de diferenciação social intraurbana, não necessariamente voluntária, altamente correspondente à discriminação de classes. Quanto a isso Lefebvre (2008) já alertava para as confusões que poderiam ocorrer quanto a diferença, distinção, separação e segregação. O autor ainda revela como a segregação pode se apresentar no contexto urbano, de forma espontânea, movida pela classe social e estilos de vida, e voluntária, que na própria dinâmica os espaços são por assim só colocados de maneira segregada, e programada, por meio dos agentes e planejadores urbanos.

De toda forma, Lefebvre é categórico ao afirmar que a segregação é um mal que o urbanismo constrói e totalmente contrário ao sentido da vida urbana.

Dentro das estruturas urbanas é inegável a prevalência da segregação sobre as espacialidades das cidades. Para Villaça (2001), a segregação urbana é o efeito espacial sobre o social, ou seja, o domínio do espaço no social e por consequência reflete o uso e ocupação do solo. Dentro do processo de ocupação e formação urbanas os espaços antes de mais nada são determinados pela ação de figuras que ocupam determinada área, construindo e impondo características sociais (seja cultural, política ou econômica, por exemplo) acarretando uma associação dos usos, valores e determinações para além das estruturas físicas.

É de fundamental importância associar sempre a questão da segregação com a sociedade capitalista em que vivemos, e sendo assim, a grande maioria dos autores concordam com essa visão. Dessa maneira, algumas conceituações e entendimentos vêm sempre associando segregação à exclusão, afinal é isso que as cidades contemporâneas constroem sob a égide do regime capitalista (MARISCO, 2020).

O padrão de urbanização das cidades brasileiras centrada no modelo centro x periferia, foi o que subsidiou os estudos da **segregação urbana no Brasil** revelando um modelo com acentuada fragmentação do seu tecido urbano. Por um lado, se efetiva uma expansão urbana para as áreas periféricas, escassas de infraestrutura e equipamentos urbanos com predomínio de uma população de baixa renda. Por outro lado, áreas bem localizadas dotadas de infraestrutura e serviços ocupadas por uma população de rendas alta e média. Este padrão centro x periferia estabeleceu os estudos de **segregação brasileira** ao longo dos anos. Contudo atualmente é preciso relativizar as análises da segregação urbana com base neste padrão de urbanização, uma vez que novas lógicas e atores estão entrando em cena. Considerando a realidade das metrópoles brasileiras na atualidade, somente a título de exemplo podemos destacar a implantação dos novos padrões de moradia de alta renda representadas pelos condomínios fechados horizontais a partir da década de 1980, no qual ao se estabelecerem em áreas periféricas deslocam uma parte das classes sociais e suas demandas (em termos de serviços e equipamentos urbanos) para estas áreas. Até então a simples leitura desse padrão de urbanização no qual “os ricos estão nas áreas centrais e os pobres nas periferias”, não mais se sustenta, devendo relativizar quando se trata da realidade brasileira. Daí a importância da relativização desses processos enquanto escala geográfica de análise (local, nacional e global). Não se aplica igualmente a todos os espaços e sociedades (MARISCO, 2020, p. 54-55, grifo nosso).

Vasconcelos (2013) traz uma contribuição bastante relevante na qual podemos identificar como classificação e reconhecimento das formas de segregação ou produção socioespacial que se encontram nas cidades. Dessa maneira o autor dá um destaque para as devidas ressalvas quanto a regionalidade, aos contextos que podem valer para determinados lugares e para outros não. O autor classifica em:

diferenciação socioespacial e desigualdade socioespacial; justaposição e separação; dispersão; divisão em partes e fragmentação; exclusão e inclusão; segregação e dessegregação; *apartheid*; autossegregação, agrupamento e fortificação; polarização e dualização; *gentrificação* e invasão; marginalização e periferização; e abandono (de áreas). Algumas iremos explorar a seguir, outras não, percebendo quais se enquadram e colaboram com as discussões da presente pesquisa.

Primeiramente o autor classifica aquelas representações ligadas aos espaços. A primeira é a diferenciação socioespacial demarcada como as áreas que são possíveis diferenciar até de voo de avião, como as favelas em contraponto as limítrofes áreas enobrecidas. As desigualdades no entanto podem estar mais “escondidas”, o que parece bem com algumas cidades, inclusive brasileiras, que afirmam não possuir favelas, como se isso automaticamente excluísse as desigualdades encontradas no espaço. Um exemplo disso é o caso de algumas cidades elencadas como as mais desiguais do Brasil, segundo a ONU, como Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba (ZECHIN; HOLANDA, 2019) e nem todas apresentarem aqueles visuais de desigualdade na paisagem, como é notório no Rio de Janeiro.

Quanto à justaposição, talvez seria a categoria mais presente no Brasil, da proximidade de áreas na escala de bairro, que reflete classes sociais (embora segregadas) vivendo no mesmo espaço geográfico. “Em São Paulo é famosa a justaposição entre o bairro do Morumbi e a favela de Paraisópolis” (VASCONCELOS, 2013, p. 19) (figura 02).

Figura 02 – Paraisópolis e Morumbi, São Paulo.



Fonte: Tuca Vieira, 2004

Seguindo as demais, que possuem essa noção do espaço, segregação aqui foi entendida a partir da lógica dos guetos até se obter uma caracterização para evidenciar as marcas das desigualdades presentes nas cidades. Existem críticas, inclusive, sobre o uso do conceito de segregação e dúvidas de quando o abordar, ainda mais quando o processo de dessegregação passa a existir, fazendo o inverso do anterior, que ocorre quando se supera as desigualdades

Marginalização seria o que já ocorreu em todas as cidades que seguiram o padrão centro-periferia em seu processo de formação, como já mencionado, inclusive visto na contemporaneidade como um termo errôneo, dada a realidade atual. Dessa maneira se apresenta a periferização, enfrentando a marginalização, mas que é bem mais complexa e visa corresponder aos processos de construção e alteração dos espaços periféricos na cidade, como declara Vasconcelos (2013).

Tendo em mente a maior parte das considerações a respeito dos conceitos e entendimentos da segregação urbana e socioespacial, destaca-se o pensamento de Villaça, capaz de sintetizar um aspecto complexo do espaço urbano, mas que possivelmente é estabelecido conforme ele diz. “Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo, e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2000, p. 147-148). É com esse viés que se explorará a seguir essas definições com a realidade de Goiânia, pautada na região alvo de estudo e suas condicionantes enquanto espaço urbano de uma produção social.

1.4 | ENCLAVE PERIFÉRICO COMO ESTRATÉGIA DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Segundo definição própria do Dicio, dicionário de língua portuguesa, o termo enclave “é algo que se localiza dentro dos limites de outro território; região, território, terreno, reduto localizado completamente dentro das limitações de outro território”. A partir dessa acepção, lida-se com enclaves periféricos na pesquisa, com base em regiões específicas dentro do contexto da região espacial maior, a região Sudeste, como objeto de estudo. Na literatura do tema existe sempre associado ao uso dos enclaves o assunto “enclaves fortificados”, que como o próprio nome induz, é uma referência aos condomínios fechados, enclausurados com seus muros e com todo isolamento pertinente a essa tipologia, que de antemão são notórios como elementos básicos na configuração das cidades característicos da segregação socioespacial urbana (GOULART; GONÇALVES, 2019).

Quando essa questão é associada à segregação socioespacial, como é o caso pretendido, denota-se uma participação das duas definições relatadas acima, porém com outros objetivos. A estratégia se apresenta ao perceber o elemento como um padrão, e portanto, um elemento de repetição

na estrutura urbana e nas periferias para justificar a acentuar a segregação quando é visto áreas isoladas socioespacialmente, descontextualizadas ou em confronto direto nas relações urbanas, paisagísticas, sociais, econômicas, etc.

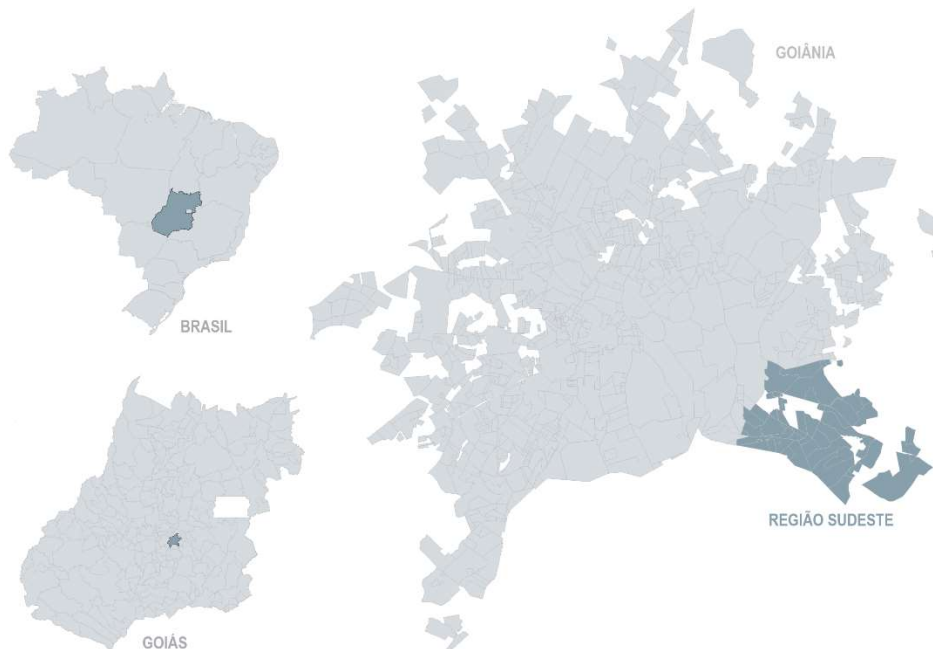
Os enclaves periféricos são, portanto, as regiões ou os espaços alocados em um contexto maior e são também pertinentes as tipologias dos condomínios. Mas o mais importante e diferencial, é a possibilidade de uma construção, leitura e interpretação da segregação ao olhar sobre esses enclaves, e dessa maneira como se comportam como regiões de conflito e de situações contrastantes. A estratégia de segregação por eles, e que norteia a pesquisa, se dá pelas relações de uma espacialidade marcada pelas rupturas, pelas desigualdades e pelas diferenças de padrões de ocupação e de formação urbana em uma mesma região, resumidamente ilustradas pelos condomínios luxuosos limítrofes aos bairros populares. Seriam, por fim, esses pontos e nós de conflitos que competem e serão chamados de enclaves periféricos.

É preciso dizer que ao intitular todo o trabalho com essa terminologia, pressupõe-se o objetivo de alcançar ao fim e nas metas a escala micro, analisando dentro de um contexto maior, com todas as condicionantes que orbitam a região, pequenas amostragens capazes de extrair o entendimento proposto para debate e investigação desses enclaves como peças-chave para o entendimento de manifestações urbanas e periféricas propulsoras de segregação.

GOIÂNIA E REGIÃO SUDESTE: PERIFÉRIAS E SEGREGAÇÃO

A cidade de Goiânia (figura 03), embora próxima a completar seu centenário de existência, é entendida como uma cidade nova (TREVISAN, 2009) dentro do contexto e do universo de formação dos aglomerados urbanos e das capitais brasileiras. No entanto, tal fato não impede de ser palco de muitas transformações e condicionantes, principalmente condizentes as dinâmicas urbanas, com o exemplo das periferias e da segregação. Esses dois elementos são correspondentes ao contexto de Goiânia e serão discutidos desde seu surgimento até o desenvolvimento atual como características da sua própria existência.

Figura 03 - Contextualização e localização de Goiânia no cenário nacional.



Fonte: Autor (2023)

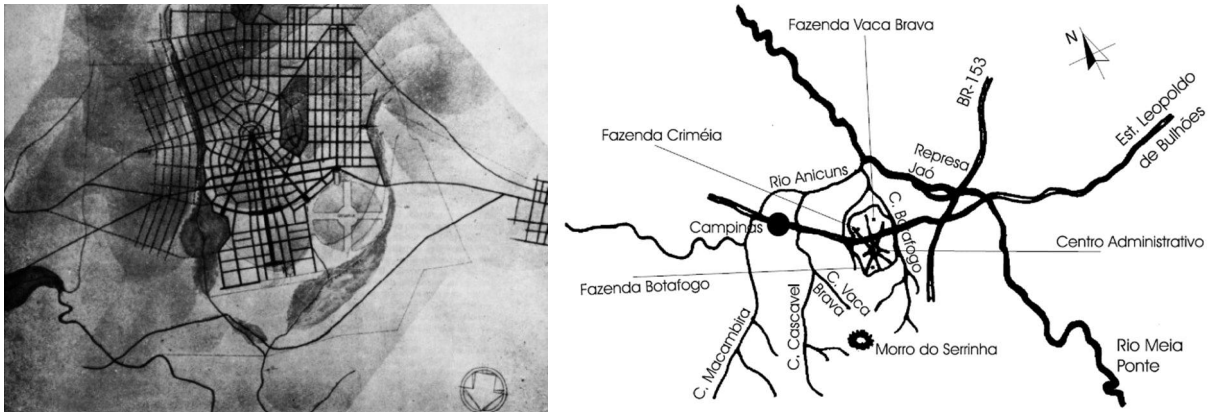
A referência para lidar com Goiânia pelo termo “cidade nova” é por uma acepção de Trevisan que destaca as cidades novas diferenciando-as de outras de origens distintas do planejamento. Segundo Trevisan (2009), uma cidade nova constitui em seu DNA seis genes: desejo, necessidade, lugar, profissional, projeto e tempo.

Esses genes configuram os núcleos urbanos criados: 1) pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite, etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agentes(s) definidos(s) - eventualmente profissional(is)

habilitados(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso (PANTALEÃO; TREVISAN, 2011, p. 2).

Planejada na década de 1930 para ser a capital do Estado de Goiás, Goiânia foi criada por uma vontade política, mas estruturada com toda técnica e conhecimento de profissionais, como do urbanista Atílio Correa Lima. É palco de uma prática de urbanismo modernista, evocando elementos como a estruturação do sistema viário e a setorização, reiterando a cidade, sobretudo, como um local administrativo, típico de uma capital (figuras 04 e 05). Durante os primeiros anos, os governos e os técnicos que planejavam a cidade, como o sucessor de Atílio, Armando Augusto de Godoy, conseguiram ter o controle do “plano original” e manter a cidade conforme os desejos e desígnios do momento, resguardando essas condições até os anos de 1950 (MOYSES, 2004).

Figura 04 e 05 - Plano piloto de Goiânia e seus primeiros arranjos.



Fonte: IBGE (1942) e Ribeiro (2004)

Tão logo passados esses primeiros anos de planejamento dentro de um controle resistente, a partir da década de 1950 o Estado não mais conseguiu ter o domínio total, e mesmo com a intervenção de outros profissionais do planejamento urbano e dos planos que a cidade adquiriu, agentes externos ditaram mais sobre o encaminhamento da cidade do que qualquer outra ação. Foi o caso do primeiro momento de crescimento e expansão não planejados, e que por consequência, tornou-se o momento decisivo para o desencadear de Goiânia como uma cidade que enfrentaria problemas quanto à propulsão de sua forma urbana. A sua urbanização tão recente já seria marcada por um processo de expansão contínuo (até os dias atuais), que geraria espaços como as periferias e a demarcação de uma segregação socioespacial cada vez mais acentuada.

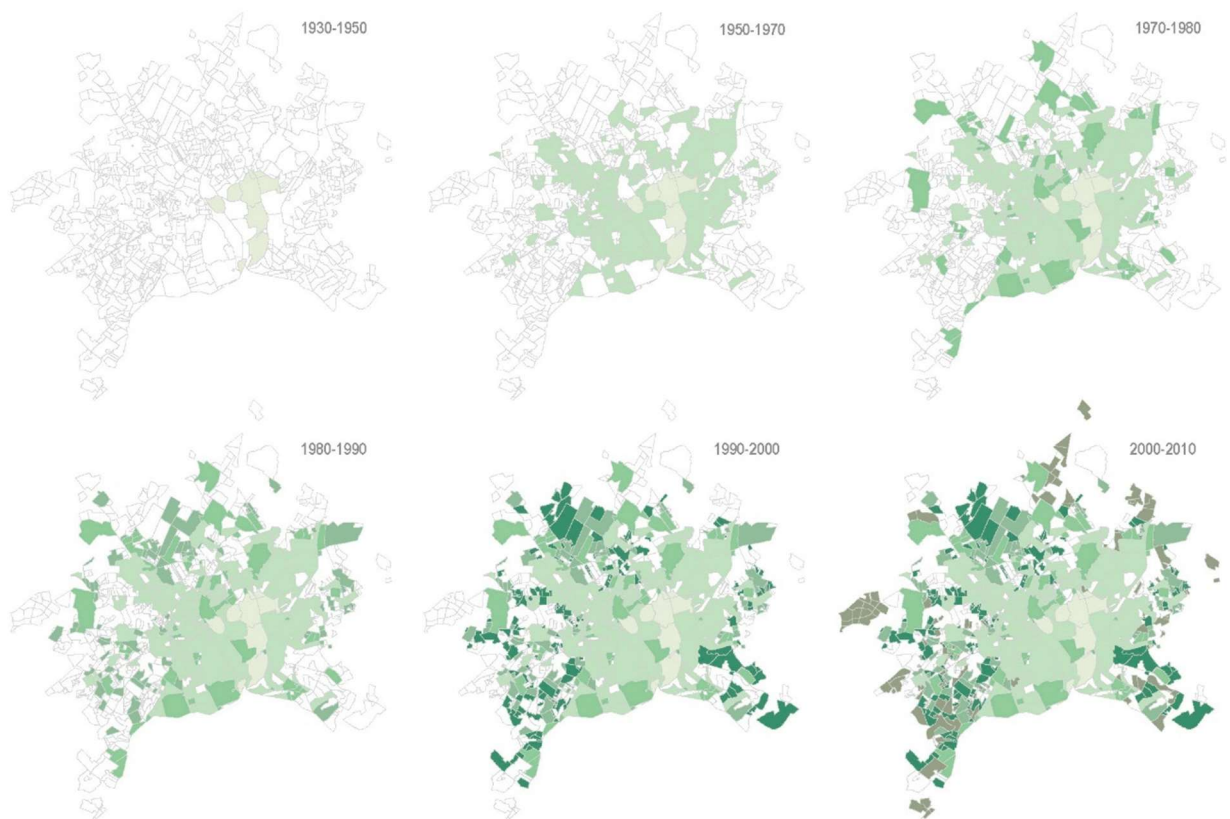
Moyses (2004, p. 19) elenca Goiânia como uma cidade nova, mas que “no entanto, seus problemas urbanos são velhos conhecidos. Possui espaços segregados em que pobres e ricos escondem-se e recebem-se”. As características em destaque do processo de espraiamento da cidade estão em uma periferia alargada, conurbando-se com os municípios adjacentes, e o protagonismo é

posto pela especulação imobiliária. Goiânia, portanto, é sempre “dinâmica e influente [...] De fato é bela e moderna, mas também é desigual, como a maioria das cidades brasileiras.” (MOYSES, 2004, p. 20).

2.1 | CRESCIMENTO E EXPANSÃO URBANA EM GOIÂNIA – 1970-2020

Entende-se pelos estudos referenciais sobre Goiânia, que embora tenha sido criada com um propósito nos anos 1930, para um determinado padrão de cidade, e com alguma reestruturação cautelosa no plano original na década posterior, foi somente a partir de 1950 que a cidade se viu em pleno crescimento para atingir índices de uma grande cidade consolidada a partir de 1970, onde se inicia o recorte temporal da pesquisa, levando aos resultados da cidade tal como se estabelece nos tempos atuais (figura 06). Os principais fatores para discussão a partir desse momento foram as fortes tendências e marcantes crescimentos da expansão urbana como responsável para condução da cidade, e mais importante, identificar como foi motivada, determinada e por quem.

Figura 06 - Expansão urbana de Goiânia (1930-2010).



Fonte: Autor (2023)

Há que se destacar, que tendo como objeto de estudo uma região de expansão específica da cidade, o tópico de discussão do crescimento em Goiânia entre os anos 1970 e 2020 retomam o fenômeno para a cidade como um todo, visando uma contextualização, embasamento e entendimento

da formação do respectivo recorte físico e espacial, a partir de uma espécie de cronologia da formação e produção urbanas de Goiânia.

Ultrapassado o momento de áreas oficiais, ou seja, dos bairros planejados no núcleo pioneiro e do centro expandido da cidade com bairros adjacentes aos primeiros da composição, em destaque, Setor Central, Setor Norte, Setor Sul, Setor Leste Universitário, Setor Oeste e Campinas (MANSO, 2004), o processo de urbanização tomaria um novo rumo feito por ocupações de terras urbanas e rurais, demarcado expressivamente pelas fazendas que se tornaram loteamentos e foram parceladas de maneira, muitas vezes, clandestina ou irregular. Algumas ocupadas de imediato e outras produzidas para usufruto da especulação imobiliária ao longo do tempo (MOYSES, 2004). Esse processo foi posto pelo autor também como um “planejamento (des)urbanizador”, responsável pela criação de espaços contínuos ou descontínuos, mas sempre segregados. Isso evidencia um cenário de que a expansão e crescimento da cidade estão imbuídos economicamente, e por isso afetaram tanto as relações sociais no espaço, condenando na maioria das vezes, a parcela mais pobre da população.

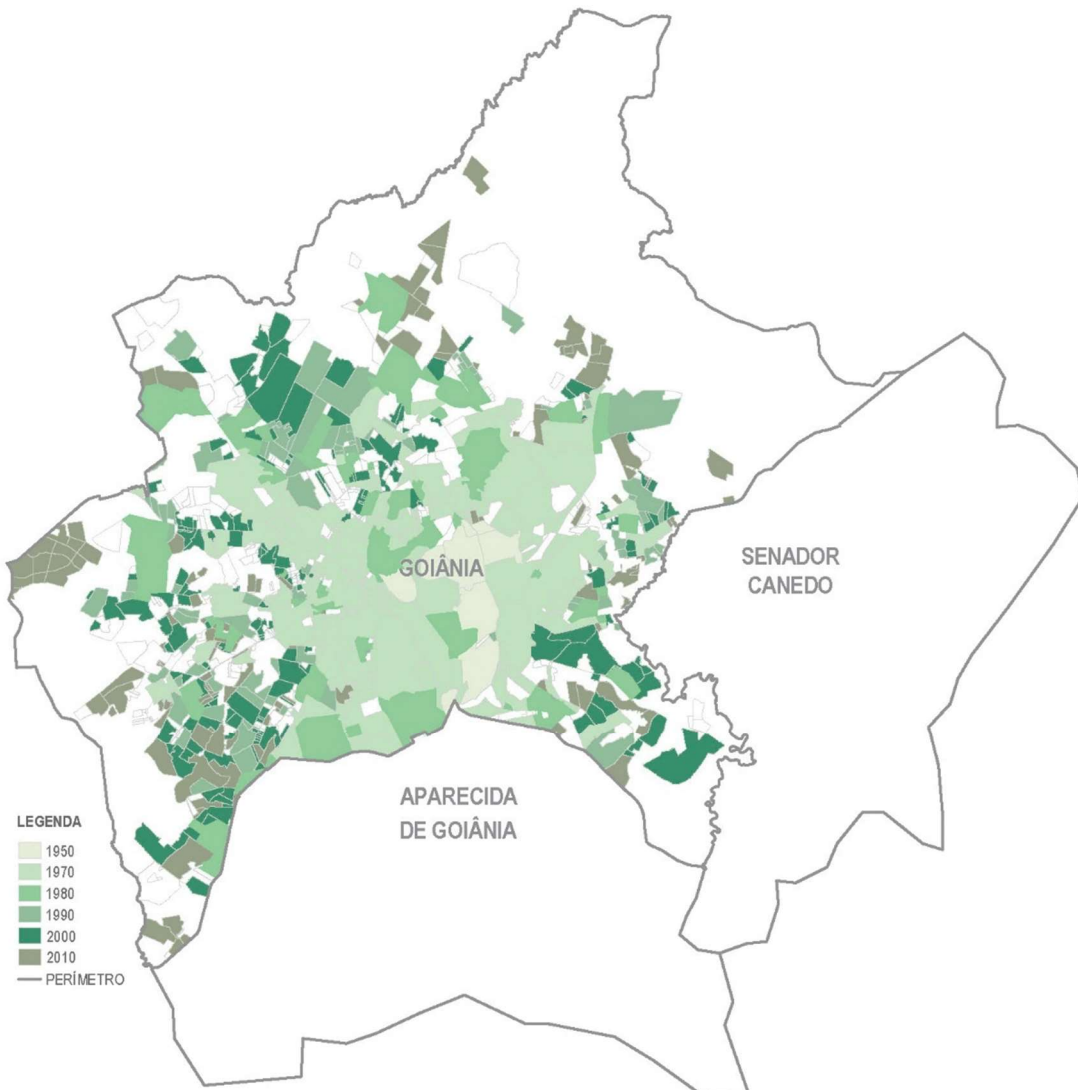
Marcada pelos seus planos e planejamentos (de sucesso ou não), Goiânia, mesmo no momento de alto desenvolvimento, contou com a presença de projetos e legislações desenvolvidos por profissionais de conhecimento urbano ou por técnicos do poder público. Em meados de 1950 houve a participação de Luiz Saia, cujo trabalho só foi executado em 1960. Ao final dessa década atuou Jorge Wilhelm criando o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1968), que reverberou até o surgimento do Instituto Municipal de Planejamento, então Secretaria Municipal de Planejamento (1975). Em nível de adiantamento, as tentativas de regulamentação continuaram na década de 1990, onde houve a criação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), a partir de 1993, mas identificado como PDIG/2000. Esses viriam a ser os precursores do que temos hoje com os Planos Diretores de 2007 e 2022.

Sabe-se portanto que a cidade contou com um planejamento, ou ao menos com a tentativa dele. Em nível de lei e de status ele existe, mas o movimento de urbanização é muito maior e marca as fragilidades e subserviências, acarretando em uma cidade com uma formação para além da esfera dos planos e do planejamento, a qual iremos relatar e compreender a seguir. As alianças entre o poder público e a iniciativa privada foram fundamentais para a produção do espaço urbano de Goiânia, como afirmam diversos autores.

De início um dos fatores determinantes para o crescimento e desenvolvimento de Goiânia foi a sua demografia, com um crescimento expressivo, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980. Segundo dados do IBGE, em 1950 Goiânia possuía mais de 53 mil habitantes e teve um salto para 151

mil em 1970, seguindo com os marcos de 380 mil em 1980, 717 mil em 1991, em 2000 alcançou 922 mil e assim por diante. Hoje estima-se que a população do município gire em torno de 1,5 milhão de habitantes. Territorialmente seu crescimento teve forte influência da conurbação, que daria início ao processo de metropolização da cidade (figura 07), principalmente com os municípios vizinhos de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015).

Figura 07 - Ocupação de Goiânia e metropolização com Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.



Fonte: Autor (2023)

Existiram algumas restrições físicas que impediram até determinado momento o crescimento da cidade, como foi o caso da rede ferroviária, que até 1960 impossibilitou o crescimento para o norte da cidade; a rodovia BR-153 que seria um impeditivo para avançar a cidade a leste/sudeste até os anos de 1980; e até o Rio Meia Ponte em meados de 1990, sem a construção de pontes, somados a outros obstáculos naturais. Porém, tão logo superadas, as restrições não “atrapalharam” mais o projeto de expansão.

O plano de Luis Saia, que não veio a ser efetivado por razões do momento político na década de 1960, trazia soluções como dividir a cidade para solucionar problemas específicos, mas uma vez invalidado pelo declínio do Estado como detentor das propriedades fundiárias, a ascensão da iniciativa privada foi o começo de tudo. Os proprietários de terra poderiam criar parcelamentos, o que acarretou em uma proliferação de loteamentos (irregulares, sem infraestrutura, etc.) entre 1960 e 1970. As regiões de Goiânia que se iniciaram com essa dinâmica foram a central, sul e algumas periferias ao norte e oeste.

Nascimento e Oliveira (2015) afirmam que, em virtude do PDIG, o primeiro a ser implantado, Goiânia alçou novos horizontes ocupando áreas próximas a rodovia BR-153, incorporando loteamentos para todos os cantos, inclusive de forma descontinuada da malha urbana e com inclinações periféricas em virtude do distanciamento que novos assentamentos assim provocavam na expansão da cidade. Esse processo gerava, ao passo que criavam novas áreas de ocupação, também áreas ociosas, propícias as práticas de especuladores visando valorização futura. Isso ocorreu significativamente nas parcelas a oeste e norte, mas também a leste e sul do município.

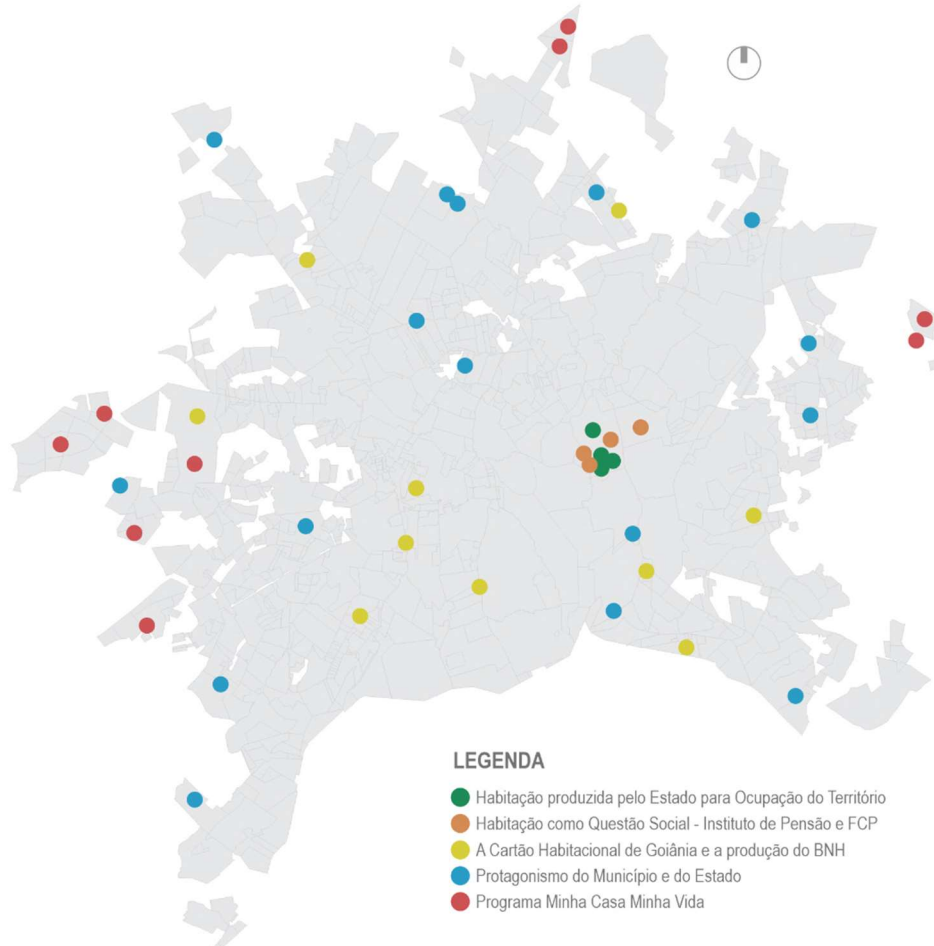
Quatro fenômenos que podemos imputar para Goiânia no período de desenvolvimento foram os conjuntos habitacionais e a verticalização entre os anos de 1970 e 1990, enquanto os dois primeiros, além das centralidades que surgiram nesse período e seguem conduzindo alguns eixos da organização urbana anos posteriores. E o outro fica a cargo dos espaços urbanos segregados, os condomínios fechados, a partir de 1990, dos quais essa pesquisa mais se ateve.

Foi então que em meados de 1970 que as áreas limítrofes tiveram maior projeção impulsionadas pelo surgimento de conjuntos habitacionais (condizentes à época pelo forte incentivo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e pelo Banco Nacional de Habitação - BNH), que pressionou ou favoreceu para que as legislações urbanísticas estrategicamente conseguissem expandir a cidade (PANTALEÃO; VILARINHO; MARTINS, 2020). A maior questão nessa prática e no fenômeno dos conjuntos habitacionais como espaços urbanos de composição de uma cidade, foi a sua forma de implementação, como um movimento de expulsão dessa população para periferias distantes, em um primeiro momento, e até hoje visualizadas, como espaços sem total infraestrutura básica para as atividades, acarretando a movimentações pendulares e a uma desestruturação no processo rítmico de composição espacial urbana. Ribeiro (2010) destaca ainda que aqui se tem o princípio da segregação populacional e sua marginalização frente ao contexto da cidade, bem como outros problemas como a deterioração ambiental - fruto da inadequação de áreas que deveriam ser melhor revistas na sua ocupação.

As bordas da cidade de Goiânia foram esparsamente ocupadas pela produção de habitação por meio desses conjuntos habitacionais (figura 08), aparecendo em todo o perímetro urbano, mas tendo

destaque principalmente a região sudoeste (LUCAS, 2016), principalmente em virtude de programas de fomento a construção de moradias de baixa renda, que muitas vezes pelo valor da terra com a ideia de promover um valor do imóvel acessível a essa classe trabalhadora, recorriam as periferias mais distantes no território da cidade.

Figura 08 - Conjuntos Habitacionais em Goiânia.

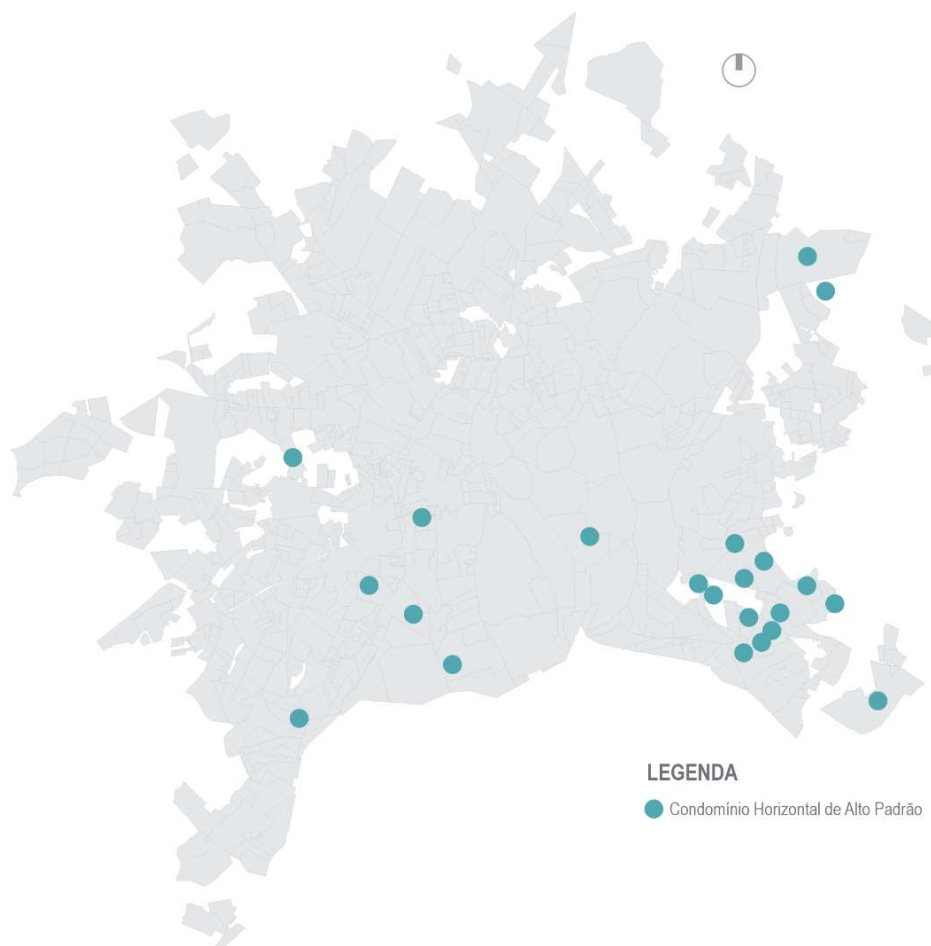


Fonte: Lucas (2016) - adaptado pelo autor.

O processo de verticalização, que pertence à etapa de consolidação do crescimento de Goiânia, ocorreu a partir de 1970 de maneira centralizada, tendo um maior protagonismo nas áreas centrais e no centro expandido, a exemplo do próprio Setor Central e do Setor Oeste, ou seja, em bairros já consolidados, e nas décadas seguintes de maneira mais descentralizada, com o exemplo do Setor Bela Vista, Jardim Goiás, entre outros (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015). Outro destaque dentro do fenômeno da verticalização, é como retratou Romacheli (2018), a “verticalização periférica” como a possibilidade de implementação mais dispersa, com um outro objetivo e para uma outra classe social, moldados muitas vezes por programas sociais como o Minha Casa Minha Vida - MCMV. De certa maneira, dentro do escopo da pesquisa, a verticalização propriamente dita não tem um impacto muito grande, portanto não será explorada para além disso.

Os loteamentos murados, mais conhecidos como condomínios fechados, por sua vez, chegaram a Goiânia na década de 1990. Tinham uma outra configuração da que se percebe hoje na predominância dessa tipologia. O primeiro, Jardins Florença, surgiu na região sul da cidade no ano de 1996, e logo outros condomínios horizontais ocuparam extensas áreas (principalmente nas periferias) da cidade, bem como na região sudeste (figura 09). Hoje são inúmeros por todo o território, em diversas escalas e formatos, adquirindo protagonismos cada vez maiores na expansão e conurbação da malha urbana e gerando complexas dinâmicas socioespaciais (ROMACHELI, 2018). Atualmente a maior parte desses condomínios (mantidos por empresas como Jardins e Alphaville, principalmente) estão abrigados na região Sudeste de Goiânia, concentrando uma espécie de reduto das classes mais abastadas em separação das classes populares, em constante tentativa de competição espacial nessa região, a qual será abordada com mais detalhes posteriormente.

Figura 09 - Condomínios horizontais localizados em Goiânia.



Fonte: Autor (2023)

As centralidades (centros ou marcos de referência) são elementos muito importantes no entendimento das articulações de desenvolvimento da capital desde seus primeiros anos de estruturação até o auge da sua formação como grande cidade e metrópole (figura 10). Existem algumas centralidades

entendidas por “centralidades consolidadas” como é o caso da Praça Cívica, que desde o surgimento se demonstra como um símbolo de poder e concentração de manifestações cívicas, ou a Praça do Trabalhador, que mantém uma tradição comercial congregada a feira Híppie e a região da Rua 44, junto ao Terminal Rodoviário, construído nos anos de 1980. A região de Campinas, anterior a própria Goiânia, permanece um polo de conservação originária à criação da cidade, como símbolo e área comercial relevante no contexto municipal (DUARTE, *et al.*, 2022).

Com o passar dos anos e nos primeiros desenvolvimentos da cidade, algumas centralidades indicadas como “centralidades ampliadas” pertencem ao primeiro momento de expansão, um exemplo disso são as imediações do Setor Leste-Universitário, com o complexo da Praça Universitária e os campi da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), a partir de 1960, conformando um grande polo de instituições de ensino.

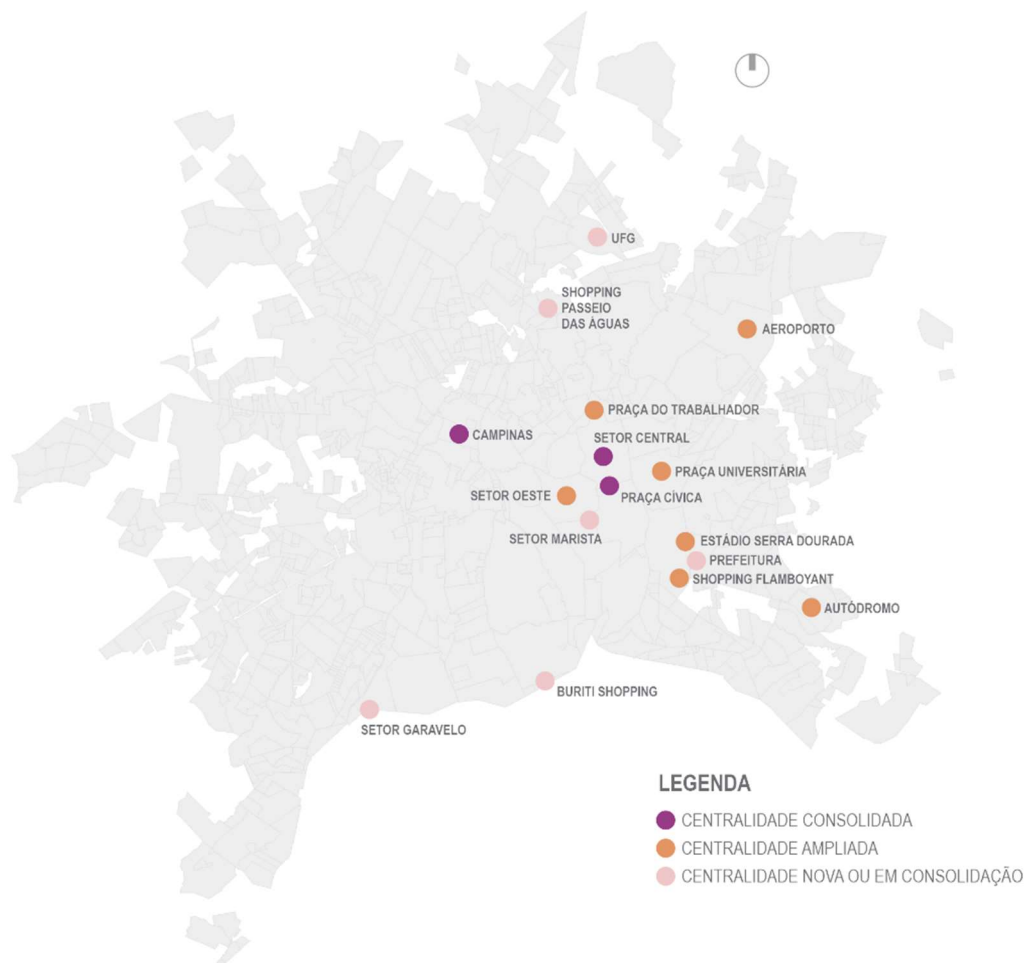
As periferias de Goiânia também já estavam se preparando para receber os primeiros equipamentos de grande porte, como foi o caso do Aeroporto ainda na década de 1950, localizado em uma região consideravelmente distante do centro da cidade. O Autódromo Internacional de Goiânia foi instalado na região Sudeste, que inclusive hoje está próxima a proliferação massiva dos condomínios horizontais, em 1974, como símbolo catalisador do desenvolvimento e crescimento da cidade (BELLORIO, 2013). Essas grandes edificações e estruturas só estavam por começar, quando em 1975, lindeiro a rodovia BR-153, foi inaugurado o Estádio Serra Dourada e próximo dele, poucos anos depois, o Shopping Flamboyant (primeiro do estado de Goiás), nos anos 1980, representando os “malls” americanos, tipologia que faz parte das discussões de centralidades no planejamento urbano de todo o mundo. Os equipamentos eram ferramentas da condução do planejamento urbano, tanto é, que sua presença era notada em documento pelo próprio Plano Diretor de 1992.

Por um aspecto de tempo, em virtude de uma consolidação mais recente, as “centralidades novas” são aquelas que já ocupam seu espaço na dinâmica e da referência do processo urbano da cidade, mas que ainda são aptas a transformações, como o caso do Setor Marista, como um grande polo de bares e restaurantes, além da identificação com o ramo *business*. O processo constante de periferização, visto por Duarte *et al.* (2022), também traz alguns marcos como a própria implantação do Paço Municipal com a sede da prefeitura de Goiânia para uma região afastada do centro e que assim atraiu mais usos institucionais importantes nas esferas pública e privada, como a sede da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), todos localizados nas imediações do *Park Lozandes*, na região Sudeste.

Uma região que antes era carente ou abrigava poucas centralidades com esse destaque, recentemente, a partir de 2013, passou a abrigar o Shopping Passeio das Águas, e enfrenta um processo

semelhante ao que aconteceu com o Shopping Flamboyant na década de 1980, o de ser um catalisador e atrair crescimento e investimento para a localização, como novos assentamentos, adensamento, verticalização, infraestruturas, etc. O Campus Samambaia da UFG, a partir dos anos de 1970, nessa mesma região norte, constitui uma importante âncora, responsável por um grande fluxo intermunicipal, estimulando usos diversos nas proximidades e ocupações residenciais, além de se encontrar em uma área de expansão. Esse movimento contribuiu com a verticalização da região norte – também vinculada a um parque urbano – assim como, mais recentemente, a implantação de condomínios horizontais e de chácaras, além do processo de verticalização da região adjacente.

Figura 10 - Algumas centralidades em Goiânia.



Fonte: Autor (2023)

Os equipamentos, como marcos de referência, seguiram a mesma regra, como catalisadores de desenvolvimentos em outras margens de Goiânia, como é o caso do surgimento do Buriti Shopping, em 1996. Mesmo que se localize oficialmente em outro município, na vizinha cidade de Aparecida de Goiânia, tal equipamento corroborou para o desenvolvimento de bairros na região, como é o caso do Parque Amazônia e todo o eixo da Avenida Rio Verde, conforme citado por Rodvalho (2008). O processo de descentralização é tão forte e presente que regiões distantes do centro da cidade, estão

abastecidas com todos os usos e serviços que se ofertam no espaço urbano concentrado naquela região, como é o exemplo do Setor Garavelo e toda a crescente região Sudoeste. Essa região iniciou a construção de condomínios horizontais de alto padrão em Goiânia, em meados da década de 1990, portando, observa-se esses padrões de centralidades autônomas.

A cidade de Goiânia, dessa maneira, demonstra que ainda possui um crescimento e um desenvolvimento por vir, mesmo que esse tenha sido tão acentuado nas últimas cinco décadas. É uma cidade nova, e como tal enfrenta os desafios de um processo de cidade planejada para um ideal somado às complexidades do urbanismo contemporâneo. Essas complexidades estruturam a formação e a expansão controladas nos primeiros anos de existência, mas assumidas por um outro controle a partir de então. Esse segundo controle foi investido pelo capital, pelos proprietários de terra, e em parcela pelo Estado, que geraram uma metrópole de grandes proporções, com uma rede de vinte municípios diretamente articulados, com todas as características físicas, espaciais e urbanas de uma capital, mas com marcas oriundas do processo de urbanização qualificado para essa realidade. Essas marcas não são desvinculadas do processo de formação, e entre elas está a de uma cidade desigual e segregada. O que quer dizer, Goiânia hoje possui espaços destinados a parcelas específicas da população, espaços apartados e espaços excludentes. Tais características podem, às vezes, passar despercebidas, mas o rastro dessa configuração está presente no urbanismo e será evidenciado para se entender como essa dinâmica ocorre no espaço goianiense.

2.2 | SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM GOIÂNIA: DILEMAS E CONTRADIÇÕES

Muito é difundido pela mídia e pelos estudos e pesquisas o quão desigual Goiânia se apresentou no processo de formação da cidade e vêm tendo os índices reconhecidos na contemporaneidade. Dessa maneira, a segregação socioespacial vai ser um elemento fundamental para discutir Goiânia. Tendo visto o aporte teórico-conceitual do tema segregação urbana socioespacial, será possível desenvolver e reconhecê-la nas tessituras do planejamento e da execução propiciados pelo urbanismo imposto na cidade e responsável pelo desenvolvimento da capital.

O processo de periferização, tanto há anos como mais recentemente, é uma das dinâmicas mais presentes no desenvolvimento de Goiânia, e por tal opção de urbanização a cidade é palco de segregação socioespacial. Tanto o poder público, por meio dos órgãos de planejamento, como a iniciativa privada, fortaleceram as intenções de ocupar as áreas periféricas da cidade em virtude de um desenvolvimento econômico, e para tanto a cidade só crescia para além dos seus limites pré-estabelecidos no perímetro urbano, adensando áreas praticamente não ocupadas, incorporando o sistema viário às novas regiões de uso e ocupação, bem como a promoção de equipamentos. Vale

ressaltar que a periferação era iniciada pelos conjuntos habitacionais, propícios de ocupar as áreas distantes, e só depois estimulada a presença dos condomínios fechados (PANTALEÃO; VILARINHO; MARTINS, 2020).

Por conta desse processo a formação da cidade se deu de maneira fragmentada no tecido urbano, que corresponderia, além de alteração e deturpação da morfologia urbana, em questões de impacto social, como a segregação. Em um primeiro momento tratava da exclusão da parcela de baixa renda na cidade para as margens distantes e depois em uma disputa com as classes mais abastadas na modalidade dos condomínios fechados, com um caráter contrastivo na paisagem e nas relações e dinâmicas intraurbanas.

Portanto, os registros sempre se referem a Goiânia com uma marca insatisfatória e produtora de espaços segregados, e porque não dizer, uma cidade desigual. Essa cidade é o símbolo de uma produção capitalista, na qual o urbanismo gerou espaços de ocupação desigual do solo estabelecendo uma classe trabalhadora condicionada a viver em espaços desqualificados e isolando a população pelo seu poder aquisitivo. A lógica determinou à terra um valor de mercado que definiu, mais do que tudo, o uso social, ou seja, quanto mais equipado, próximo às áreas consolidadas e de valor, mais caro ao mercado, portanto mais distante da classe trabalhadora. O domínio sempre é pertencente ao capital, e aqueles que podem pagar usufruirão da cidade como quiserem.

Quando se coloca o tópico da segregação das cidades na configuração espacial, alguns elementos são condizentes de incorporar à análise urbana, como os fatores de desigualdade socioeconômica, espacialização das classes sociais e correspondências com a morfologia urbana. Todo esse emaranhado de uma condição urbana contemporânea revela uma estrutura de cidade que Medeiros (2012) relatou como uma cidade heterogênea, composta por várias partes sem conexões entre si. Essa falta de integração que os espaços urbanos das cidades brasileiras apresentam, e por consequência também visto em Goiânia é traduzido por:

- (i) cidades com elevada segregação socioespacial, já que o deslocamento dentro da cidade se torna mais difícil; (ii) custos de transporte mais elevados, resultado de maiores distâncias a serem vencidas; (iii) expressiva perda de tempo na realização das tarefas diárias; (iv) maior separação interpartes da cidade dividida em fragmentos; (v) incremento do processo de decadência dos centros antigos por conta da segregação espacial; (vi) grande aumento do preço da terra nas áreas mais acessíveis, justamente devido à importância da acessibilidade no processos de especulação imobiliária (MEDEIROS, 2012, p. 64).

Goiânia foi elencada como uma das cinco cidades mais desiguais do Brasil pela ONU, com a reflexão de que enquanto metrópole “é o local para o afloramento da tensão latente entre uma população integrada espacial, social e economicamente aos diversos processos da vida urbana e outra não

integrada a esses processos” (ZECHIN, 2014, p. 235). Muito embora se fale popularmente da dificuldade de enxergar com precisão as marcas de desigualdade em Goiânia, por conta da ausência de favelas (como vistas tradicionalmente) ou de assentamentos similares que retratem a situação de maneira discrepante, a desigualdade ainda assim existe. Amaral e Amaral (2019) para isso utilizaram-se do termo “estruturas invisíveis” de segregação, que demonstram o desigual em Goiânia. A dificuldade dessa visualização parte sumariamente da complexidade urbana de uma região que hoje é metropolitana, tendo que se expandir os horizontes para além das limitações municipais e incorporar os municípios vizinhos quando se refere a compor uma investigação e análise de tais fenômenos de referência urbana.

“As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço quanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Isso corresponde à teoria do espaço diferencial, uma reflexão paradoxal e contraditória no processo de formação e autoformação da cidade e pelos seus protagonismos, inclusive pelos trabalhadores tão renegados. Oliveira (2004, p. 4) fala sobre a “integração excludente, ou seja, os trabalhadores se integram e são integrados à dinâmica da cidade e ao mesmo tempo são excluídos, pela condição de trabalhadores, dos seus espaços de referência”.

Goiânia enfrentou mais dilemas e contradições na sua ocupação periférica, ou seja, de segregação, marcando uma dualidade vista em todas as franjas da cidade, que se repetem com as particularidades da região, mas que retratam, no todo, uma única realidade. Ao passo do seu desenvolvimento e o surgimento de novas áreas, quase todos os espaços foram em contramão das centralidades e são segregados, mesmo que marcados por diferenciais quanto à tipologia, o tipo de ocupação e até mesmo do público que se acomodava. Isso infere sobre os loteamentos clandestinos e irregulares, os conjuntos habitacionais, vários bairros populares, aos condomínios fechados, entre outros (OLIVEIRA, 2004).

O princípio do processo de segregação de Goiânia se dava pela formação de novas áreas. Seja em busca de espaço, para a construção de empreendimentos com maior número de unidades, ou pela ocupação espontânea de uma população carente de moradia, e pela oportunidade de possuir um espaço, terreno com custo mais baixo, a cidade foi levada para uma expansão de áreas cada vez mais longínquas. Mas se antes, de início, a expansão da cidade se dava pela classe mais pobre ir em busca de uma região que não fosse tão cara como eram as centrais e as periferias apresentavam essas características, de abrigar a classe mais baixa, assim como aconteceu em outros lugares, em Goiânia essa realidade se alterou. Ou melhor, se transformou, e até hoje essa não é mais a única forma de ocupação nas regiões periféricas.

Temos uma novidade no processo, entendido por uma estratégica de “segregação física e de segurança”, representada pela tipologia dos condomínios fechados, condomínios horizontais de alto padrão que propiciam aos seus moradores o isolamento relativo do restante da cidade e uma ocupação de escala generosa (digna de uma área ocupada por qualquer outro bairro) e que comporta conforto, lazer e cada vez mais equipagem para os usos do dia a dia. Esse *boom* imobiliário com a introdução dessa modalidade de condomínios surgiu na cidade a partir do anos 1990 e continua a crescer no presente, explorando áreas desocupadas e provocando a expansão e conurbação municipal. Investidos pelo *marketing* com “promessas de comunhão com a natureza, fuga do tráfego, da poluição e do ruído da cidade, mais tempo para o lazer e para a família e a fruição de uma vida em comunidade” (ROMACHELI, 2018, p. 258). Isso correspondia agora aos ricos optarem pela distância do centro urbano, criando sua própria centralidade. A segregação é vista pelo afastamento e isolamento e na própria configuração da paisagem com os muros fortificados, diferenciando, criando barreiras, para além de visuais, também sociais ao longo de toda a cidade. Em Goiânia isso ocorre em toda periferia, com destaque para algumas regiões com a presença massiva dessa realidade, tornando expressivo seu impacto nessas localizações com a predominância dos enclaves fortificados.

A diversificação e expansão da produção imobiliária - diretamente articulada à valorização diferenciada do espaço, vem desencadeando diferentes dinâmicas de fragmentação e contribuindo para a consolidação de estruturas socioespaciais muito mais complexas em nossas cidades (RUFINO, 2013, p. 14).

Assim como visto na pesquisa de Vasconcelos (2013), as cidades recebem algumas identificações e classificações na leitura dos processos e das formas socioespaciais. Entre elas se compõem: diferenciação e desigualdade socioespaciais; justaposição e separação; dispersão; divisão em partes e fragmentação; exclusão e inclusão; segregação e dessegregação; *apartheid*; autossegregação, agrupamento e fortificação; polarização e dualização; gentrificação e invasão; marginalização e periferização; e abandono (de áreas). Nem todas se adequam à maioria das cidades brasileiras, mas algumas são bastante notórias, assim como aparecem em Goiânia.

Quanto a “diferenciação socioespacial” é uma categoria capaz de relatar as disparidades de uma estrutura urbana a longas distâncias, como por exemplo de um voo de avião, tal como visível pelas favelas (cariocas e de outras localidades) pelo Brasil. Não é a realidade de Goiânia, mas hoje, com a conjuntura espacial da cidade é possível perceber essa diferenciação com as dualidades de ocupações dos condomínios horizontais de alto padrão nas proximidades de demais bairros populares. Além de perceber esse conglomerado de residências luxuosas cercadas por muros com uma estética refinada, baixa ocupação, áreas de lazer, espaços “verdes” e piscinas em contraste com outras residências de alta ocupação, com estruturas inacabadas, geminadas, com ausência de espaços intersticiais, etc. Isso

é visto por exemplos nos condomínios Jardins e Alphaville, na região Sudeste, vizinhos a bairros como o Jardim Mariliza e outros (figura 11), bem como em outras regiões, como o exemplo do Residencial Granville e os bairros Residencial Celina Park ou Setor Rio Formoso, na região Sudoeste (figura 12). Quanto a “desigualdade socioespacial” entende-se que em Goiânia pode assumir o mesmo exemplo da anterior, porque a desigualdade tem o caráter de recolocar a diferença de áreas ricas e pobres e a diferenciação, mesmo que exceda essa orientação, também a incorpora no caso específico dessa cidade.

Figura 11 e 12 - Jardim Mariliza ao lado dos “Jardins” e Residencial Granville com bairros populares.



Fonte: Google Earth (2023)

A “justaposição” é tida como a classificação mais pertinente para as cidades brasileiras, o que não é diferente em Goiânia, pois existe nas ocupações o que se entende por uma proximidade espacial, principalmente na conjuntura das dinâmicas urbanas contemporâneas, entretanto com uma enorme distância social. É vista com semelhança as anteriores, mas em uma escala menor, a nível do bairro e da rua, sendo possível ver casas e mansões nas proximidades de casas mais modestas, que outrora e em outras localidades também se justapõem com condomínios de edifícios verticais de alto padrão, como é o caso das imediações do Jardim Goiás e da “Vila Lobó”, por exemplo (figura 13).

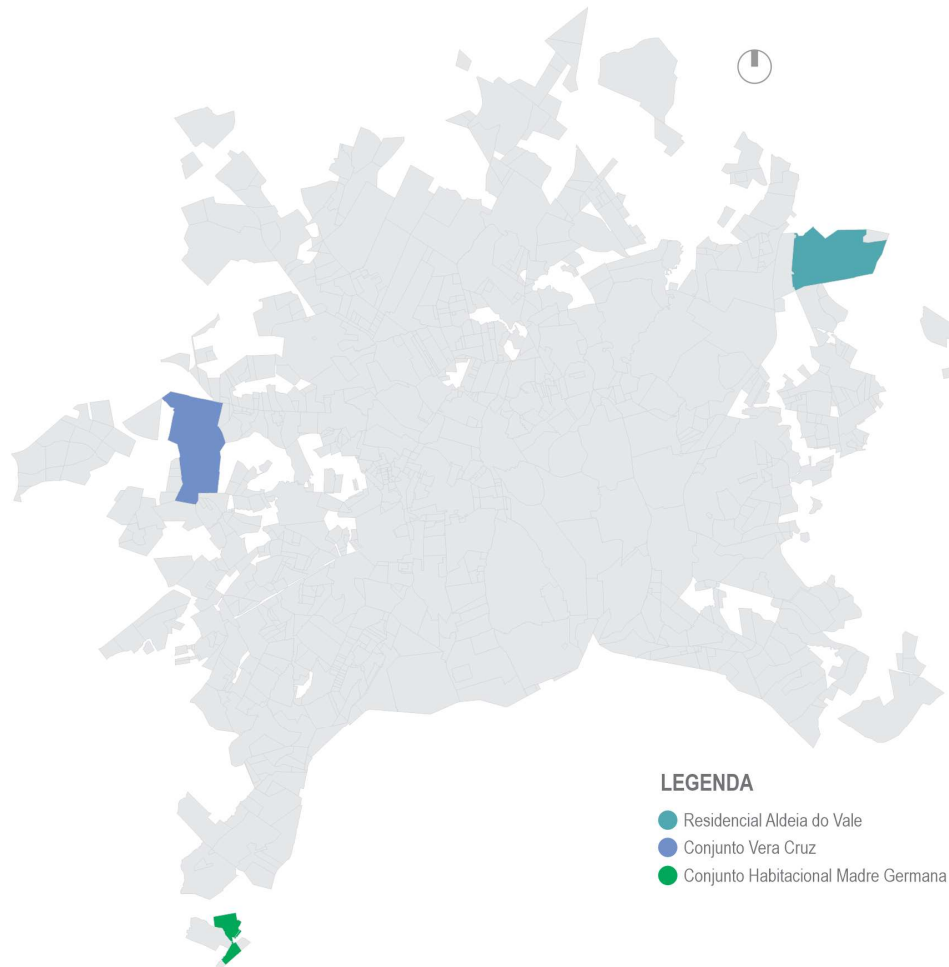
Figura 13 - Jardim Goiás e a Vila Lobó.



Fonte: Google Earth (2023)

Uma das categorias presentes em Goiânia é a “dispersão”, oriunda desde o espraiamento, quando do crescimento e da expansão desenfreados de metrópole, até alguns componentes específicos que ilustrem essa ação. As evidências estão em dois momentos, comuns também a outras cidades brasileiras, como a procura e implementação de residências nas periferias (fruto da ideia de subúrbio norte-americano), como um processo de fuga e distanciamento dos centros urbanos, seja pela classe mais baixa por não conseguir competir com os custos das áreas enobrecidas e centrais, bem como pelas classes mais altas que buscavam esse “refúgio”. Os exemplos marcantes na cidade para essa dualidade são os bairros Conjunto Vera Cruz (na região Oeste) e o Parque Madre Germana (no extremo da região Sudoeste) representando esse primeiro polo da dualidade de ocupação pela classe trabalhadora. E também em contraponto, o representante dos mais ricos com uma ocupação dispersa, se destaca o condomínio Residencial Aldeia do Vale, no nordeste de Goiânia (figura 14).

Figura 14 - Localização do Conjunto Vera Cruz, Parque Madre Germana e Residencial Aldeia do Vale.



Fonte: Autor (2023)

Todas as classificações por Vasconcelos (2013), embora tenham suas particularidades, na observância e ao se aplicar em um contexto como o de Goiânia implicam e se sobrepõem. Os destaques e mais relevantes foram citados logo acima, mas vale reiterar a “fragmentação” nas discontinuidades do processo de urbanização da cidade; a “segregação” como o termo mais recorrente para caracterizar as cidades latino-americanas nos processos de denúncia das desigualdades; a “polarização” setorizando as classes ao habitarem espaços e polos diferentes no contexto da cidade (ricos em uma ponta e pobres em outra); “invasão” como um processo bastante visto no primeiro momento de ocupação espontânea da cidade de Goiânia, onde não tendo opção a população invadia áreas irregulares; a “marginalização” em correspondência com a dinâmica de desenvolvimento urbano pela dualidade centro/periferia, numa concepção de nascimento da estrutura urbana em uma área central e sua reverberação para áreas distantes (periferias); e a “periferização” como uma atualização da própria lógica vista pela “marginalização” trazendo uma realidade mais contemporânea para as periferias, espaços marginalizados, mas que dentro das dinâmicas assumem uma postura com população, usuários e a presença de investimentos públicos e privados diversos, tudo visto em Goiânia.

Com esse entendimento, a hipótese e premissa utilizadas se referem às periferias enquanto espaços múltiplos em Goiânia, formadores de distâncias e contrastes, mas repletos de complexidades em sua existência. A periferia, mais de uma periferia em uma, escolhida para representar essa prática e realidade de Goiânia é a da região Sudeste, que prova os antecedentes expostos quando corresponde a um espaço de disputa por diferentes ocupações socioespaciais que definiram o processo de desenvolvimento às margens da cidade, e se demonstram de maneira similar a este recorte - os condomínios horizontais de alto padrão, concomitantemente com os bairros populares, compreendidos por uma rede de ocupações, loteamentos regulares ou não, conjuntos habitacionais, etc.

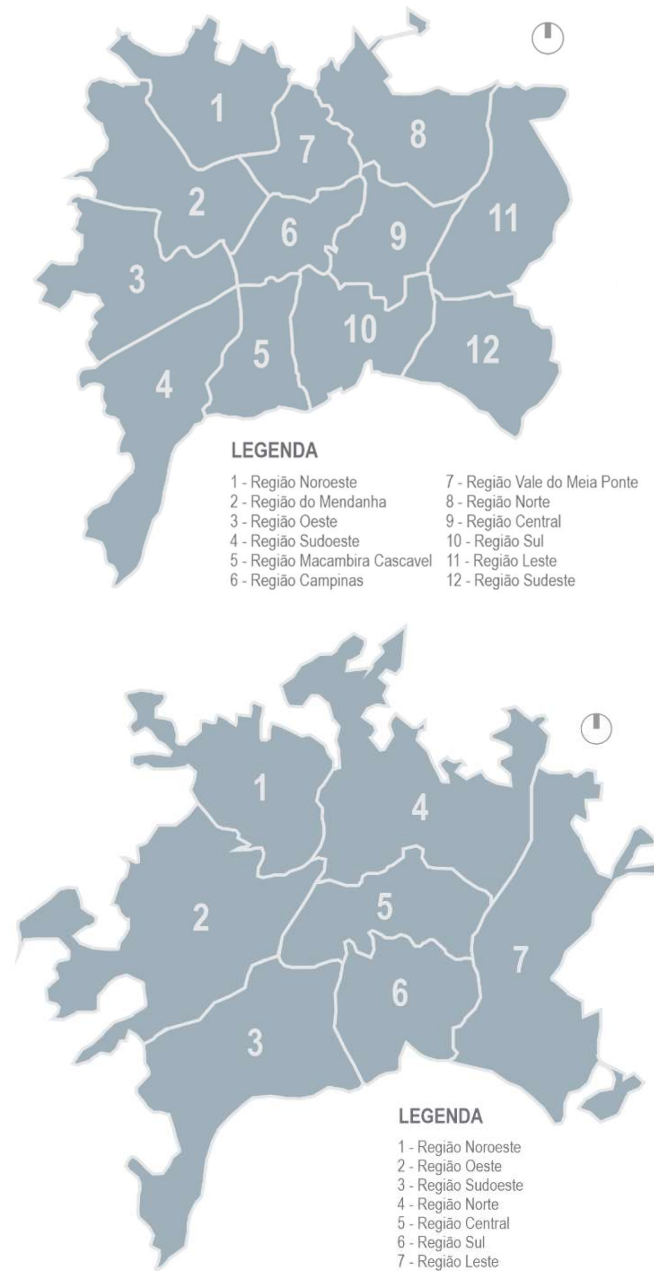
2.3 | ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIÃO SUDESTE

A estrutura do espaço urbano de Goiânia é dividida por uma regionalização. Assim como feito desde a época de sua fundação com as setorizações e a orientação dos bairros pela sua localização geográfica, a prefeitura sempre entendeu, administrativamente, a organização da cidade por regiões. Em um primeiro momento, Goiânia possuiu doze regiões administrativas, sendo elas: 1) Região Noroeste; 2) Região do Mandanha; 3) Região Oeste; 4) Região Sudoeste; 5) Região Macambira Cascavel; 6) Região Campinas; 7) Região Vale do Meia Ponte; 8) Região Norte; 9) Região Central; 10) Região Sul; 11) Região Leste; e 12) Região Sudeste (figura 15).

Essa foi por muitos anos a configuração que prevalecia oficialmente para a organização da cidade em regiões, mas que se alterou. Atualmente, Goiânia conta com apenas sete regiões, sendo elas: 1) Região Noroeste; 2) Região Oeste; 3) Região Sudoeste; 4) Região Norte; 5) Região Central; 6) Região Sul; e 7) Região Leste (figura 15). O fato dessa subdivisão de regiões ter sido diminuída de um período para o outro, não significa uma redução de área ou bairros na cidade, pelo contrário, foi apenas uma estratégia de reorganização administrativa da prefeitura.

Nota-se que, na conformação atual, a Região Noroeste se manteve praticamente como era, a Região Oeste incorporou as antigas regiões do Mandanha e Campinas; a Região Sudoeste se complementou com a região Macambira Cascavel; a Região Norte se somou com a região Vale do Meia Ponte, a Região Central se concentrou mais nas imediações do próprio Setor Central, a Região Sul basicamente não se alterou, e a Região Leste se unificou com a região Sudeste, tornando-se uma das maiores regiões, no nível territorial da cidade. O objeto de estudo compreende a Região Sudeste, ainda que esta não seja mais reconhecida administrativamente pela prefeitura, pois a escolha foi baseada por sua posição geográfica no contexto da cidade, bem como pelas características que essa área, da então região Leste, interessa mais à pesquisa do que outras.

Figura 15 - Antiga e atual subdivisão das regiões de Goiânia.



Fonte: Autor (2023)

Para caracterizar essas regiões que compõem a cidade de Goiânia, alguns pontos são representativos de cada uma, que colocam e contextualizam sua formação e desenvolvimento frente ao contexto urbano no município, de acordo com Bernardes e Campos (1991). A Região Central, pioneira no surgimento da cidade que abriga o primeiro bairro e os bairros adjacentes aos primeiros sinais de expansão possui uma característica de no início concentrar a população de nível social mais elevado e dotada de infraestrutura e modernidades (como as primeiras manifestações de verticalização, comércio abastecido, lazer, etc.). No entanto, é uma região com marcadores de perda de população pelo processo de desconcentração e descentralização ao passo que a cidade crescia. Em contrapartida, a Região Sul

foi marcada por um processo de atração da população e de investimentos com o desenvolvimento da cidade, sendo hoje a região mais representativa em poder aquisitivo com bairros como Setor Bueno, Setor Bela Vista, Setor Nova Suíça e Jardim Goiás, com destaque para os edifícios verticais de médio e alto padrão.

Mais periféricamente se apresenta a Região Norte, hoje com grandes equipamentos mas marcada pela criação de conjuntos habitacionais, como a Vila Itatiaia, bem como a Região Noroeste, já classificada como uma das mais carentes marcada pela longínqua expansão e concentração de ocupação de loteamentos irregulares, a princípio fora do parcelamento legal do município, como as áreas de fazendas que deram origem a bairros como Bairro Floresta e Bairro Boa Vista. Semelhante a essas, as regiões Oeste e Sudoeste também cresceram para as margens da cidade, se aproximando de cidades vizinhas da Região Metropolitana, como é neste primeiro caso Trindade, e na segunda situação uma das regiões que mais se expande, com uma diversidade de ocupações, desde bairros populares a condomínios verticais e horizontais de médio e alto padrão. Também a região Sudoeste demarca os maiores índices de crescimento populacionais dentre as demais regiões nas últimas décadas, o que reflete claramente em seu crescimento.

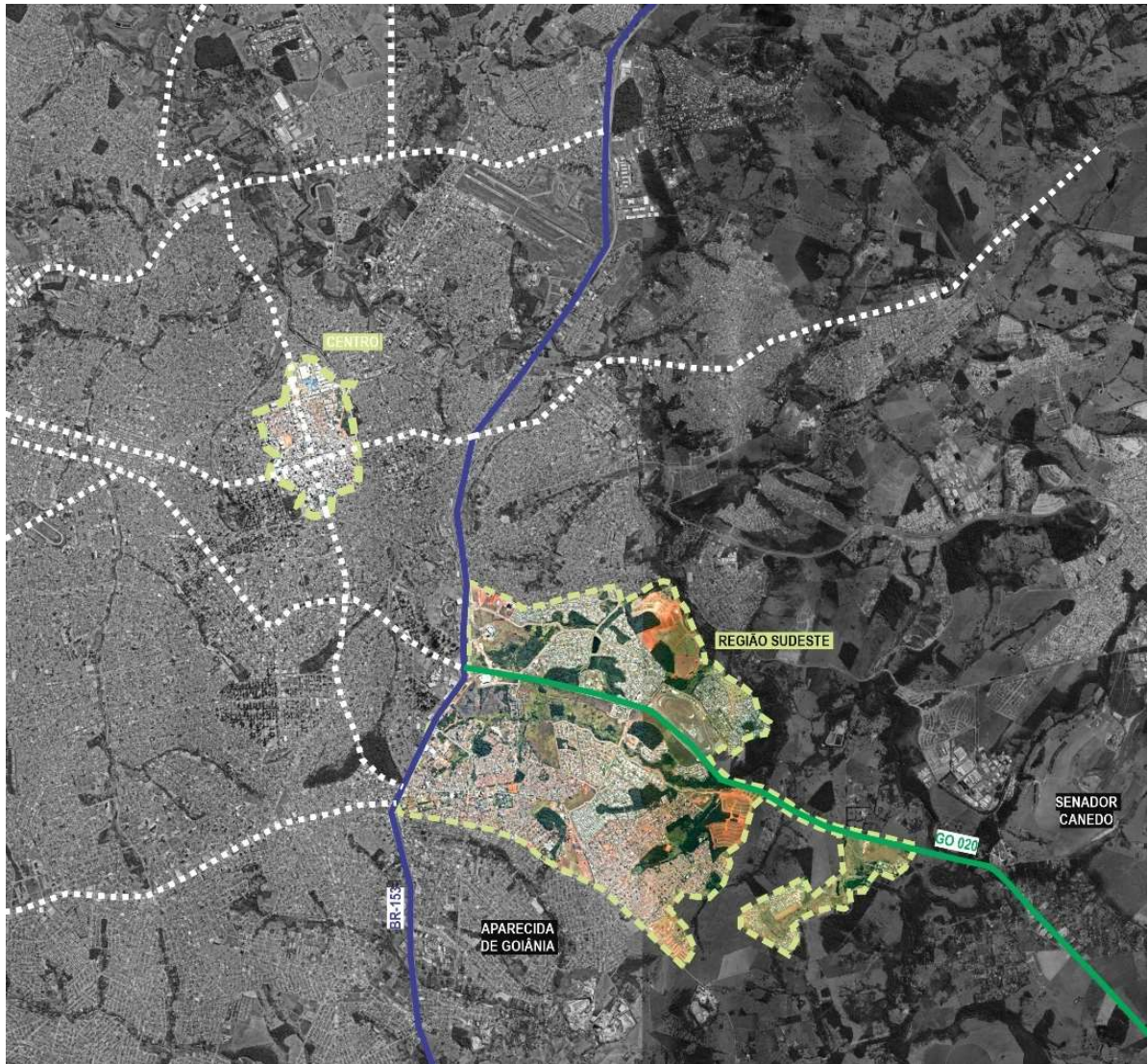
Por último, mas não menos importante, localiza-se a Região Leste que cobre toda a extensão leste do município de norte a sul, desde as proximidades com o aeroporto de Goiânia, e se limitando pela rodovia BR-153 até o extremo sul nas proximidades com Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Em área se apresenta como a maior região e tem um processo de expansão e conurbação acentuado, com destaque para regiões ainda sem ocupação no lado mais extremo com a presença de bairros populares e condomínios luxuosos (como o caso do Residencial Aldeia do Vale), mais para o seu centro o importante e consolidado bairro Jardim Novo Mundo e mais ao sul a correspondência da predominância dos condomínios horizontais de alto padrão entremeados a outras ocupações, como é precisamente a marca do que a prefeitura já subdividiu como a parte sudeste.

A Região Sudeste, como já dito, é uma parcela da região Leste que um dia a prefeitura também considerou com essa mesma nomenclatura e que neste trabalho seguiremos adotando, por uma questão de interesse e relevância dada sua limitação, localização, condicionantes e características que refletem a empregabilidade das análises em torno das dinâmicas urbanas, sobretudo quanto à periferização e à segregação socioespacial dos modelos de ocupação inseridos nessa área.

Essa região, como primeiro recorte espacial, é compreendida com o limite territorial ao norte pela Avenida Olinda partindo do ponto do Estádio Serra Dourada e BR-153 (a leste) até seguir pela Avenida Gameleira em encontro ao Rio Meia Ponte (a oeste), tanto a rodovia como o curso d'água são barreiras

delimitadoras para essa região tanto a leste como a oeste, respectivamente. Ao sul a região fica limitada a divisa entre os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, pela Avenida Bela Vista (figura 16). Esse é tido como o primeiro recorte por compreender a região Sudeste como um todo (tanto como foi administrativamente ou como é conhecida popularmente ou pelas pesquisas e estudos existentes).

Figura 16 - Delimitação da Região Sudeste de Goiânia.



Fonte: Google Earth (2013) - adaptado pelo autor.

Para a presente pesquisa foi proposto um recorte inscrito na área recorte, afim de aproximar as análises aos pontos de interesse específicos que a região pode representar e que serão melhor explorados nesse segundo recorte (figura 17). Compreende quase toda a região, mas dessa vez exclui a parcela mais ao norte, acima da rodovia GO-020. A principal característica é uma produção do espaço movida por dois padrões ou modelos espaciais, de um lado pelos condomínios fechados horizontais de alto padrão, e do outro pelas demais classes médias e baixas nos bairros populares, envolvendo uma série de ocupações distintas.

Figura 17 - Delimitação do recorte dentro da Região Sudeste.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Além do recorte físico/espacial, o recorte temporal, presente pelas décadas de 1970-2020, influenciam no período de maior manifestação das primeiras ocupações realizadas na região Sudeste. Se antes, nos primeiros anos do desenvolvimento da cidade essa região não era tão orientada para ocupação por conta de limites físicos e mesmo do interesse do poder público e privado, essa realidade veio se alterando a partir dos anos 1970 e a partir daqui sempre com maior empenho. A própria construção de um sistema viário rodoviário, como o caso da BR-153 e depois da GO-020, foram infraestruturas propulsoras para o desencadeamento desde as primeiras até as mais recentes ocupações (figuras 18 e 19). Outro fenômeno marcante foi o da implementação dos primeiros grandes equipamentos como o Estádio Serra Dourada (1975) - que mesmo fora do perímetro da região, sendo vizinho tem o mesmo poder de influência - e o Autódromo Internacional de Goiânia (1974), às margens da GO-020. Na década seguinte houve o surgimento do Shopping Flamboyant (1891), o primeiro da categoria em todo estado, que sem dúvidas representou um mecanismo de alavancagem para o desenvolvimento da região (figuras 20 e 21).

Figura 18 e 19 - Rodovias BR-153 e GO-020 na região Sudeste.



Fonte: Tomasi Logística (sem data) e Marina Sousa (2013).

Figura 20 e 21 - Estádio Serra Dourada e Shopping Flamboyant.



Fonte: Secom - Governo de Goiás (2022) e Entre Linhas (2021).

Depois da virada para o século XXI a região já possuía uma significativa consolidação, muito em virtude da continuação dessas estruturas e da criação de centralidades. Na primeira década, a dos anos 2000, ocorreram investimentos importantes como o Parque Flamboyant (2007) e o Parque Carmo Bernardes (2009), estruturas de espaços verdes que as cidades utilizam para o lazer dos moradores, mas também como *marketing* e elemento de valorização, principalmente imobiliária para as localidades que contêm parques em sua proximidade (figura 22). Também nesse momento houve a transferência da sede do poder municipal para a região do Park Lozandes, abrigo do novo Paço Municipal, que marcaria um direcionamento que estava apenas começando um movimento das instituições, principalmente públicas, para o que viria mais tarde se tornar um polo com esses usos (figura 23). A região também conta com a presença marcante de grandes edifícios para abrigar instituições de ensino superior como o a Universidade Paulista (UNIP) e o Centro Universitário Sul-Americano (UNIFASAM), junto ao Campus II da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), no Jardim Mariliza (figura 24).

Figura 22, 23 e 24 - Parque Flamboyant; Paço Municipal (Prefeitura de Goiânia); e Campus II da PUC Goiás.



Fonte: Urbs (2021); Prefeitura de Goiânia (2020); e Autor (2022).

Já nos anos mais recentes, equipamentos com os mais diversos usos, continuam marcando presença, como em 2011, o surgimento do *Lozandes Corporate Design* (figura 25), um grande empreendimento de uso misto, comportando edifícios residenciais e comerciais e um shopping, iniciando um processo de verticalização resultado da construção de várias torres vizinhas nos próximos anos, o empreendimento denominado *Europark*. A criação do Parque Marcos Veiga Jardim (2016) próximo ao autódromo é orientado pela dinâmica dos parques mencionada (figura 26). Em 2022 tiveram duas situações que acrescentaram o aporte de usos para a região, primeiro foi a inauguração do Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (HECAD) no Parque Acalanto (figura 27). A outra foi a nova sede da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) no Park Lozandes. Esses, dentre outros, são exemplos que se tornaram centralidades e promovem a consolidação da região como espaço urbano.

Figura 25 - Lozandes Corporate Design.



Fonte: Curta Mais (2017)

Figura 26 - Parque Marcos Veiga Jardim.



Fonte: Governo de Goiás (2020)

Mesmo que a pesquisa se atenha ao período 1970-2020, um resgate a antecedentes aos anos 1970 é válido, quando a região começou a sua ocupação (tímida, mas existente) nos anos de 1950, com o surgimento dos primeiros bairros, como o caso das Chácaras Alto da Glória, Jardim Santo Antônio (1952), Jardim Bela Vista (1953), Jardim da Luz (1954), Vila Alto da Glória (1954), Vila Jardim Vitória (1954) e Jardim Mariliza (1955), muito próximos a rodovia BR-153 da região Sul, com exceção desse último bairro. Esses foram parcelamentos entendidos como bairros populares, destinados as classes trabalhadoras que necessitavam de moradias e encontraram em meio ao processo de expansão e periferação de Goiânia.

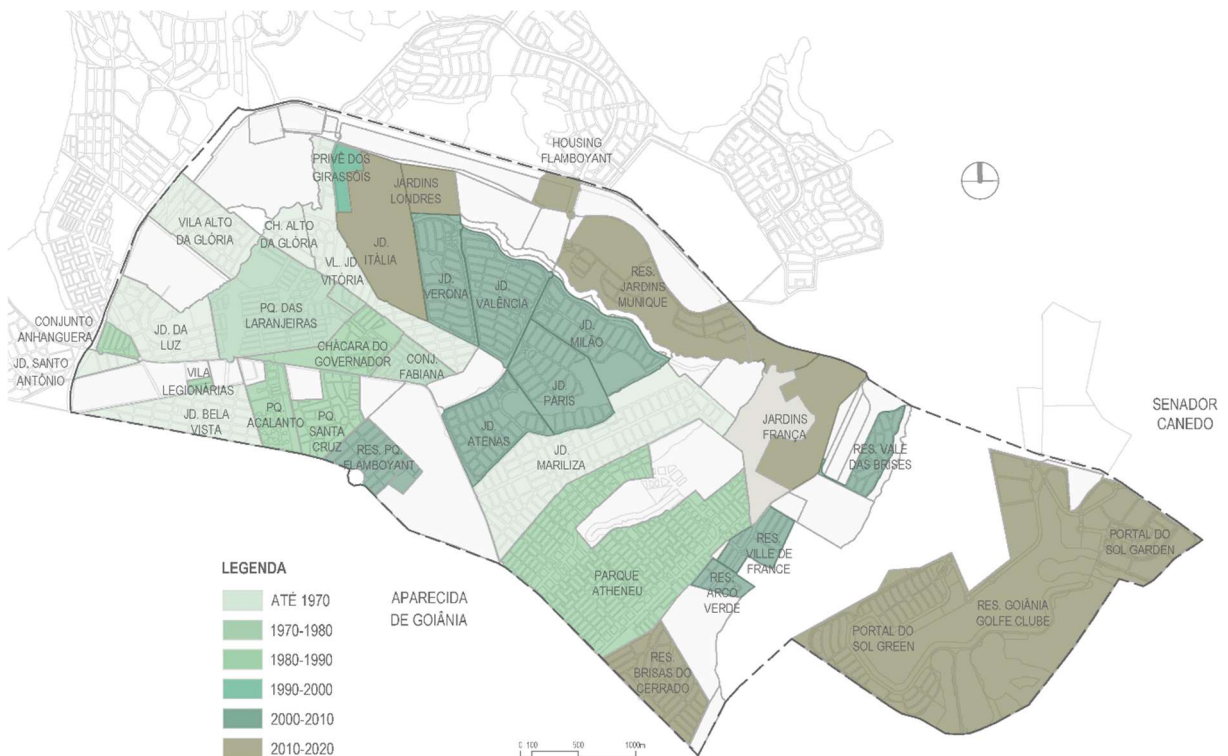
Efetivamente a partir dos anos 1970 até 1980 a região contou apenas com o surgimento de dois bairros, o Parque das Laranjeiras (1976) e Conjunto Fabiana (1977), ambos sendo praticamente vizinhos e nas proximidades com as ocupações que surgiram anteriormente formavam basicamente as mesmas características dos seus antecessores. No período entre 1980 a 1990 vieram mais alguns, como o caso do Parque Acalanto (1981), o Parque Atheneu (1981), o maior da região e mais descentralizado das proximidades dos demais, o Conjunto Anhanguera (1982), Chácara do Governador (1985), Parque Santa Cruz (1985) e Vila Legionárias (1985) que seguiam, até esse momento perto dos anos 1990, dos loteamentos, dos conjuntos habitacionais voltados às classes mais baixas e de bairros com residências modestas. Até a chegada dos anos 2000 essa área contou apenas com mais uma ocupação, com o Condomínio Prive dos Girassóis (1999), que seria o primeiro vislumbre de uma outra tipologia morfológica e espacial para a região, a de um condomínio fechado.

Em meados de 2000 seguiu com o surgimento do Residencial Parque Flamboyant e Residencial Ville de France (2001). O Housing Flamboyant (2001) foi o primeiro na categoria de condomínio horizontal de alto padrão (apesar de menor em área ocupada, com casas em dois pavimentos, geminadas e padronizadas e área comum para lazer e esportes) se diferenciam dos sucessores Jardins Atenas (2002), Jardins Paris (2002) e Jardins Milão (2004), os últimos que representam os primeiros condomínios com quilômetros de extensão e parcelamento mais generoso. Seguindo com os demais bairros, nessa época houve o parcelamento do Residencial Vale das Brisas (2005) e Residencial Arco Verde (2006) em mais um processo de periferação, com destaque para o espraiamento que suas ocupações surtem na malha urbana. Finalizando essa década, a criação de condomínios do padrão “Jardins” continuou, com o Jardins Valência (2008) e Jardins Verona (2009).

Mais recentemente, a partir da década de 2010, o processo de ocupação continuou similar. O Residencial Brisas do Cerrado (2010) seguiu a lógica dos bairros periféricos e o Jardins Munique (2010) a dos condomínios luxuosos. Em 2019 ocorreu a reorganização do Residencial Goiânia Golfe Clube com o Residencial Portal do Sol Garden e Green, uma mistura de clube de golfe com condomínio para

habitação com residências de alto padrão, até então o mais afastado da região, bem próximo aos limites do município e da conurbação com o município de Senador Canedo. Ao final dessa década, se aproximando da atualidade e do limite do recorte temporal, o Jardins França e Jardins Itália foram inaugurados, ambos em 2019. Em 2021 o Jardins Londres foi lançado como mais uma referência à constante proliferação dos condomínios horizontais, baseado nas propagandas de vendas e nos processos de parcelamento do solo para tais fins junto à prefeitura (figura 29).

Figura 29 - Cronologia de ocupação por década da região Sudeste.



Fonte: Autor (2023)

2.3.1 | OS BAIRROS – ENTRE LOTEAMENTOS, CONJUNTOS E OCUPAÇÕES

Tendo em vista as duas tipologias de ocupação urbana colocadas pela pesquisa, aqui será compreendido um pouco mais a caracterização dos bairros “populares”, entendidos assim por abarcar uma gama mais complexa e diversa, sendo todos os espaços que não correspondem aos modelos de condomínios fechados, como - ocupações informais, loteamentos e parcelamentos regulares, conjuntos habitacionais e outros bairros destinados as classes médias e baixas. Os bairros que incorporam essa concepção foram elencados com base na cronologia de seus surgimentos e ocupações no recorte espacial da região Sudeste, e agora serão melhor explorados visando entender sua aparição, suas características urbanas e socioespaciais.

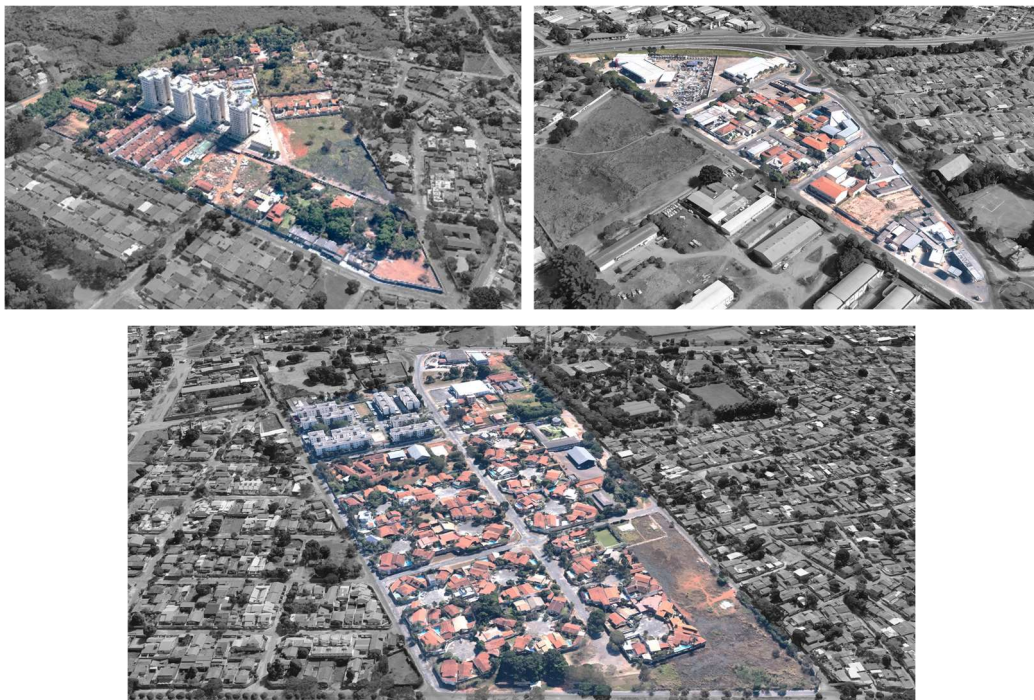
Como o pioneiro no processo de ocupação dessa região o bairro Chácara Alto da Glória possui uma dimensão não muito extensa, mas algumas identificações como um parcelamento com lotes de áreas mais generosas e uma ocupação formada por residências individuais (estruturalmente separadas por lotes, como na maioria dos bairros), mas também por habitações seriadas em pequenos condomínios horizontais com apenas algumas dezenas de casas, assim como a presença de edifícios verticais.

O Jardim Santo Antônio abriga uma pequena parcela de sua área na região Sudeste, tendo a sua maior parte da região Sul, do outro lado da BR-153, e contando aqui com quatro quadras de usos residencial e comercial. Nessa proximidade com a rodovia e ocupado por habitações de uma população modesta seguem os bairros Vila Alto da Glória, Jardim da Luz, Vila Legionárias e Conjunto Anhanguera, basicamente seguindo os mesmos padrões.

Predominantemente residencial o Jardim Bela Vista é um tradicional bairro da região, homônimo ao seu vizinho aparecidense, e que portanto é um bairro de divisa com a cidade de Aparecida de Goiânia, bem como o Parque Acalanto, Parque Santa Cruz e o Residencial Parque Flamboyant.

O Parque Acalanto possui uma característica morfológica diferenciada, com um acesso para o interior das quadras em formato de *cul-de-sac*. O Parque Santa Cruz tem a predominância de residências de baixo padrão, oriundas da ocupação irregular, evidenciada pelos formatos das ruas e quadras que desenham o bairro. E mais recente, próximo aos anteriores, o Residencial Parque Flamboyant é planejado e segue em desenvolvimento, inclusive com processos de verticalização (figura 30).

Figura 30 - Bairros Chácara Alto da Glória, Jardim Santo Antônio, Jardim da Luz e Parque Acalanto.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

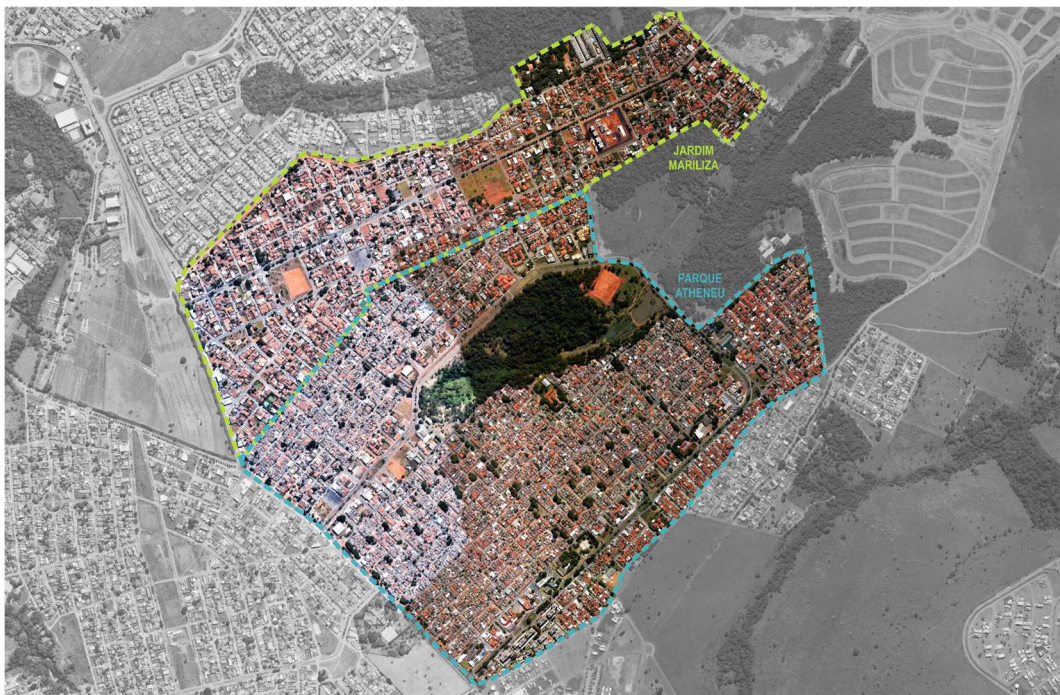
Figura 31 - Bairros Parque das Laranjeiras e Chácara do Governador.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

No entorno da região, bairros como Vila Jardim Vitória, Parque das Laranjeiras, Conjunto Fabiana e Chácara do Governador se encontram mais interiorizados e tradicionais na região Sudeste, representantes dos bairros populares demarcados pela ocupação de classes sociais mais baixas, com uma paisagem horizontalizada e predominantemente residencial (figura 31).

Figura 32 - Bairros Jardim Mariliza e Parque Atheneu.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Os dois maiores e mais populares bairros da região surgem em momentos diferentes, apesar de serem lindeiros um ao outro. O primeiro, o Jardim Mariliza, que teve seu parcelamento aprovado e iniciado em meados da década de 1950, entretanto com um processo de ocupação e regularização ao longo dos anos, sobretudo se expandindo, sendo um dos mais extensos da região, com ocupação de residências horizontais e morfologicamente organizado com quadras retilíneas. Hoje o bairro conta com processos relevantes de alteração da dinâmica urbana e da paisagem, como a verticalização com a

construção de prédios, a instalação de equipamentos de grande porte (como o caso do Centro de Convenções da PUC Goiás) e um parque urbano. Esse mesmo parque é o Parque Carmo Bernardes presente nas proximidades com o segundo bairro mencionado, o Parque Atheneu, proveniente de um momento posterior, na década de 1980, sendo projetado para ser um conjunto habitacional que viria a ser um dos maiores e mais populosos da cidade, obtendo estruturas próprias e compartilhando as que constam no Jardim Mariliza (figura 32).

Ao passo que a região Sudeste foi crescendo e se espraiando por conta da expressiva expansão urbana, dos bairros populares, e nas margens mais limítrofes da cidade se encontram a partir dos anos 2000 a implementação dos bairros Residencial Ville de France, Residencial Vale das Brisas, Residencial Arco Verde e mais recentemente o Residencial Brisas do Cerrado. Os três primeiros são loteamentos e parcelamentos nos padrões convencionais, para a venda de lotes e construção e abrigo das classes trabalhadoras, enquanto o quarto e último tem uma distribuição das quadras funcionando como pequenos condomínios fechados para construção de habitações seriadas, embora voltadas para o mesmo público em geral (figura 33).

Figura 33 - Bairros Residencial Arco Verde e Vale das Brisas.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Acima foram elencados todos os bairros populares que o recorte da pesquisa possui e os quais terão rebatimentos e comparações com espaços contraditórios disputando suas ocupações no território, como é o caso a ser visto no próximo capítulo do Jardim Mariliza limítrofe a um condomínio horizontal de alto padrão, ou mesmo o processo de periferização de bairros como o Ville de France e o Brisas do Cerrado, que seguem a lógica de implantação com grandes distâncias, bem como condomínios que seguem essa dinâmica, como será visto a seguir.

2.3.2 | OS CONDOMÍNIOS – ENTRE ALPHAVILLES, PORTAIS E JARDINS

A seguir será destacado o processo de formação particular da categoria dos condomínios, intitulados como “fechados”, “horizontais”, “luxuosos” e “horizontais de alto padrão”. Desde seus surgimentos, os assentamentos, bem como os significados e as dinâmicas urbanas que sua presença acarreta nos processos da cidade, tal como a periferização e a segregação socioespacial serão abordados. Anteriormente foram elencados todos que se enquadram nesse modelo conforme ordem de criação e ocupação dos territórios da região Sudeste, e agora serão melhor explorados em suas equivalências e individualidades.

Vale destacar que antes de entrar nos condomínios que orientam o recorte espacial, para além deste, a região Sudeste possui outros importantes na parte mais norte (discriminada pela pesquisa, por critérios já expostos), como o caso no Alphaville Residencial Araguaia, Alphaville Flamboyant, Portal do Sol I e II, que predominam, e alguns outros em constante construção. Todos esses são de relevância para a perpetuação dessa modalidade no local, embora não tenham tanto os conflitos que a pesquisa propôs investigar, por sua situação geográfica desconectada de bairros populares. Esses condomínios de alto padrão foram lançados na década de 2000, iniciando o processo dessa tipologia na região, posteriormente continuada pelos Jardins e outros já mencionados.

Figura 34 - Condomínio Prive dos Girassóis e Housing Flamboyant.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Pioneiramente nessa modalidade, nos anos próximos a virada para o século XXI, ocorreu a implantação do Condomínio Prive dos Girassóis, em 1999, próximo a localização do Vila Jardim Vitória, primeiro da categoria a ser destinado a uma classe social mais elevada do que a que estava habituada essa região. O condomínio não possui as dimensões dos mais atuais, e foi feito com construção de residências seriadas (sobrados) complementadas por áreas sociais com “quadras de peteca, campo de área e *society*, centro de convivência, salão de festas, sala de ginástica, duas piscinas e uma escola de natação” (DA SILVA, 2003, p. 77). Semelhante ao primeiro, apenas dois anos depois, em 2001, foi

inaugurado o *Housing Flamboyant*, empreendimento da Flamboyant Urbanismo, localizado as margens da rodovia GO-020 e próximo ao Autódromo Internacional de Goiânia. Ainda de acordo com Da Silva (2003) trata-se de um condomínio para venda de casas construídas no estilo americano, sem muros frontais, somado à segurança e aos espaços de lazer abundantes ofertados (figura 34).

Na primeira década de 2000 já se iniciava o *boom* da construção dos condomínios horizontais de alto padrão como tão difundidos e até hoje em pleno desenvolvimento de empreendimentos um atrás do outro na região. Assim se deu início a proliferação dos “Jardins”, pela FGR Incorporações S.A. Os condomínios Jardins Atenas, Paris e Milão (figura 35) foram os primeiros, localizados um ao lado do outro e inaugurados os dois primeiros em 2002 e o outro em 2004, um sendo executado após o outro em uma estratégia de valorização e propagação essa tipologia de ocupação a ser difundida na região (CAMPOS, 2007). Essas modalidades de loteamento ou condomínio tem por descrição serem:

[...] conjuntos de habitações cercados por muros, com entrada única, geralmente controlada por dispositivo como guarita. São conjuntos, como sugere a denominação, não verticalizados, nos quais as unidades habitacionais possuem acessos independentes e geralmente estão dispostas em lotes definidos. Constituem uma modalidade de ocupação do solo na qual verificam-se vários tipos de agrupamentos, das unidades habitacionais, desde unidades isoladas até blocos de unidades térreas, de dois pavimentos ou sobrepostos, passando por unidades geminadas por um só lado, podendo ser térreas ou de dois pavimentos (TRAMONTANO; REGINALDO, 1999, p. 1).

E são exatamente essas características, somadas às baixas densidades, ao emprego e apropriação de recursos naturais, mesmo públicos, com a proximidade de áreas verdes generosas (ROMACHELI, 2018).

Figura 35 - Condomínio Jardins Milão.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Em um segundo momento, seguindo o que os antecessores desencaderam, houve o surgimento dos condomínios Jardins Valência (figura 36), Jardins Verona e Jardins Munique, em 2008 os dois primeiros e em 2010 o outro, respectivamente, localizados entre os bairros populares pré-existent, próximo a rodovia GO-020 e ficando nas proximidades dos outros “Jardins” anteriores, que possuem as mesmas características e seguem o mesmo padrão socioespacial de ocupação urbana.

Figura 36 - Condomínio Jardins Valência.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Mais recentemente esses condomínios horizontais de alto padrão ainda continuam a sua propagação. Em fase de execução temos o Jardins Itália (2019) e Jardins Londres (2021) instalados em localidades próximas aos anteriores, mais internalizados na região Sudeste. Em contrapartida a periferização dessa região também estava sendo alçada com esses empreendimentos, tanto o Residencial Goiânia Clube Golfe (com a presença incorporada a ele dos condomínios Portal do Sol Green e Portal do Sol Garden) faz sua instalação a partir de 2019 em áreas mais longínquas e limítrofes, provocando o efeito de conurbação com cidades vizinhas, como o caso de Senador Canedo. Próximo a ele está em desenvolvimento também o Jardins França (2019), com essa mesma lógica visualizada pela metropolização na expansão da malha urbana municipal cada vez mais além dos seus limites, assunto a ser discutido no capítulo seguinte (figura 37).

Figura 37 - Condomínios Jardins Itália e França.



Fonte: FGR Incorporações S.A. (2023)

Essa questão dos condomínios tem um forte apelo na pesquisa por ser uma das mais expressivas formas de ocupação na dinâmica contemporânea promovidas pelo urbanismo nas cidades, aplicada em Goiânia. Os processos que provocam a descentralização e ao mesmo tempo uma recentralização demarcam uma periferização dispersa, e que provoca no nosso caso específico “áreas residenciais de alto padrão cercadas por muros ao lado de loteamentos e conjuntos habitacionais para as classes trabalhadoras e de menor poder aquisitivo, que, somadas às áreas reabilitadas conformam padrões de uso privilegiado do território pelas camadas mais abastadas” (ZÁRATE; PANTALEÃO, 2014, p. 541). Esse fenômeno, quando os ricos se acomodam nas bordas das periféricas, criando processos de gentrificação nos espaços destinados anteriormente a outras classes sociais, se associam também a uma leitura na transformação da paisagem pelo modelo dos condomínios horizontais, munidos de uma similaridade com o entendimento de cidade genérica, com espaços sem identidade, além de outras questões envoltas a qualificação destes espaços, com as centralidades e a própria segregação socioespacial.

ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO: REGIÃO SUDESTE DE GOIÂNIA

Nesse último capítulo a região Sudeste de Goiânia será focalizada, permitindo maiores análises urbanas, abordando sua formação, as características físicas e sua relação no contexto da cidade. No capítulo anterior, ao abordar tópicos principais que constituem a região e que foram motivadores para elencá-la nesse estudo, se destacaram os condomínios horizontais de alto padrão em concomitância com os bairros populares, que proporcionam para a pesquisa algumas amostras de recortes dentro da região que ilustrem a problemática, enfrentando os “enclaves” (regiões) e espaços que difundem as práticas de segregação socioespacial.

Os enclaves, conforme visto, refletem a constituição de espaços dentro de um espaço maior, ou de uma região e/ou trecho delimitado dentro de uma estrutura mais abrangente. Isso ocorre na região Sudeste com a colocação dos condomínios fechados em confronto com os demais bairros “abertos” e populares, que geram em suas fronteiras questões sociais que rebatem na formação urbana e socioespacial de um contexto da cidade.

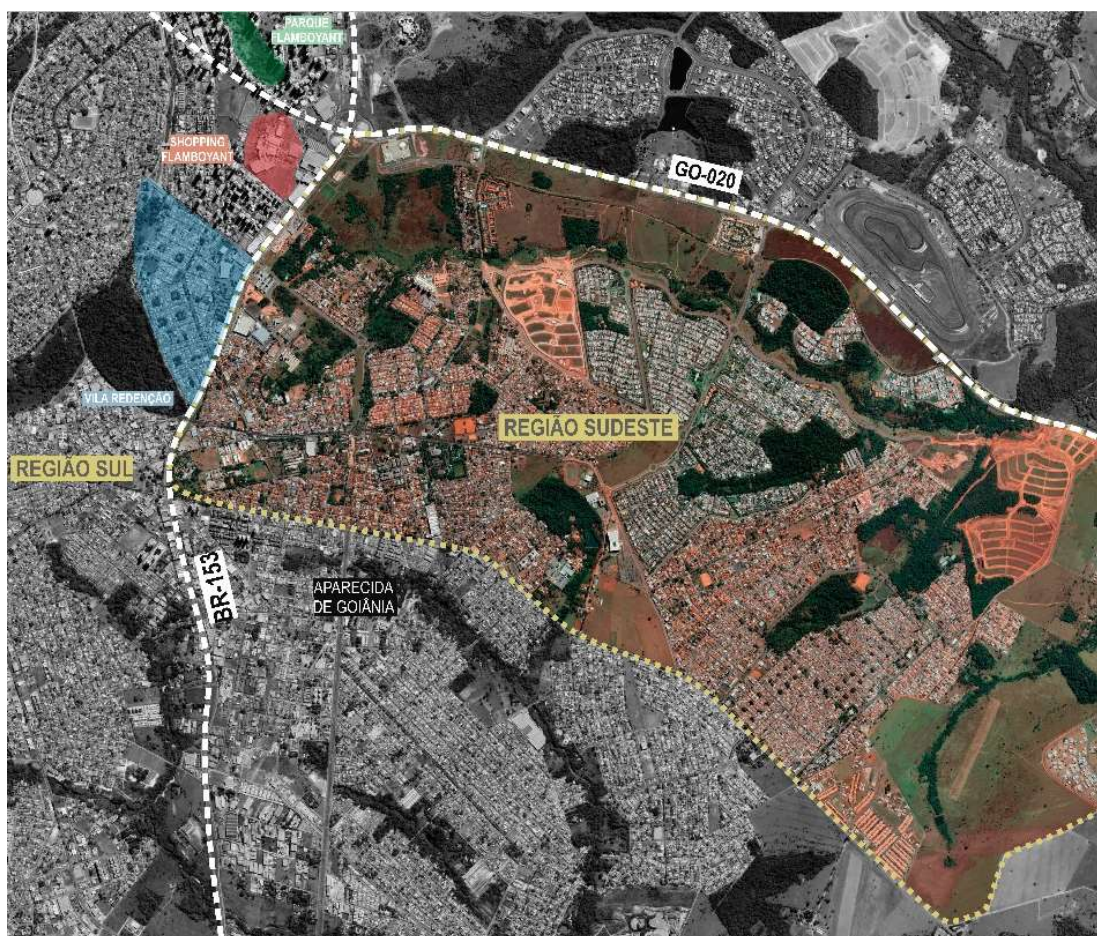
A região Sudeste, portanto, propicia o desenvolvimento de uma investigação tendo esse recorte espacial como laboratório de importantes fenômenos da urbanização contemporânea, como a periferização. Vale também o reconhecimento dessas dinâmicas em uma esfera municipal e metropolitana, onde os elementos da urbanização que foram apontados, promovem essa noção de relação para além dos seus espaços imediatos, alavancando para outras localizações, sobretudo devido à proximidade da região com outras do município e até de outras cidades.

Como um resgate da conformação da região Sudeste na cidade de Goiânia, Resende *et al.* (2019) relata como esse espaço da cidade foi impulsionado primeiro por intervenções e pelo desenvolvimento da região Sul - hoje uma das mais bem desenvolvidas socioeconomicamente - e a qual foi berço para acontecer uma urbanização nessa localização. O início se deu pela implantação da Vila Redenção em 1968, juntamente com o casamento entre o poder público e o interesse privado com a constituição do Jardim Goiás, na década de 1980, propiciando posteriormente uma alavancagem para os condomínios como marcos do espraiamento urbano (elemento formador e predominante da região Sudeste na atualidade).

A iniciativa entre as décadas de 1970 e 1980 estava centrada em práticas da política habitacional, e portanto, fazia jus a criação de um conjunto como a Vila Redenção, planejado e dotado de áreas públicas, com infraestrutura, comércios e serviços, acompanhados das unidades de habitação (RESENDE *et al.*, 2019). Um ponto de inflexão se deu nos anos seguintes, com a implantação do

Shopping Center Flamboyant nas imediações do Jardim Goiás, que deu um novo olhar e valorização para o local, alavancando e mudando as características socioespaciais e econômicas e os usos ofertados até aquele momento na região, mais expressivamente, na década de 1990. Em 2007, o Parque Flamboyant, como um representante dos parques urbanos, atraiu mais adensamento para suas áreas adjacentes tornando uma das mais caras da cidade e com uma paisagem refletida por edifícios verticais de consideráveis alturas (figura 38).

Figura 38 - Região Sul com a Vila Redenção, shopping, parque e rodovias.



Fonte: Autor (2023)

Esses elementos dinamizaram a região da cidade, concentrados na parcela Sul, e foram durante muito tempo limitados pelas condições urbanas e físicas, como uma rodovia, ou seja, não conseguiam se instalar para além da BR-153. A partir dos anos 2000 essas barreiras são superadas com intensidade, onde se entende a presença da região Sudeste, que embora já existia com a manifestação tímida de parcelamentos urbanos e bairros abertos com características populares, ocorreu expressivamente com o “boom” dos condomínios horizontais de alto padrão, que definiram novas estruturas espaciais e uma identidade, se é que esse termo é bem-vindo quando se trata de uma urbanização para a região, provocando sua extensão territorial.

Resgatando a estrutura intraurbana da região Sudeste, com suas delimitações, tem-se sua ocupação primária desde os anos 1950, em virtude da expansão de Goiânia, ainda sob o domínio do Estado, o que em breve se alterou e despontou com novos parcelamentos via decreto. A partir desse momento houve o surgimento de bairros como o Jardim Bela Vista (1953), Jardim da Luz (1954), Jardim Mariliza (1955), ano após ano ocorrendo a presença de mais destes, e assim compondo a região e abrigando a população carente de moradia, tornando a região Sudeste cada vez mais urbana e menos rural neste processo. A realidade encontrada era ainda de uma expansão lenta até meados da década de 1970, e por isso se apresentava como uma região de bairros com características de serem “distantes do centro, desarticulados do plano original, não terem serviços públicos e benfeitorias urbanas, serem implantados de maneira aleatória e sem nenhuma conexão entre si” (BRITO, 2015, p. 86).

Sob a nova influência da política habitacional o momento era propício para o assentamento dos conjuntos habitacionais como foi feito com o Parque das Laranjeiras (1976), o Conjunto Fabiana (1977), o Parque Atheneu (1981), entre 1970 e 1980, que embora viessem com essa etiquetagem promovida pelo poder público e privado de conjuntos habitacionais, são bairros bem semelhantes em todas as esferas com seus vizinhos pré-existentes naquele momento, ou seja, compondo os assentamentos com a padrão periférico para as classes mais baixas, ainda com todas as marcas e problemáticas, como carência em infraestrutura, etc.

Em decorrência das transformações urbanas e dos incentivos que as regiões sul/sudeste sofreram, como a intensa promoção de usos por meio de equipamentos urbanos, de infraestrutura em mobilidade e transporte e do destaque na criação de habitações, foi a partir dos anos 1990 que o ritmo e a dinâmica se alteraram. A valorização da terra estava em evidência, ou seja, a especulação imobiliária estava em uma crescente e a região era um chamariz para todos investirem à sua maneira, e em um primeiro momento, houveram invasões, hoje reconhecidas e legalizadas, mas que marcaram a ocupação da região e estão presentes até os dias de hoje em sua composição, como o caso da Vila Legionárias (1985), do Parque Santa Cruz (1985) e do Chácara do Governador (1985), por exemplo, revela Brito (2015).

Portando, a região Sudeste, muito antes de ser vista como o “oásis” de condomínios fechados e de alto padrão, teve em sua origem ocupações mais dinâmicas, diversas e complexas, com o foco residencial de médio ou baixo padrão e com características de baixa densidade e taxas de ocupação, podendo se resumir a parcelamentos (loteamentos), conjuntos habitacionais e invasões (figura 39), descritos assim pelos registros públicos e pela literatura. Já na atualidade se concentra a proliferação de condomínios horizontais.

Figura 39 - Bairros por: loteamentos, conjuntos habitacionais e invasões.



Fonte: Autor (2023)

A essa contradição e disputa da ocupação é que a pesquisa se debruça e se problematiza, quando há o encontro de duas manifestações básicas de ocupação diferentes em um mesmo território, provocando enclaves que denotam uma diferenciação socioespacial no contexto, que resultam na segregação, que será explorada a seguir, juntamente com as bases do entendimento da dinâmica urbana resgatados desde o capítulo um - nas referências teórico-conceituais dos arranjos da dinâmica urbana provocados pela tríade dos centros, das centralidades e das periferias (ou periferização).

3.1 | CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS DA REGIÃO SUDESTE

Nesse momento é possível visualizar a tríade conceitual e de análise e como seus elementos constitutivos serão vistos na prática, entendendo como ocorreram os processos de formação dos centros, das centralidades e das periferias que compõem a região Sudeste. Pretende-se demonstrar como a teoria relatada percebe a realidade em loco dos espaços de formação física e social correspondentes à região e a maneira que se aproxima da sua configuração do ponto de vista dos três elementos estruturantes na cidade, que por consequência estarão refletidos nas análises da geração de segregação socioespacial.

A primeira questão a se tratar, é quanto ao centro, que embora muito difundido no senso comum, conquista outras interpretações junto às manifestações urbanas contemporâneas, tal como sua

abrangência e pluralização enquanto “centros” ou sua similaridade e compartilhamento com o fenômeno das centralidades. Em decorrência dessa realidade atual das cidades, a estruturação urbana enxerga os centros, ao excluir a função do núcleo pioneiro, como um “centro expandido” ou como a “expansão do centro”, tratando os centros enquanto uma gama de processos, dentre os quais envolve a descentralização, a multicentralidade, a fragmentação e a transformação da centralidade, como destaca Bezerra e Cavalcante (2009). Os autores também evocam para um entendimento do centro enquanto espaço territorial, físico e construído, e das centralidades pertencentes às esferas das relações socioespaciais, dos fluxos e movimentos.

Por concordar com essa visão mais atual e decisiva sobre centro/centralidade, a abordagem da região Sudeste será apresentada de modo integrado, ora relatando a respeito do que se personificaria enquanto denominação de centro, ora vinculando as relações que correspondem tal estrutura a uma centralidade. Seriam, dessa maneira, centros, o Estádio Serra Dourada e o Ginásio Goiânia Arena, o Centro Cultural Oscar Niemeyer, o polo de atividades comerciais na região do Shopping Flamboyant e dos hipermercados, e o polo institucional e administrativo, que compreende a sede da Prefeitura Municipal de Goiânia, da Assembleia Legislativa de Goiás e outros prédios do poder público, mas que também, no exercício de suas atividades tornam-se centralidades (figura 40).

Figura 40 - Demarcação dos centros/centralidades: espaços e equipamentos em geral.



Fonte: Autor (2023)

Há muito as centralidades já não pertencem apenas às regiões centrais de uma cidade, e aqui é demonstrado, tendo uma região de expansão e periférica repleta dessas conformações, estruturando o

espaço com novas centralidades ou mesmo oportunizando seu surgimento em virtude da dinâmica centro-periferia que atua com a descentralização (LOPES JR.; SANTOS, 2009). As centralidades, entretanto, não são configurações aleatórias, mas intencionais, na maior parte das vezes, e estão relacionadas com as ações dos agentes urbanos, promovendo espaços, equipamentos, usos e atividades capazes de alterar ou criar uma dinâmica de fluxos e de movimentos dentro do ritmo urbano que atraia valor, crescimento e desenvolvimento para a área. A instalação de um estádio, de um shopping ou de um parque urbano é calculada para visualizar o impacto que isso terá sobre a região imediata e suas adjacências, inclusive como mecanismos e elementos de catalização para o crescimento e expansão de uma área, se ela ainda não for completamente ocupada e urbanizada.

E essa prática se manteve na formação da região Sudeste, a partir de 1970, vislumbrando um momento de iniciar alguns impulsos e alocação de centros que resultaram em centralidades, trouxeram todo o arsenal que elas proporcionam para uma região. Partindo da iniciativa pública, mas em sua grande parte da iniciativa privada, a instalação do Estádio Serra Dourada (1975) provocou um potencial para a região na qual foi implantado, atraindo outros investimentos como o Shopping Flamboyant (1981) que acarretaram uma valorização e uma dominação das áreas por uma parcela mais alta da população em busca de áreas de maior valor, bem como na alteração da paisagem com a propulsão de edifícios verticais, e ainda ao chamariz para os olhos do público geral e dos investidores na região Sul/Sudeste. Outra ação com a instalação do Autódromo de Goiânia (1974), um pouco mais afastado e periférico já era um primeiro início para o controle da especulação de áreas afastadas e o impulsionador da expansão da cidade, todos entre os anos de 1970 e 1980.

Usos institucionais, das mais diferentes modalidades (esportivos, culturais e de lazer), promoveram uma rede de equipamentos que tornaram muitas áreas da região úteis e atrativas para atividades além de habitação, o caso mais expressivo é o do Parque Lozandes (1992), que contou primariamente com a presença do Paço Municipal (década de 1990) e hoje tem em sua vizinhança a sede da ALEGO (2022), bem como o Fórum (2016), o Ministério Público (2009), a Defensoria Pública (2020), edifícios com uso multifuncional, que sem dúvida trouxeram um grande impacto e impulso para a ocupação de atividades similares e diferentes para o local. Grandes hospitais, como o HDT (1977), o HECA (2022) também se encontram na região Sudeste, mostrando a pluralidade e variedade de usos numa periferia outrora isolada, assim como a presença de instituições de ensino superior com grandes campi de universidades, como UNIP (2000), PUC Goiás (1959), etc.

Os recursos naturais são grandes aportes nas cidades atualmente, correspondentes a centralidades que os agentes urbanos criam no processo de urbanização para serem parques urbanos e atrativos para a população. Temos quatro situações na região: a do Jardim Botânico (1978), do Parque

Flamboyant (2007), do Parque Carmo Bernardes (2009) e do Parque Marcos Veiga Jardim (2016) (figura 41). É possível dizer que os dois primeiros são mais tradicionais na cidade e já têm suas regiões bastante consolidadas à sua maneira e com suas características típicas. O Jardim Botânico resistiu às investidas dos agentes imobiliários em torná-lo uma extensão ou um jardim para os prédios que gostariam de ser construídos ao seu redor, mas conta apenas com residências unifamiliares (a maior parte) lindeiras a ele. Já o Flamboyant foi um parque diferente, urbanizado com esse propósito, e hoje é mais um núcleo de vários prédios de múltiplos pavimentos “com vista para o parque” e foi explorado pelo atrativo crescimento vertical e sua potencialidade, resultando em frutos como a valorização excessiva da região. Os dois últimos parques mais periféricos, têm um público voltado aos moradores remanescentes e ainda não sofreram tanto com intenções especulativas, valendo-se mais do bem estar do público atual, seja qual for, sem valor agregado.

Figura 41 - Parques Urbanos: Carmo Bernardes e Jardim Botânico.



Fonte: Prefeitura de Goiânia (2020)

Os condomínios horizontais, pela sua escala em nível de bairros, ou até mesmo maior, pelo seu impacto enquanto espaço gerador de tráfego e proliferação em quantidade, se tornaram centralidades para a região, em virtude de gerarem grandes fluxos de moradores, funcionários ou dos usos e serviços complementares envolvidos pela sua existência. Por enquanto, o panorama dos centros e centralidades componentes da região Sudeste visa dar respaldo a entender a região como uma formação do processo polinucleado a que a cidade de Goiânia se submeteu e mostrar a complexidade, para além da simplificação dos bairros e condomínios, tão abordados na pesquisa, que a região possui.

O terceiro ponto que a tríade menciona se refere às periferias, ou como abordamos algumas vezes, a periferização, que tem muita relação de causa e efeito com o processo da criação de centros e centralidades em uma nova área de expansão como essa. As periferias trazem muita identificação com a questão da segregação socioespacial, e como visto do primeiro capítulo, vale ser pluralizada para um

entendimento mais claro da diversidade que comportam esses espaços, já adiantando ocorrer na região Sudeste, uma região de periferias em constituição.

Como já mencionado, conceitualmente as periferias passaram ao longo do tempo por mutações de acordo com a evolução das dinâmicas urbanas, partindo de definições como espaços afastados, de segregação, dificuldades e déficits (MOURA; ULTRAMARI, 1996), assim como regiões que não correspondiam com infraestruturas básicas, e portanto, propícios para uma população de baixa renda segregada (SERPA, 2001), até espaços dicotômicos, contraditórios e de diversidades (PAVIANI, 2002). Em Goiânia, a presença das periferias, em especial da periferia que se configura na região Sudeste, é compartilhada pelas cidades ditadas pela prática capitalista, perseverando tanto as periferias pobres, homogêneas e repletas de desigualdades, como as periferias ricas, isoladas, protegidas e altamente segregadoras. Essa dualidade imputa a formação periférica da região Sudeste de Goiânia (figura 42).

Figura 42 - Marcação das áreas periféricas ocupadas pelas classes sociais.



Fonte: Autor (2023)

Com base em uma periferização contemporânea, a região Sudeste é entendida como um espaço capaz de retratar seu acontecimento neste padrão, haja vista sua posição de região de expansão, crescimento e formação de uma periferia heterogênea, nos moldes da urbanização praticada pela contemporaneidade. Em um primeiro momento, seguindo os ritos que ocorreram na maior parte das cidades, Goiânia passou pelo seu processo de urbanização extensivo, demarcado, evidentemente pela

descentralização/periferização urbana, segundo Serpa (2001), e com isso se criaram regiões como o caso da Sudeste. Se antes, outras motivações eram elencadas para justificar a expansão das cidades, atualmente se fala de migrações intraurbanas e intrametropolitanas, que alteram e diversificam a ocupação das áreas de um espaço urbano (RITTER; FIRKOWSKI, 2009). Essa movimentação mais recente é vista na região de estudo, quando em um primeiro momento foi alvo de assentamentos irregulares voltados a uma população que carecia de moradia e de espaço na cidade, mas que com o tempo foi destinada a outra classe, a uma elite que visava se afastar do centro urbano e se optou pelas franjas da cidade, resultando no fenômeno de gentrificação.

Com o desenvolvimento de Goiânia em meados dos anos 1950, surgiram as primeiras movimentações provocadas pelo fenômeno da expansão e da dispersão urbana, sobretudo em virtude da possibilidade que alcançariam de ocupar áreas distantes com a criação de meios de transporte individuais e coletivos. Portanto, o acesso foi facilitado para o surgimento de áreas periurbanas, a primeira característica encontrada foi a da ilegalidade e da autoconstrução, somadas a algumas iniciativas do poder público e privado, e tivemos a configuração para a região de assentamentos como parcelamentos e loteamentos, conjuntos habitacionais e invasões de terra (hoje com configuração de bairros legais), até por volta da década de 1980. Isso era similar ao que acontecia na região Sul, concentrados principalmente no eixo da Avenida Jamel Cecílio, como parte do trajeto ao Shopping Flamboyant, região também sujeita aos alagamentos do Córrego Botafogo. Dessa maneira, o primeiro modelo de formação da região Sudeste corresponde a uma periferia destinada para os pobres, como única chance de ocuparem o espaço urbano e viverem na cidade, mesmo com evidente predomínio de condições suburbanas e insalubres, como a própria distância, as disparidades, as inúmeras categorias de exclusão e inacessibilidade ao que seria um “viver urbano” ou “pertencer a cidade”, efetivamente (CALDEIRA, 2000).

A mudança aconteceu após essas primeiras décadas, quando a partir de 1990 e 2000, a periferização da região Sudeste tomava outros rumos. Agora a característica fundamental era da ocupação por uma classe social diferente, dessa vez a elite assumia o protagonismo da periferia de forma voluntária. Esse é um fenômeno pertencente à dinâmica das cidades em todo mundo e no Brasil, que em busca de refúgio e isolamento dos centros e aglomerados urbanos, os ricos optaram pelas áreas mais distantes, ocupando as margens do perímetro urbano (às vezes até o alterando) com a difusão da tipologia dos condomínios horizontais, cercados por muros. Essa recente movimentação imputou que as distâncias e disparidades dos espaços periféricos, via de regra, não estavam mais colocados pela separação de classes sociais ocupando espaços distintos da cidade, dessa vez a ocupação era feita compartilhando a mesma região, o que geraram outros graus de segregação.

Esse acontecimento trouxe um novo olhar para as periferias, e assim também para a região, tendo agora novos moradores e conformação, de modo que as benesses chegavam aos espaços distantes, mesmo que fossem voltadas apenas a uma parcela específica dos usuários. Entre os bônus, pode-se listar a existência de infraestrutura, os equipamentos de usos e atividades diversificadas, o aproveitamento de áreas verdes e dos espaços públicos, entre outros. A região Sudeste, dessa maneira, adquire um status semelhante aos vistos nos subúrbios norte-americanos, mais reconhecida pela presença dos enclaves fortificados, representados pelos condomínios horizontais de alto padrão, que impulsionam o crescimento e expansão da área e da cidade, em níveis municipal e metropolitano.

Esse paralelo, dualidade e hibridez na composição da periferia sudeste de Goiânia poderia ser endossado como um processo rico de urbanização, haja vista sua dinamicidade, diversidade e heterogeneidade bem-vindas ao universo urbano, quando bem-feita e democrática, constituindo um bem estar e uma ocupação razoavelmente justa para toda população distinta que paira no mesmo espaço, porém não é isso que se tem representado nessa situação. A população que habita a região não tem as mesmas condições e nem ocupam o mesmo padrão ou usufruem de qualidade, pois a região com todas as manifestações urbanas e espaciais não consegue representar uma justiça social.

A periferização da região Sudeste é resultado do rebatimento das políticas urbanas capitalistas pelas quais Goiânia se submeteu, portanto, permitindo que sua produção urbana fosse pautada nos esquemas voltados ao interesse do capital, da especulação urbana e do protagonismo da iniciativa privada que visava sumariamente a valorização de terra a qualquer custo. Tal fato resultou em uma região com capacidade de produção de uma segregação urbana e socioespacial cada vez mais acentuada, em virtude das contradições de ocupação original e recente que se apresenta. As periferias ou o processo de periferização foi entendido por níveis e escalas, desde quando Costa (2006) nos elenca que houve em primeiro lugar a existência de uma formação periférica para ressaltar a existência e o poder de um espaço central e uma centralidade, reforçado pela conhecida máxima “centro-periferia”; segundo, pelo fracasso da justiça social e a inadequação ambiental ao deixar o crescimento urbano assumir uma posição periférica a níveis exorbitantes; e terceiro, pelos interesses de todos os agentes urbanos, poder público, movimentos sociais e iniciativa privada, de criar esses espaços para fortalecer essa condição urbana contemporânea.

3.2 | CONTRADIÇÕES DA PERIFERIZAÇÃO: REFLEXÕES DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO POR DIFERENTES MODELOS SOCIOESPACIAIS

Ao expor a periferização que constitui a região Sudeste e sua posição de segregação socioespacial frente ao contexto da cidade, é notório dizer o quão contraditório foi e é esse processo e

como ele se apresenta. Partindo da premissa de formação da região por dois modelos físico, espacial e socialmente diferentes na periferação e ocupação desse espaço, que embora territorialmente extenso, é marcado por forte e nítido contraste, e como é gerador de uma segregação evidenciada na disputa direta e indireta do espaço urbano. A missão é refletir e se apropriar das análises anteriores capazes de entender essas indagações.

A região Sudeste, embora de recente ocupação efetiva, já passou por momentos históricos de caracterização de suas estruturas, desde espaços homogêneos do ponto de vista de destinação a uma parcela carente da população, mas também heterogêneos na configuração das tipologias que esses primeiros bairros apresentavam, até uma heterogeneidade partindo do pressuposto da existência de variadas ocupações, resumidas pelos bairros mencionados somados aos novos condomínios luxuosos, que mais tarde ou atualmente, voltam para uma caracterização homogênea, quando visto a massiva predominância dessa última tipologia materializada nessas áreas. Esse demonstrativo diz respeito à falta de uma identificação das estruturas espaciais, sociais e paisagísticas que compõem o recorte analítico dessa região, tendo em vista que a única identidade prevista é de um espaço voltado para a segregação socioespacial, impulsionada pela sua contradição na própria formação e existência, vide sua configuração original e a que se constata atualmente.

Baseado em índices demográficos, Brito (2015) acrescenta que nos últimos anos a região Sudeste apresentou grande destaque para o crescimento populacional, ao passo que se tornava uma área de expansão da cidade e de ocupação efetiva, de caráter especulativo, haja vista intensas áreas de iminente ocupação a ser feita a qualquer momento, sobretudo com lançamentos previstos de condomínios horizontais e outros em execução. Segundo a autora, em 2015, a região contava com cerca de 66.259 habitantes, o que evidentemente é um número que já saltou expressivamente dada sua consolidação na ocupação de suas áreas, mesmo não tendo densidades muito altas. Por estimativa, seguindo o IBGE (2021), hoje a resultante populacional para a região Sudeste já passaria dos 78 mil habitantes, montante próximo a cidades de médio porte em Goiás.

Dados da Prefeitura (2013), indicam que dessa população a renda projetada estava para o primeiro momento de ocupação da região, ainda quando era dominada pelos bairros populares, por rendas classificadas baixas e médias, em torno de três a quatro e cinco a seis salários mínimos, respectivamente. A realidade desse índice se alterou quando do adendo dos condomínios fechados, responsáveis por trazer e abrigar uma população com rendas mais altas, traçando um novo perfil socioeconômico, mesclando e alterando com a realidade anterior, mais um indicativo da presença da segregação de alguns moradores perante outros em um mesmo lugar.

A partir do momento em que os primeiros condomínios horizontais de alto padrão, com suas configurações de cercamento e isolamento por muros, se assentaram na região, houve uma alteração drástica na paisagem do lugar, antes ocupado por residenciais unifamiliares agrupadas em bairros abertos, em lotes individuais e quadras nos padrões dos bairros mais convencionais de um espaço urbano. Sem contar, que as residências luxuosas, quando possíveis de se apresentarem na paisagem urbana, também contrastam pela qualidade arquitetônica, no estilo e na materialidade, além de se configurarem grandes objetos construídos em torno da paisagem natural e de lazer, na qual estão inseridas. Mas as transformações urbanas não foram contidas apenas na esfera paisagística, mudanças morfológicas foram presenciadas, por necessidade ou para a promoção de tais empreendimentos, o poder público em concordância com as incorporadores promoveram alterações ou a criação de novas vias e viadutos, por exemplo, que visavam conectar essa região com a cidade ou a própria região consigo mesma, mas com a máxima de possibilitar a implantação dos condomínios, e por consequência, a urbanização desse trecho da região (BRITO, 2015).

Figura 43 - Eixos de principal tráfego na região.



Fonte: Autor (2023)

Esse esquema de implementação da acessibilidade acarreta em impactos significativos para as novas ocupações, mas também para os bairros já existentes. A estratégia de criação de avenidas provocou ao mesmo tempo uma facilidade de acesso de toda a região e de alguns bairros específicos a regiões vizinhas, mas também trouxe modificações internas aos bairros, provocando maiores fluxos e

tráfegos em sua área (figura 43). Os acessos eram sempre viabilizados para superar ou alcançar os limitadores físicos representados pelas rodovias GO-020 e BR-153, que representam eixos limítrofes e de desenvolvimento para a região, que contemplam o fluxo intermunicipal e a implantação dos condomínios, que podem transformá-las em vias com características locais ou coletoras, dado ao fluxo que essas ocupações provocam, diz Brito (2015).

A situação da região atualmente é vista como uma área de forte fluxo migratório intraurbano, de grande valorização e interesse pelos mais diversificados agentes e promotores urbanos, com um planejamento a longo prazo, promovendo sua execução mais objetivamente vista nas condições construtivas atuais, e que aparenta ser majoritariamente uma “região nobre, valorizada e dinâmica, que se converte, a cada dia, em uma nova centralidade urbana” (BRITO, 2015, p. 112). O capital privado tem grande responsabilidade nesse processo ao passo que estabeleceu e propiciou sua constituição contraditória, com relevante impacto socioespacial, definidos com déficits, carências, bônus e benesses presentes, mas destinados exclusivamente para um determinado público alvo, assim como visto pela urbanização contemporânea e global.

Ao consolidar a tipologia de condomínios horizontais nobres na cidade, as camadas sociais em ascensão passam a aspirar também ser moradores em potencial desse modelo. Assim, condomínios “menos luxuosos” tornaram-se oportunidades de mercado e também passaram a compor a região. Exemplos como o Portal do Sol I e II com parcelamentos menores, e oferecendo menos infraestrutura social interna e, conseqüentemente, menos valor agregado. Após a pandemia, os lançamentos de novos condomínios ultrapassaram várias unidades, entre Alphaville, Jardins e outros, criando inclusive a conurbação com a cidade de Senador Canedo. Em contrapartida, o número expressivo de condomínios alimenta os bairros populares periféricos na região, como bairros residenciais dos funcionários desses empreendimentos, por exemplo.

Nada mais contraditório do que apontar o modelo de formação pela qual a região Sudeste é representada, com a dualidade de duas tipologias de ocupação, que representam as teses de dicotomias e contrastes impregnados nas estruturas urbanas e espaciais dessa área (figura 44). Essas tipologias são importantes uma vez que a o edifício e sua forma influenciam a morfologia e paisagem da cidade e do espaço urbano, como dita Brito (2015). Por isso, dadas essas construções que compõem um grupo ou um conjunto urbano no contexto da cidade, visa-se analisar as particularidades e disparidades que suas existências trazem para o tecido urbano, e como essa prática teve influência e responsabilidade na tipificação de um espaço segregado, desde a alteração das pré-existências como a elaboração de novas realidades.

Figura 44 - Condomínio versus bairro.



Fonte: Google Earth (2023)

A região que durante muitas décadas tinha sido alvo de um processo lento e controlado de expansão e periferação, demarcado por pequenos bairros por meio da implantação de loteamentos residenciais ou conjuntos habitacionais que se instalaram de forma tímida e gradativa nas proximidades da BR-153, dos bairros Vila Redenção (conjunto habitacional promovido e planejado para abrigar a classe trabalhadora) e Jardim Goiás/Alto da Glória (chamariz de investimentos, verticalização e valorização da terra), e também na conurbação com Aparecida de Goiânia (com bairros semelhantes aos implantados na região Sudeste), demarcava uma característica homogênea para o lugar, bem como um marco representativo de ocupação por época. Parecia ser um momento contido e no controle do planejamento, mesmo que essas primeiras ocupações tivessem na sequência algumas áreas de posse e invasões, que no futuro se tornaram bairros regularizados.

Os primeiros classificados pela cronologia de ocupação foram os loteamentos residenciais, como o Jardim Mariliza (figura 45) e similares, que são parcelamentos oriundos de uma ocupação periférica com a possibilidade de grandes glebas viáveis e disponíveis para uma ocupação com escala de bairros. São bairros evidenciados pelas características padronizados com problemas como mobilidade urbana, ausência de infraestruturas básicas, vazios urbanos, etc. As melhorias ocorreriam no futuro com a implementação dos condomínios luxuosos que se tornaram vizinhos destes bairros remanescentes, usufruindo de benesses do viver urbano básico com a chegada dessas novas ocupações (BRITO, 2015). As melhorias também são identificadas internamente nesses bairros em virtude da presença dos

condomínios, alterando até mesmo suas construções, que antes mais simples e singelas, agora com uma qualidade construtiva superior. A diversificação da área dos loteamentos com a presença dos condomínios se alterou quanto à malha urbana, com a abertura de vias, alterando o tráfego na região e acessibilidade ao restante da cidade. Dentro desses loteamentos residenciais, com o passar tempo e o desenvolvimento dos bairros, em virtude de ser uma região composta por glebas territorialmente generosas e chácaras, viu-se a oportunidade de pequenos loteamentos fechados de menor porte, mas que já traziam algumas rupturas aos modelos existentes, principalmente em virtude de forte isolamento e separação provocados por barreiras físicas, como os muros, em que pode-se notar as primeiras modificações nas relações sociais, sendo assim, primeiros indícios da segregação.

Figura 45 - Caracterização do Jardim Mariliza.



Fonte: Autor (2022)

A modalidade dos conjuntos habitacionais, a exemplo do Parque das Laranjeiras (figura 46) e similares, não se diferenciam muito em sua estrutura dos mencionados no parágrafo anterior, mas apresentam algumas particularidades que vale a atenção, como “a preservação de áreas verdes, a criação de espaços de lazer e a implantação dos equipamentos comunitários” (BRITO, 2015, p. 125). A dimensão mínima de lotes também foi uma possibilidade para que uma determinada população tivesse facilitado acesso à terra. Então, até meados dos anos 1990, essa tipologia era vista como um espaço de grandes qualidades e atrativos, em meio aos bairros mais pobres, irregulares e oriundos da formação. Apenas com o surgimento dos condomínios luxuosos é que os conjuntos perderam essa disputa, sendo impossível a comparação e competição, tornando-os apenas uma ocupação de mediano caráter construtivo e socioeconômico.

Figura 46 - Caracterização do Parque das Laranjeiras.



Fonte: Google Earth (2023)

Optou-se por apontar como as contradições aconteceram no passado, em que os condomínios foram surgindo em disputa com os bairros remanescentes, porque de qualquer ponto de vista e análise o fenômeno e dinâmica urbanos presenciados aconteceram dessa maneira: bairros populares existentes configurando uma realidade, caracterizando uma região, e posteriormente, o advento dos condomínios para criar rupturas e descontinuidades espaciais. Esse momento, portanto, do despertar dos condomínios fechados, possui tudo diferente na dinâmica que a região Sudeste presenciava: tempo, perfil econômico, características arquitetônicas, escala, população, paisagem urbana, relação com o contexto urbano, etc. Antes de qualquer aprofundamento teórico, urbanístico ou de análise científica, sua própria existência no espaço, completamente murado, e se tornando um enclave fortificado, estabelece rupturas com a paisagem e relação de qualquer contexto que se inserem, promovendo a separação prática do público e privado e intensificando as desigualdades sociais (BERNARDES; SOARES JR., 2007).

A Grande Goiânia demonstra uma opção crescente pela segregação física e pela estética dos muros, restringindo o acesso de estranhos às suas ruas internas. A apartação aqui é representada pela configuração de um espaço público em privatização. Os condomínios, em sua maioria, encontram-se nos subúrbios da cidade, compartilhando o espaço da periferia com a população pobre e evidenciando uma reprodução social perversa no espaço urbano (BERNARDES; SOARES, JR., 2007, p. 217).

Macedo (2002) destaca que a presença dos condomínios fechados corresponde a uma deturpação da prática urbana, desqualificando completamente o espaço ao passo em que há uma valorização dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos (figura 47). O surgimento dos condomínios configura por si só um polo de atratividades, vinculado ao processo de descentralização e no comprometimento com uma cidade polinucleada. No entanto, para a existência dessa modalidade de ocupação, são necessárias contrapartidas que o poder público precisa suprir, como a reorganização do tecido urbano, da malha viária, tal como foi feito na região Sudeste, com a abertura de vias, conexões,

entre outros. A problemática que deve ser enfrentada e colocada em pauta a todo instante é a da expansão urbana provocada pela proliferação dos condomínios horizontais, uma vez que necessitando cada vez mais de áreas horizontais e territorialmente grandes, procuram-se aquelas outrora periurbanas, ou mesmo rurais, que incorporam ao perímetro urbano, provocando problemas a toda a população e dificuldades para atender digna e socialmente todas as áreas cada vez mais espalhadas e com alto custo de infraestrutura a essas regiões (figura 48).

Figura 47 - Condomínio Jardins Milão.



Fonte: FGR (2023)

Figura 48 - Região Sudeste com condomínios horizontais ao fundo.



Fonte: Daniel Gonçalves (2023)

Em contrapartida, não se pode anular os fatores que animam desde a população mais leiga até aos mais interessados nos ocorridos urbanos dentro da cidade e dessa região. Um deles é a forte valorização da terra que a presença dos condomínios luxuosos provoca, tanto em suas próprias áreas, como nas adjacências, nos lotes e imóveis dos bairros populares e vizinhos, muitas vezes presentes há décadas nesse espaço, mas sem muita propulsão quanto à valorização patrimonial, como visto inclusive, em outras regiões da cidade que não contam com esse aporte dessa modalidade de ocupação (BERNARDES; SOARES JR., 2007).

Essa presença, promoção e familiaridade que a construção dos condomínios horizontais provocam na vivência urbana, ao passo que se internalizam nas práticas urbanas da cidade, provocam mudanças para além do físico e do espacial, mas também em esferas sociais. É promulgada uma nova cultura de morar, onde o *marketing* desses empreendimentos consegue estimular em toda a população uma sinalização de que a única opção com qualidade para residir na cidade é a desse enclave de luxo, segurança e bem-estar, trazendo para o senso comum a ideia do condomínio como um lugar correto e anulando todas as outras alternativas. Inviabilizada a presença de toda população dentro dos condomínios, muitas vezes ocorre uma atração para as proximidades, entendendo que mesmo “fora” desse espaço, essa proximidade provocaria um *status* e talvez a chance de provar a vivência nessa tipologia, mesmo com os muros demarcando claramente um impedimento para tal realidade. É o que comenta Caldeira (2000), quando diz que as diferentes classes podem viver agora próximas (uma periferia heterogênea, como relatado), mas as barreiras físicas (e acrescenta-se, sociais) sempre existirão para demarcar claramente uma ocupação social do espaço urbano.

Essa solução contemporânea e feita a todo momento nas cidades, e na região Sudeste, dos condomínios horizontais de alto padrão, representam nada mais que uma “solução menos democrática, na medida em que segrega em vez de unir” (BERNARDES; SOARES, JR., 2007, p. 223). A localização desses espaços no território representa uma reprodução das desigualdades sociais, onde há uma ilusão de que as periferias são compartilhadas pelos ricos e pobres, representadas pelas suas modalidades de ocupação, mas que não passa de um vislumbre, haja vista, que na prática, as vivências, as relações e as atuações sobre o espaço são claramente distintas e discriminadas, sempre pautadas nas definições socioespaciais.

3.3 | ENCLAVES PERIFÉRICOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Afinal, a realidade é apreendida parcialmente e em recortes momentâneos, o que não significa excluir do processo de conhecimento a totalidade; aliás, esta é imprescindível para a compreensão real do fato analisado (BRITO, 2015, p. 113).

Em concordância com a autora, o item do trabalho apresenta análises e leituras dentro da região Sudeste, elencando amostras de enclaves - no sentido de regiões ou espaços - capazes de demonstrar, exemplificar e traduzir as dicotomias e contradições da presença de diferenciações ou segregações socioespaciais nessas áreas. Seriam basicamente recortes de limitações de um condomínio horizontal de alto padrão em contraste com um bairro popular, posicionados lado a lado, separados muitas vezes não apenas por um muro físico, mas por várias outras barreiras que transpassam o sentido material.

Dada a complexidade e variedade de ocupações, pelas diversas tipologias e características espaciais que foram apresentadas na região Sudeste, serão possibilitadas investigações de variados exemplos ao longo da região, em específico, mas que contextualizados, se repetem na prática e se tornam um padrão, capazes de demonstrar a segregação e defini-la tal como se apresenta no processo de formação e na realidade consolidada. Duas situações, para isso, são colocadas: 1) com base nas articulações de um paralelismo, relações de vizinhança e proximidade física e nítidos contrastes socioespaciais, serão vistos os condomínios Jardins Atenas e Jardins Paris evidenciando sua segregação e diferenciação com o bairro Jardim Mariliza (representando a parte mais consolidada e centralizada da região); 2) pelo processo de distanciamento, vinculados à presença de ocupações diversas no processo de periferação, expressando as relações de distanciamento e de comparação, será colocado em pauta os condomínios Residencial Portal do Sol Green e Portal do Sol Garden e o bairro Residencial Brisas do Cerrado (representando as áreas de maior distanciamento, expansão, conurbação e aquelas mais periféricas) (figura 49).

Figura 49 - Identificação dos condomínios Jardins Atenas e Paris com o Jardim Mariliza (com os trechos/enclaves) e do Portal do Sol Green e Garden com o Brisas do Cerrado.



Fonte: Autor (2023)

Os condomínios horizontais de alto padrão Jardins Atenas e Jardins Paris (figura 50 e 51) estão localizados na parte mais centralizada (geograficamente) da região Sudeste, e foram instalados em 2003 pela incorporadora FGR Construtora S.A. ao mesmo tempo e com características muito semelhantes ao serem implantados um ao lado do outro. Dessa maneira, é possível tratá-los igualmente em diversos pontos. Os condomínios possuem áreas totais de 446 mil metros quadrados, com 451 lotes e 91 mil metros quadrados de área verde e de lazer; e 539 mil metros quadrados, com 320 lotes e 167 mil metros quadrados de área verde e de lazer, respectivamente, segundo informações da incorporadora FGR. Com um uso basicamente residencial, com áreas dos lotes em torno de 600 a 2000 metros quadrados, aproximadamente, e equipados com espaços de uso comum (restrito aos condôminos e visitantes), possuem também pistas de *cooper*, campos de futebol, quadras de esportes, playgrounds, salas fitness, segurança e áreas para eventos promovidos no local (CAMPOS, 2007).

Figura 50 - Delimitação dos condomínios Jardins Atenas e Jardins Paris.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Figura 51 - Empreendimentos Jardins Atenas e Jardins Paris.



Fonte: FGR (2023) e Wimóveis (2023)

Os imóveis, seja o terreno (lote) tem uma média de valor de R\$800,00 o metro quadrado, enquanto as construções (casas) em torno de R\$8.000,00 o metro quadrado, de acordo com Lei Complementar 344/2021 (CTM) e Lei 9704/2015 (Planta de Valores Imobiliários - PGV) da Prefeitura Municipal de Goiânia e pesquisa de campo com o mercado imobiliário. Justifica-se, dessa maneira, uma ocupação de condomínios destinados às classes médias e altas da população goianiense, compreendendo todas as faixas etárias, com índices elevados de escolaridade (ensino superior) em sua maioria ou pessoas com algum nível de influência política, econômica, cultural e/ou social. No Jardins Atenas é estimada uma população de 861 habitantes, enquanto o Jardins Paris fica com 697, segundo dados do último censo IBGE (2010) e levantado pela Prefeitura em 2013. Atualmente essa população já se elevou consideravelmente.

Quanto a forma e morfologia urbanas que a ocupação dos condomínios Atenas e Paris empregaram na região, referem-se a espaços com a tipologia residencial em predominância, destacando-se pela presença de sobrados, geralmente concebidos por profissionais da construção e seguindo os parâmetros urbanísticos e os código de obras da Prefeitura e dos próprios condomínios,

com o emprego de casas de alvenaria e estrutura de concreto, com acabamentos internos e externos, telhados aparentes ou não e ocupação do lote de maneira similar (acesso e recuos frontais; e lazer e recuos ao fundo), quase sempre contemplando piscinas, por exemplo. A taxa de área permeável exigida é de 30%. Os condomínios como conjuntos são cercados por muros, mas entre as edificações e o logradouro não existem muros frontais, tornando perceptível para a paisagem interna dos condomínios a visualização das fachadas das residências livremente.

A densidade levantada pela prefeitura em 2013, com base no censo demográfico do IBGE (2010), dava uma média de 1.875 e 1.317 habitantes por quilometro quadrado para os condomínios Jardins Atenas e Paris, respectivamente. Em um contexto de desenho urbano, os condomínios possuem quadras com configuração predominantemente regular, de dimensões entre 230 a 140 metros por 60 metros, na maior parte dos casos, distribuídas em lotes com um padrão de dimensão em cerca de 14 metros de largura por 30 metros de comprimento. As quadras comportam generosas calçadas com pavimentação, arborização, vegetação e paisagismo, as pistas de rolamento são asfaltadas e sinalizadas.

Quanto à infraestrutura existente, consta a presença de iluminação com fiação subterrânea, rede de água, esgoto, telecomunicação, além de uma virtuosa área verde de origem natural que traz bem estar e qualifica o lazer da população residente. Praças esportivas, de convívio (para feiras e festas) e espaços de permanência permeiam as áreas de uso coletivo. O acesso é facilitado (quando pelo uso de transporte individual e motorizado), pelas amplas avenidas, como o caso da Avenida Diógenes Dolival Sampaio que continuada pela Avenida Engler fazem a conexão dos condomínios com a região de Aparecida de Goiânia e da BR-153, bem como em outro sentido acessa a rodovia GO-020. Em contrapartida, outros modais, como o transporte coletivo são um problema, com baixa assistência, prejudicando principalmente os funcionários que trabalham nos condomínios, principais dependentes dessa alternativa de mobilidade.

Ainda entremeado a região Sudeste, o representante e vizinho limítrofe dos condomínios mencionados acima é o bairro Jardim Mariliza (figura 52 e 53). O bairro, por sua vez, corresponde ao que a pesquisa enfatizou como “bairro popular”. Inaugurado em 1955, o loteamento residencial foi um dos primeiros a se instalar na ocupação da região Sudeste, sendo nos primeiros anos de sua aprovação apenas composto de locação e abertura de vias, e nas décadas seguintes foi exponencialmente ocupado, impulsionado pela presença e chegada de outros bairros nos anos de 1970. Com essa característica popular, periférico e destinado a uma classe mais baixa da população, por muito tempo sofreu com questões de infraestrutura básica nas mais variadas frentes (BRITO, 2015). Hoje a realidade foi alterada, o bairro conta com uma área de 1,16 quilômetro quadrado, que atualmente encontra-se

ocupada e consolidada, com uma paisagem horizontal predominantemente residencial, com exceções de pequenos comércios e serviços locais. Os maiores destaques são para o Parque Carmo Bernardes e o campus e Centro de Convenções da PUC Goiás, implantado em 2016, localizados nas imediações.

Figura 52 - Delimitação do bairro Jardim Mariliza.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Figura 53 - Caracterização do bairro Jardim Mariliza.



Fonte: Google Earth (2023)

Os lotes giram em torno de uma metragem com 360 metros quadrados, valendo em média R\$400,00 reais o metro quadrado do terreno e em torno de R\$1.800,00 o metro quadrado construído, de acordo com a Lei Complementar 344/2021 (CTM) e Lei 9704/2015 (Planta de Valores Imobiliários - PGV) da Prefeitura Municipal de Goiânia e pesquisa de campo com o mercado imobiliário. Dessa maneira, se

enquadra em um bairro destinado a uma classe baixa e média da população, compreendido por todas as faixas etárias, sobretudo uma população mais velha, ainda remanescente do momento de ocupação originária do assentamento com suas famílias. Essa população, em números, está estimada com 5.497 habitantes, segundo dados do censo IBGE (2010) e atualizado pela prefeitura em 2013, podendo ter sofrido alterações.

Na perspectiva dos atributos físico/espaciais provocados pela ocupação do Jardim Mariliza, se vê um bairro ocupado por residências unifamiliares, geralmente térreas, mas com algumas variações para sobrados e outros, sendo até mesmo incluso um processo discreto de verticalização ainda em execução pontual. Nessas construções a qualidade não é tão padronizada e é bastante variada, sendo ora mais organizada do ponto de vista de um amparo projetual e do atendimento as legislações, ora não, seguindo assim com o acabamento das residências, sendo em alguns momentos visto edificações acabadas e em outros inacabadas. Com o passeio público, as calçadas ocorrem em boa situação, mas outras em situação precária, ou ainda inexistentes, bem como o asfaltamento das ruas e avenidas. A ocupação dos terrenos é dada em algumas situações no máximo de aproveitamento, e em outras situações existem “respiros”, recuos e áreas para permeabilidade. A tipologia das edificações é no padrão tradicional, sendo lotes isolados, murados em todas as extremidades de uma unidade habitacional para a outra, mas mantendo o bairro acessível, relacionado e sem barreiras com as demais estruturas urbanas.

O levantamento feito pela prefeitura em 2013, com apoio dos índices do IBGE (2010) demonstra uma média de densidade de 4.741 habitantes por quilômetro quadrado para o Jardim Mariliza. Tratando da morfologia o bairro tem uma trama de desenho urbano mais retilíneo e ortogonal, orientado por uma via principal que “corta” o bairro e é alimentada por outras locais. Essa via é servida de grande variedade de comércio de serviços, utilizados pelos moradores da região, inclusive beneficiando os condôminos pela proximidade. As quadras possuem dimensões próximas a 130 por 70 metros, com lotes de 12 metros de testada por 30 ou 35 metros de comprimento. As quadras estão predominantemente ocupadas, mas ainda constam vazios urbanos com lotes desocupados.

O bairro possui infraestrutura básica, na maior parte de suas áreas, compreendendo água, esgoto, iluminação, telecomunicações, e outros, e conta com áreas institucionais e públicas, como parque, praças, escolas, posto de saúde, etc. O acesso é propiciado com facilidade pelas vias estruturantes, Avenidas Engler e Bela Vista que fazem a conexão do bairro com a rodovia BR-153 e parte do município fronteiro, Aparecida de Goiânia, bem como tem acesso condicionado pela Avenida Marginal Barreiro, que conecta o fluxo da região com a GO-020. Vale ressaltar que essa última foi uma promessa divulgada pelos empreendedores da FGR Urbanismo aos compradores dos condomínios,

como alternativa e “solução” para facilitar sua “conexão” com a cidade. A opção pelo transporte coletivo é melhor orientada nesse bairro, pela quantidade de pontos e linhas de ônibus, por exemplo.

Os bairros e os condomínios da região Sudeste poderiam por si só serem enquadrados na leitura de enclaves periféricos de segregação socioespacial, a partir do momento em que, como demonstra Lynch (1960), enquanto estruturas urbanas de ocupação delimitadas física, espacial, social e administrativamente, correspondem a espaços com algumas características comuns e identificadoras, que com mera observação é possível percebê-las. No entanto, visualizando alcançar uma perspectiva do macro para o micro, os enclaves serão os pontos de confronto, conflito e convergência que um bairro e um condomínio se justapõem, nesse caso. Os dois primeiros exemplos serão trechos que propiciam amplificar e observar as relações socioespaciais, entre o Jardim Mariliza com os Jardins Paris e Atenas (figura 54).

Figura 54 - Trechos e enclaves amplificados (Jardins Atenas e Paris versus Jardim Mariliza).



Fonte: Google Earth (2023)

A opção por extrair algo desses enclaves periféricos é o fato de que em uma mesma região, áreas fisicamente próximas, adquirirem uma formação pautada em duas realidades e modelos de ocupação diferentes. Castells (2000) ressalta essas relações ao perceber que a urbanização contemporânea tende a organizar seu espaço de maneira homogeneizadora socialmente interna, mas com fortíssimos indícios de discrepâncias com o contexto, revelando além das diferenças, uma espécie de hierarquia. Isso é apresentado claramente na região, quando da superação que os condomínios horizontais exercem sobre os bairros existentes, e isso em mais de um sentido. Uma situação interessante que ilustra o pensamento do autor, é que ao longo dos anos, a construção de mercados de luxos, academias, hotéis, voltados às compras dos condôminos se intensificou a partir da sua

consolidação enquanto centralidade, factível e mercadológica, apesar dos preços inferiores praticados no eixo comercial do Jardim Mariliza.

Pautados nas classificações feitas por Vasconcellos (2013) quanto a algumas denominações capazes de traduzir a segregação urbana, são elencadas para a realidade do Jardim Mariliza com os Jardins Paris e Atenas duas delas, como é o caso da “diferenciação” e da “justaposição” (figura 55).

Figura 55 - Trechos e enclaves no nível da rua (Jardins Atenas e Paris *versus* Jardim Mariliza).



Fonte: Autor (2022).

Isso quer dizer em primeiro lugar, que ao tratar da “diferenciação socioespacial” as segregações são exemplificadas nos trechos e visualizadas a longas distâncias, como em uma imagem aérea, em que se denota claramente barreiras físicas (muros), as relações e diferenças de ocupação e a implantação, bem como as tipologias e os padrões construídos em um bairro popular em contraste nítido com as áreas nobres de um condomínio de luxo. Com uma imagem é possível destacar elementos que diferenciam duas áreas vizinhas, completamente próximas e segregadas, pela sua paisagem, pela materialidade construtiva, pela presença de vegetação em uma e em outra não, por elementos como piscinas, espaços

de lazer e recreação que hora ocorrem, mas são ausentes em outros momentos, ou que possui asfalto e o que até pouco tempo não possuía asfaltamento nenhum, entre outros fatores.

Em segundo lugar, a “justaposição” seria a categoria mais honesta para denominar os enclaves escolhidos e os trechos de amostragem deles, principalmente quando se tem uma escala mais próxima, a nível do bairro ou ainda menor. Pois ao estarem justapostas, como ocorre em várias cidades brasileiras, e no respectivo caso, duas áreas refletem sua proximidade territorial, espacial e geográfica, ao passo que exemplificam a mesma capacidade de estarem cada vez mais distantes socioeconomicamente. Em algumas situações a justaposição pode ser bastante nítida, em outras pode ser tímida, possível de identificar a partir de um olhar crítico e analítico, ressaltando as desigualdades que querem passar despercebidas na produção de um espaço urbano.

O que essas duas condições, ou uma, como se tornam estando tão próximas, correspondem, é a de uma realidade contraditória, excludente e segregadora, ao passo que um dos primeiros bairros da região Sudeste e dois dos primeiros condomínios horizontais implantados na área refletem um padrão da periferização iniciada há décadas com os primeiros impulsos da expansão, provocando a mudança de uma periferia tradicional (com as problemáticas de ocupação destinada as classes mais baixas), com a periferia contemporânea, com índices mais complexos de segregação, imputando uma disputa pelo espaço, provocando processos de contraste no tecido e na paisagem urbana, alterando as condições socioespaciais e criando processos até mesmo de gentrificação. Além das disparidades a “olho nu”, os levantamentos e análises apresentadas acrescentam como são importantes a valorização da terra e os atributos socioeconômicos para os processos de desigualdade, além de outras atribuições físicoespaciais, principalmente o impacto de cada tipologia e sua inserção no contexto, pois trata-se de uma cidade ou de uma região, que tem relações afetadas pelas práticas impostas e que são rebatidos em aspectos da forma e da morfologia urbana, principalmente.

Referente as áreas da região Sudeste provenientes de uma expansão desenfreada, e portanto, mais periféricas em relação ao todo, está presente representando a modalidade dos condomínios horizontais de alto padrão, o Portal do Sol Green e Portal do Sol Garden (figura 56 e 57), antigo Residencial Goiânia Golfe Clube de 2005, relançado em 2011 com essa definição, fruto de negociações para melhor atratividade e funcionamento do empreendimento pelo Grupo Portal do Sol - G4 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (BRITO, 2015). Os condomínios possuem juntos uma área equivalente a 3,78 quilômetros quadrados, com centenas de lotes destinados a residências e espaços de uso comum, como piscinas, quadras, pista de caminhada, playgrounds, horta comunitária, quiosques e um bosque privativo com trilhas ecológicas, como é divulgado pelo próprio empreendimento. A preocupação em oferecer uma solução “temática” ao condomínio Goiânia Golfe Clube busca atingir o

imaginário das classes sociais em ascensão, traduzindo valores de excentricidade e sofisticação do esporte, sendo portanto um nome atraente e afinado com o marketing, apesar de não haver nenhuma relação com a cultura brasileira, quanto mais goianiense.

Figura 56 - Delimitação dos condomínios Portal do Sol Green e Garden.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

Figura 57 - Empreendimentos Portal do Sol Green e Garden.





Fonte: TGAR11 (2020).

Os terrenos desses empreendimentos têm valor de mercado em cerca de R\$ 540,00 o metro quadrado e as residências são encontradas pelo valor aproximado de R\$10.000,00 o metro quadrado, levantados de acordo com a Lei Complementar 344/2021 (CTM) e Lei 9704/2015 (Planta de Valores Imobiliários - PGV) da Prefeitura Municipal de Goiânia e em sites de divulgação de imóveis vendidos pelo mercado imobiliário. Portanto, trata-se de uma ocupação com elevados custos, orientada para as classes mais altas da sociedade usufruírem, inclusive sobre o *marketing* de um lugar afastado dos aglomerados urbanos mais consolidados e “caóticos”, reforçado pela implementação de um clube de golfe e do isolamento pelos moldes dos subúrbios habitados apenas pelas classes mais abastadas. Dentro delas compreende-se todas as faixas etárias, em média altos índices de escolaridade e renda ou pessoas que ocupam algum espaço de poder e possuem status e prestígio social. O último levantamento feito pela prefeitura da cidade apontou uma população de 275 habitantes nos condomínios, em 2013, haja visto que essa é uma contagem que dez anos depois já deve ter sido superada.

As formas e morfologias urbanas que traçam a existência dos condomínios Portal do Sol Green e Garden remetem aos condomínios horizontais luxuosos, compreendidos em sua maior parte por residências unifamiliares e individuais, geralmente térreas ou no máximo com dois pavimentos, bem estruturadas, projetadas, com acabamentos requintados e contemplando o uso do terreno para a ocupação da construção, mas resguardando áreas para permeabilidade e opções de lazer (como varandas gourmet, piscinas, etc.). Enquanto representantes dessa tipologia dos condomínios seguem a lógica de residências sem a presença de barreiras físicas frontais, como os muros, tornando-se abertas e com contato direto com o passeio público (embora privado, quando estão dentro de um espaço murado em outras circunstâncias, como é típico desses espaços) e de pouca interferência topográfica para evitar bruscos rompimentos na paisagem construída.

Com base no mesmo levantamento feito pela prefeitura em 2013, a densidade média para esses condomínios foi vista como 72,69 habitantes por quilometro quadrado. Os traçados deles demarcam uma malha urbana com características desconectadas do tecido urbano total da cidade, provocado pela descontinuidade do perímetro urbano, mas também da sua implantação na área, com quadras retilíneas e curvilíneas, de dimensões variadas, mas com lotes padronizados (em sua maioria) com 420 metros quadrados e dimensões de 14 metros por 30 metros. As quadras já possuem ocupação significativa, mas em comparação a outros condomínios, estes por alguns motivos, ainda possuem maior quantidade de lotes vagos. São vislumbrados pontos como calçadas apropriadas, pavimentação, áreas permeáveis, árvores, jardinagem, etc.

A infraestrutura básica ocorre de maneira que as unidades são atendidas com iluminação pública, energia elétrica, água, esgoto, entre outros, além de desfrutarem de áreas contemplativas e espaços de lazer em abundância, em destaque para o imenso clube de golfe (incorporado como proposta base e marcante desse empreendimento). A prioridade quanto ao acesso é feita pelo uso de automóveis individuais, haja vista a distância com as demais áreas da cidade, mas com o bônus da proximidade com a rodovia GO-020 que facilita os deslocamentos nesse sentido, assim como quase sempre estimulado para a modalidade dos condomínios. Por outros modais, como o transporte público e coletivo, se recai na questão da falta de pontos e linhas de ônibus, promovendo as desigualdades, uma vez que os usuários que dependem dessa alternativa não são os moradores, mas sim os funcionários do condomínio ou das residências incorporadas a eles. Por outro lado, o acesso criado e diretamente vinculado à rodovia GO-020, interfere como uma barreira de velocidade no seu ambiente, tentando resguardar as áreas delimitadas do condomínio-jardim das ações padrões de uma rodovia de fluxo intenso e movimentado.

Para demonstrar que a periferização da região atinge e mantém o padrão de ocupação diverso, é visto tanto os condomínios mencionados anteriormente, como agora o bairro popular Residencial Brisas do Cerrado (figuras 58 e 59), sendo um bairro planejado e diferente dos demais, em 2010 pela Terreno Empreendimentos Imobiliários e PDG, nas margens da cidade, bem próximo à Aparecida de Goiânia (ROMACHELI, 2018). Tem essa classificação de planejado, pois foi feito para ter o sentido de uma ocupação diferente, que mesmo sendo um bairro aberto, suas quadras são como pequenos loteamentos fechados com residências seriadas, mescladas com quadras convencionais (com construções individualizadas e independentes) e também com áreas destinadas a usos públicos, como praças, escolas, entre outros. Com uma área de aproximadamente 460 mil metros quadrados e 703 unidades destinadas a habitação, o bairro é considerado consolidado, com boa ocupação, mas tendo alguns vazios e lotes desocupados (principalmente as quadras que não foram contempladas com o formato de loteamento fechado).

Figura 58 - Delimitação do Residencial Brisas do Cerrado.



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 59 - Caracterização do bairro Residencial Brisas do Cerrado.



Fonte: Moradores do Residencial Brisas do Cerrado (2013).

Os lotes são menores que os encontrados nos bairros mais antigos, justamente por oferecerem facilidade na aquisição com a redução de valor, girando em torno de 270 metros quadrados, valendo cerca de R\$270,00 reais o metro quadrado, e quando construídas, residências alcançam valores médios de R\$2.500,00 reais o metro quadrado, de acordo com a Lei Complementar 344/2021 (CTM) e Lei 9704/2015 (Planta de Valores Imobiliários - PGV) da Prefeitura Municipal de Goiânia e pesquisa de campo com o mercado imobiliário. É um bairro planejado, organizado e bem estruturado, mas não está próximo (especialmente) aos condomínios de alto padrão, por isso são destinados a uma parcela economicamente inferior, geralmente entre as classes baixas e médias. Quando levantado pela Prefeitura em 2013, o bairro tinha 346 moradores, mas é notório um aumento significativo dessa parcela populacional, visto que na última década o bairro cresceu e se desenvolveu, tendo elevada ocupação e por consequência sua equivalência demográfica.

As residências seriadas do Brisas do Cerrado têm um padrão de repetição adotado pela incorporadora, com habitações unifamiliares térreas de cerca de 47 a 53 metros quadrados, com implantações similares nos lotes (em seu meio), deixando recuos frontais e posteriores, tanto para acesso (garagem) como para áreas verdes/quintais, respectivamente. O padrão construtivo é médio, completamente acabadas e com telhado aparente. No meio das quadras (enquanto conjuntos residenciais) as calçadas são pavimentadas, em boa situação e ainda adquirem nos conjuntos espaços de lazer, com quadra de esportes, churrasqueira, pomar, etc. As quadras “abertas” são as que ainda não têm tanta ocupação e consolidação, mas apresentam um padrão diversificado de edificações e possibilidade de usos, sendo residências térreas, mas maiores (haja visto lotes mais generosos), que embora populares, seguem com qualidades relativamente superiores à de outros bairros da categoria, como o próprio Jardim Mariliza.

A densidade média, baseada no mesmo estudo da população, em 2013, para o bairro, identificou uma proporção de 752 habitantes por quilometro quadrado. O desenho do bairro, por ser planejado, optou pelo aproveitamento do formato das quadras orientadas pela área de implantação, mas seguem com um traçado ortogonal e ortodoxo, com quadras retilíneas e em alguns casos com formatos mais orgânicos, de dimensões médias em torno de 185 por 50 metros e lotes de 11 metros de testada por 25 metros de comprimento.

O bairro, por ser consolidado, embora periférico, conta com a infraestrutura urbana básica a disposição, sendo seus maiores problemas a acessibilidade e conexão com as demais partes da cidade. Embora tenha acesso validado pelos transportes individuais e coletivos, seu distanciamento provocado pelo espraiamento e expansão urbanas é sentido, sendo curiosamente, o bairro mais afastado da região Sudeste, ficando cerca de vinte e quatro quilômetros de distância do centro da capital.

Essa situação colocada pela pesquisa busca evidenciar não as relações que um bairro e um condomínio de realidades diferentes dinamizam em um mesmo espaço implantados, pelo contrário, é uma outra manifestação periférica utilizada pela urbanização da cidade de Goiânia e encontrada como um padrão na região Sudeste. Trata-se, dessa vez, de ocupações diferentes nas franjas e margens do perímetro urbano da cidade, condicionando a realidade de uma dupla periferização, tanto feita pelas e para as classes mais altas, com os condomínios horizontais distribuídos cada vez mais distantes, como ainda, até a atualidade, bairros populares, condizentes as classes mais baixas também direcionando para essa prática de alojamento em áreas distantes em relação ao centro urbano.

O bairro Residencial Brisas da Mata, por sua vez, está mais direcionado ao processo de periferização comum, pioneiro e geral, mas como visto, adotado até a contemporaneidade, na busca por terras menos valorizadas, colaborando para o estigma da realidade das periferias (VANCONCELOS; CORREIA; PINTAUDI, 2013), pois a estruturação urbana brasileira ainda bebe na fonte da dinâmica centro-periferia, tendo a urbanização, na prática, provocado a instalação dos ricos no centro e dos pobres nas periferias. Mesmo que o Brisas da Mata tenha características diferentes das ocupações ou invasões ilegais e dos primeiros conjuntos e loteamentos habitacionais, sua lógica, em perspectiva da realidade paralela com os condomínios é essa, ter o intuito de afastar essa parcela da população para as partes mais distantes da cidade, pois ainda mais quando planejado e não espontâneo, reforça-se a intenção de exclusão, como retrata Marisco (2020), posicionando onde determinada parcela da população pode ter condições de habitar e automaticamente a isolando, segregando e excluindo.

Em contrapartida, de forma concomitante, outra realidade é imputada a essa periferização da região Sudeste, tornando-a contraditória, ao passo que a existência dos condomínios horizontais de alto padrão como o Portal do Sol Garden e Green representam uma releitura e inspiração que a urbanização brasileira tem dos subúrbios americanos, traduzindo os espaços periféricos para opções de residir e usufruir de espaços que promovam um distanciamento das demais áreas da cidade, e por consequência do restante da população que não engloba as classes mais altas. Essa é a tipologia mais recente para as periferias contemporâneas, tendo os condomínios dado uma nova realidade, como diz Lago (2015), como alternativa de autosegregação. Esse processo é bastante complicado quando provoca no espaço e nas estruturas existências de exclusão, enobrecimento das áreas, expulsão e inacessibilidade de uma parcela que só tinha essas áreas como alternativa dentro da cidade, impulsionando uma periferização da periferização para elas (HOLSTON, 2013).

Esse caso do Garden e do Green, que inclusive antes eram unificados como um residencial de clube de golfe, tem essa prática na periferia seguindo o modelo de “bairros-jardins”, visto por Bógus (1992), construídos fora dos limites da cidade, cercados e completamente isolados, nitidamente presente

nessa realidade quando, para a execução dos respectivos condomínios, tiveram que alterar o perímetro urbano por anteriormente pertencerem a uma área rural. Se essa lógica não tiver controle do Estado ou de alguém, não será possível no futuro estabelecer nenhum limite urbano.

Por fim, tanto os enclaves periféricos exemplificados pela justaposição de um bairro e um condomínio coexistindo em uma mesma área ou por ambas tipológicas de ocupação serem mecanismos de impulsionamento da periferização e expansão contínuas, é claro dizer que é um retrato, visto em outras realidades, mas presente na região Sudeste de Goiânia, de uma dinâmica urbana voltada a construção social e capital do espaço. A análise obtida dentro desse contexto revela uma periferia que passou por uma fase consolidada, quando nos primeiros índices de expansão existiu a superação de barreiras e a região nasce de um primeiro início de expansão periférica da cidade. Tem também nos registros uma periferia em consolidação, lida quando houve um massivo e intenso sentido de ocupação, principalmente com a mudança da lógica e da criação de assentamentos diversos para serem implementados na área, bem como pelo impulso de centralidades e eixos de desenvolvimento. E disso, atualmente pode-se dizer que ainda se trata de uma periferia em expansão, notória a sua evolução nos dias de hoje, com tendências de crescimento e de mudanças e transformações espaciais de relevância para a perspectiva da cidade, e mais além, para a região metropolitana (LAGO, 2015).

3.4 | INFLUÊNCIA E RELAÇÃO METROPOLITANA DA REGIÃO SUDESTE E SUA OCUPAÇÃO ESPRAIADA E SEGREGADORA

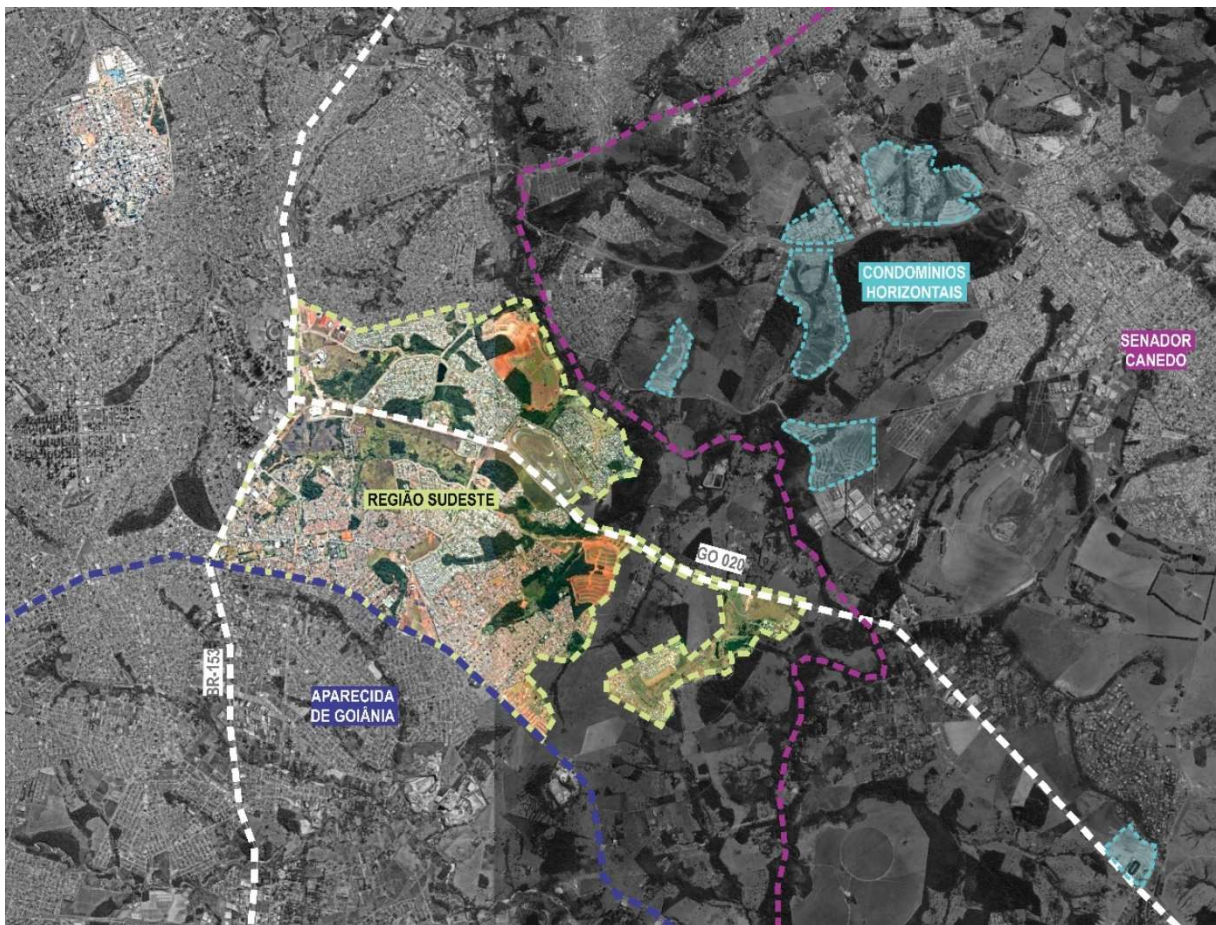
Se tem uma característica imputada a região Sudeste, e que hoje não pode ser desvinculada quando de sua análise, é a particularidade de articulação e direcionamento por meio da conurbação com municípios vizinhos integrantes da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Tal fato orienta para a singularidade que a região apresenta frente ao processo expressivo de metropolização, pautado na difusão e proximidade com áreas do município de Aparecida de Goiânia e como o seu desenvolvimento segue com tendências de encontro e conexão com outro município, a cidade de Senador Canedo.

Desde o princípio da sua ocupação, a região Sudeste foi se aproximando com a implementação dos primeiros bairros populares bastante próximos aos bairros semelhantes que se dão na divisa entre os municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, no entanto, para esse momento, a conurbação ainda ocorria com uma escala de bairros vizinhos, quase indiferentes se tivessem domínio de um município ou de outro e influenciados por uma dinâmica “natural” da metrópole que Goiânia estava se tornando com a integração de cidades próximas. Esses limites com Aparecida de Goiânia ainda são incrementados até as últimas atualizações da expansão urbana, de alteração do perímetro das cidades e incentivado

pela instalação de usos e atividades coletivas que promovem o acesso e intercambialidade entre os dois municípios nesse trecho da região. Percebe-se também a presença de verticalização, seja em torres isoladas e mais recentes, bem como nos conjuntos habitacionais com diversos prédios com alturas menos verticalizadas.

O grande dilema contemporâneo para as regiões metropolitanas, não sendo diferente em Goiânia e sua região Sudeste, é o da produção urbana estar sendo estruturada pelo mercado imobiliário, que força uma expansão territorial, surgem nelas os empreendimentos protagonizados pelos condomínios horizontais, voltados a uma parcela de classe média/alta da população, e tendo em vista a disponibilidade de áreas periféricas (como a região Sudeste) e as provenientes de uma região de possível conurbação, as incorporadoras procuram principalmente ambos os destinos, criando a tendência de um espraiamento com esse modelo de ocupação da terra e todas as questões sociais, econômicas, espaciais, ambientais e outras que essa prática acarreta (DE SOUSA, 2019).

Figura 60 - Processo de conurbação entre os três municípios.



Fonte: Google Earth (2023) - adaptado pelo autor.

O grande destaque no processo contínuo de metropolização, ainda em acontecimento, é o fato do lançamento dos condomínios horizontais, empreendimentos que por natureza demandam bastante

área territorial, e uma vez buscando se assentarem nas margens da cidade, provocavam inerentemente sua expansão, a superação de barreiras e limites municipais, criando uma tendência de união com a cidade de Senador Canedo (figura 60). Vale destacar que Senador Canedo também promove a mesma estratégia dos condomínios em suas periferias, seguindo a lógica de Goiânia e aumentando ainda mais as articulações das margens dos dois municípios. Os eixos viários, como é o caso principalmente da GO-020, corroboram significativamente para o desenvolvimento dessas áreas e tornam-se um ponto de atratividade para inserção dos condomínios, em virtude de corresponderem a interesses como o acesso facilitado por automóveis, sendo a mobilidade principal optada pelos usuários que os ocuparão. (RESENDE *et al.*, 2019).

O fenômeno que se dá pela ocupação extensiva dos condomínios (assim como outras alternativas de ocupação e usos) em torno da cidade mãe de uma região metropolitana, como o caso de Goiânia com Senador Canedo, é orientado pelo fluxo pendular das pessoas que moram em uma cidade e exercem suas atividades em outra. Essa realidade é facilitada em decorrência da proximidade e das condições que áreas descentralizadas proporcionam para receberem quase toda a gama de uma população urbana, que no entanto, provoca problemas de mobilidade e acentuadas desigualdades, como constata De Sousa (2019). Essas desigualdades são exemplificadas pela intensificação de atividades econômicas serem realizadas em um município diferente do de moradia.

Esse fator de metropolização, especificamente, gera para a região uma formação periférica pautada em espaços espraiados e segregadores. A primeira pontuação para essa caracterização da região Sudeste quanto sua conurbação com Senador Canedo, por exemplo, é o processo de gentrificação da periferia, como comenta Resende *et al.* (2019), quando a partir do momento que é promovido pelas cidades (tanto na esfera pública, como no setor privado) uma intensa e predominante ocupação de suas franjas por um modelo de empreendimento com um alto padrão, afeta com rapidez a valorização da terra, contribuindo para a propulsão das transformações socioespaciais, quando da inacessibilidade desses espaços por parte de uma população economicamente menos favorecida. E para além disso, com o domínio da tipologia dos condomínios horizontais de alto padrão recentes na região criando uma coexistência com diferentes padrões de ocupação, adquire-se graus de segregação socioespacial, quando essas modalidades não estabelecem quaisquer relações entre si (VILLAÇA, 2011).

Mesmo tendo discutido e levantado o fator da segregação socioespacial na região Sudeste provocada pelo processo de formação urbana da área voltada a ocupação de bairros populares em disputa com os condomínios fechados, a segregação tem uma visualização complexa, como aponta autores como Amaral e Amaral (2019), tendo em vista uma dificuldade de análise dessa abordagem em

um primeiro momento, e por isso entende-se a necessidade de oportunizar um olhar para o espaço urbano de Goiânia. Dessa maneira, é posto em investigação as “estruturas invisíveis” de segregação que esse contexto pode revelar.

Nesse sentido, pode-se ler as dinâmicas sob a ótica do “planejamento e seus esquecimentos (os lugares a ele invisíveis)” (AMARAL; AMARAL, 2019, p. 4). E mesmo tendo uma área com processos de urbanização por acontecer (as transformações ainda ocorrem com significativa expressão) na atualidade, alguns pontos são válidos para acentuar seus efeitos.

Esta perspectiva pode lançar nova luz sobre uma série de fenômenos: a especulação imobiliária; as distorções do planejamento; os conflitos de interesse; a dinâmica das pressões demográficas, as pressões sobre o ambiente natural; o espraiamento do tecido urbano; as conurbações urbanas; e a justiça social (AMARAL; AMARAL, 2019, p. 4).

De modo que, as desigualdades foram visualizadas a partir das ocupações planejadas ou espontâneas, medidas em um primeiro momento com a régua do distanciamento das infraestruturas e das regiões de oferta de serviços, destacando desde sempre as marcas de uma segregação vislumbrada pelo posicionamento regional e demográfico, sendo assim, com características metropolitanas. Isso relata que historicamente a cidade de Goiânia, por ter porte de metrópole afirmada na atualidade, pede por uma contextualização mais ampla, tanto pelos estudos como pelas práticas legislativas e de estratégias de planejamento, como as que dão suporte na execução do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia.

A perspectiva metropolitana, embora não tenha sido o alvo integral dessa pesquisa, além de contextualizar as análises e acrescentar vieses de investigação para a região de estudo, demonstra a possibilidade de continuação e a abertura de novas pesquisas, partindo das variáveis e dos caminhos complexos que a segregação socioespacial é apresentada em uma região periférica e ainda mais em uma região metropolitana (na ideia das apropriações intermunicipais), tanto quanto nas dinâmicas sociais, econômicas e de gestão. Poderiam ser consideradas, como Amaral e Amaral (2019) visualizaram, os padrões de determinadas populações ocupando esses espaços; as relações espaciais mantidas (ou não) entre eles; as delimitações das desigualdades encontradas com uma ótica geográfica ou para além das estruturas físicas; e até as funções que essas áreas adquirem e exercem sobre o espaço urbano e metropolitano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS |

O propósito do trabalho, em investigar as transformações urbanas na região Sudeste de Goiânia quanto a produção dos seus espaços, identificou um processo de formação de periferias destinado a uma realidade pautada na segregação socioespacial, evidenciada pela presença de espacialidades como os condomínios horizontais de alto padrão ocupando as bordas da cidade junto a outras modalidades de bairros populares, compondo um crescimento para Goiânia orientado pela ocupação de distintas classes sociais, e portanto, disparidades, desigualdades e registros incoerentes nesta urbanização.

Para tanto, com discussões abrangentes, naturais do perfil de pesquisas do universo urbano, a pesquisa destacou relações interessantes presentes na urbanização brasileira, por meio dos elementos e espaços que a constituem. Esse processo da difusão das cidades se apresentou, sobretudo, nos séculos XIX e XX, com as primeiras posições de grandes centros urbanos no cenário nacional, como o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, e orientaram esse comportamento como um padrão para as demais regiões do país, atingindo a cidade de Goiânia, planejada há quase um século, mas com a presença marcante das estruturas urbanas tradicionais. Essas dinâmicas correspondem na pesquisa a uma tríade de análise e também de construção do espaço urbano, orientada pela presença dos centros, das centralidades e das periferias.

As centralidades, desse modo, assumem os primeiros papéis de articuladores e a personificação de uma realidade urbana em um contexto citadino, e dada a dinamicidade e contemporaneidade se transforma ou assimila seus espaços, gerando transformações e mutações urbanas devido ao fluxo, a pulverização de usos para espaços cada vez mais diferentes e descentralizados, até mesmo conseguindo atingir as periferias, condizentes ao processo de periferização, relativos as áreas mais distantes, expandidas e espraiadas que o desenvolvimento urbano impulsiona. Esse fenômeno é resumido pela prática geral de centro-periferia, proporcionando uma percepção característica das cidades de se expandirem por meio de um movimento centrífugo.

Todo esse contexto e práticas urbanas acarretaram no tema principal de debate, que é a segregação socioespacial urbana ocorrida na maior parte das cidades, trazendo uma realidade associada principalmente à periferização, acentuada pioneiramente no deslocamento das classes mais baixas para as partes mais distantes da cidade, ou seja, para os limites do perímetro urbano e distantes da infraestrutura central, criando portanto periferias pobres e estigmatizadas. A contemporaneidade demonstrou uma alteração dessa perspectiva, ao passo que as periferias, ainda espaços de segregação,

não contavam apenas com a realidade de escassez econômica, mas vivia um tempo em que outras classes mais abastadas se interessavam em ocupá-las, muito em virtude de um processo de fuga dos espaços centrais e como mecanismo de autosegregação, isolamento e ocupação das principais estruturas que materializam essa prática, os condomínios horizontais.

Essa principal dinâmica é o que influencia chamar esses espaços de enclaves periféricos de segregação socioespacial, capazes de evidenciar as marcas de desigualdades presentes em um mesmo espaço, ilustradas pela disputa e ocupação justapostas de dois principais espaços como os condomínios luxuosos e os bairros populares se assentando em uma mesma região.

Goiânia, por propiciar uma visualização clara das dinâmicas mencionadas, foi escolhida como a cidade pano de fundo para os rebatimentos, demonstrando que mesmo relativamente nova no cenário nacional e desde seu planejamento e efetiva construção, já tem acentuados processos de crescimento e expansão urbana, principalmente a partir da década de 1970, demonstrando sua rápida (em poucas cinco décadas) capacidade de desenvolvimento, crescimento e metropolização, acrescentados pelos fortes índices de segregação socioespacial nesse processo, denotando inúmeros dilemas e contradições. A cidade teve uma prática de crescimento populacional acelerado somado a ausência do Estado e protagonismo da iniciativa privada no controle do planejamento da cidade, que sumariamente correspondeu a explosão de loteamentos e glebas para o centro expandido e em pouco tempo para as periferias, promovendo a expansão quase a todo momento, sempre com a indagação de assentamentos de moradias para as classes de trabalhadores, mas como oportunismo de urbanização de áreas e valorização da terra por traz dessas justificativas. Os investimentos também eram feitos pelo poder público e privado, como infraestruturas básicas para novas regiões, vias de transporte e equipamentos urbanos para os variados usos, de comércio, lazer, entre outros. Tudo isso corroborou para o surgimentos de áreas e uma estruturação espalhada da cidade, inclusive acarretando o surgimento da região Sudeste, enquanto objeto de estudo da pesquisa.

A região Sudeste foi mais uma, entre tantas, que surgiu em virtude do impulsionamento da expansão urbana e da criação e incorporação de mais áreas afastadas para o perímetro da cidade, tendo sua formação pioneira com os bairros populares, nas primeiras décadas de existência, por volta de 1950 a 1990, com a promoção de loteamentos, conjuntos habitacionais e ocupações irregulares, e somente mais tarde, após a década de 1990 que a realidade é transformada com a início de uma nova dinâmica, a da implantação dos condomínios horizontais.

Dentro do contexto da cidade, a região Sudeste, que até pouco tempo era escassa ou mesmo discreta, nos últimos anos veio apresentando um potencial dentro das dinâmicas urbanas

contemporâneas, sobretudo com grande destaque na presença de usos alternativos, e portanto geradora de centralidades, com a presença de equipamentos importantes que movimentam a região e incorporam e catalisam essa localização como um forte atrativo de investimento, crescimento e ocupação. Essa mesma capacidade a transforma em uma região periférica em consolidação, ao passo que o interesse está orientado às práticas de expandir e incorporar novas áreas a ela, tanto na difusão de assentamentos para as classes mais baixas (sempre na tentativa de colocação dessa parcela em regiões distantes, carentes e com pouco valor), bem como para o assentamento dos condomínios horizontais, que enxergaram nos últimos anos a região como um ponto de estabelecimento desses espaços, provocando processos de conurbação e metropolização.

Esse último fato é notório e de destaque para a região, posicionando-a como uma periferia em contradição, a partir do momento que se apropria de dois modelos socioespaciais diferentes na sua ocupação, revelando as desigualdades e diferenças no tecido e nas relações urbanas, correspondentes a rupturas e descontinuidades no espaço promovidas pelos aspectos da segregação. É representativo e visto como a região se caracteriza com bairros populares (remanescentes e ainda em constante execução) com os condomínios horizontais de alto padrão (recentes, mas bastante incorporados à realidade do lugar). Essa situação vai corresponder para a região se enquadrar com os enclaves periféricos de segregação socioespacial.

Esses enclaves foram interpretados com duas situações capazes de exemplificar práticas padronizadas no processo de ocupação e na contínua consolidação da região, que se direciona para os enclaves enquanto espaços de disputa, nítidos contrastes e discrepâncias representados pelas limitações e confrontações dos condomínios Jardins Antenas e Paris na vizinhança lindeira do bairro popular Jardim Mariliza, propiciando uma clara diferenciação socioespacial na justaposição de dois espaços distintos em diversas escalas, seja a social, econômica, cultural, urbanística, paisagística e espacial, revelando uma proximidade física inversamente proporcional às distâncias sociais. A outra situação posiciona um aspecto da periferização, elencando os condomínios Portal do Sol Green e Garden e o bairro popular Residencial Brisas do Cerrado, como estruturas, que embora com as diferenças socioespaciais, ocupam uma posição de periferização que a região enfrenta, colaborando para a marginalização de espaços diferentes e portanto periferias heterogêneas e cada vez mais distantes e espraiadas.

Vale o destaque de denotar para a região Sudeste sua posição enquanto periferia com fortes manifestações de segregação e espraiamento, principalmente por influência da onda de metropolização, tendo em vista sua capacidade de articulação e tendência de vínculo e conurbação com municípios de

divisa, como o caso de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, que também contam com essa realidade para a difusão dos seus próprios processos urbanos. Isso traz uma relevância e uma abrangência maior para a atuação da região Sudeste enquanto objeto de estudo, e ainda mais como possibilidade de continuação e complementação da pesquisa, incorporando essas relações da periferização e da segregação voltadas para um cenário além dos limites de uma região da cidade, dessa vez orientada para uma escala metropolitana.

REFERÊNCIAS |

- AMARAL, Ernesto F. de L.; AMARAL, Camilo V. de L. Estruturas invisíveis de segregação na região metropolitana de Goiânia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 36, e0089, p. 1-31, 2019.
- BELLORIO, Grazielli B. **Adensamento e verticalização nos Planos Diretores (1968-2007)**. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.
- BERNARDES, Genilda D.; CAMPOS, Francisco I. Goiânia: Sociabilidade na Periferia. **Ciências Humanas em Revista**, v. 2, n. 1. Ed. UFG: Goiânia, 1991
- BERNARDES, Genilda D.; SOARES JR., Ademar A. S. Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia. **Sociedade e Cultura**. [S. l.], v. 10, n. 2, p. 209-225, 2007.
- BEZERRA, Maria do C. de L.; CAVALCANTE, Cláudia V. O Plano Diretor e os elementos formadores de novas centralidades intraurbanas. **Ciência & Trópico**, v. 33, n. 2, p. 219-241, 2009.
- BÓGUS, Lúcia M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BÓGUS, L. M., WANDERLEY, L. E. (orgs). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BRITO, Lorena C. **A expansão urbana de Goiânia e instrumentos de gestão: um enfoque sobre a Região Sudoeste**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. ed. 34. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMPOS, Roberto C. **Não-lugares: condomínios horizontais fechados em Goiânia (1990-2006)**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **A questão urbana**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2001.
- CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. 2 ed. São Paulo: Editoria Ática, 1993.
- COSTA, Heloisa S. M. **Novas periferias metropolitanas - a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Editoria C/Arte, Belo Horizonte, 2006.
- DA SILVA, Rosana F. **Condomínios Horizontais Fechados em Goiânia: Um caso - Privê Atlântico**. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

- DA SILVA, William R. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação (Online)**. [S. l.], v. 1, n. 8, p. 107-115, 2001.
- DE SOUSA, Gabriela V. **Condomínios horizontais fechados e a fragilidade das normas urbanísticas na Região Metropolitana de Goiânia**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais e Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- DOS SANTOS, Carlos N. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. In: **Anais do Simpósio de Estudos do Planejamento Urbano e Habitacional**. Rio de Janeiro. PUC-NEURB, 1978, p. 49-78.
- DUARTE, Jhonier S. S.; MAHLER, Christine R.; REZENDE, Wagner de S. Os efeitos das “novas centralidades” no espaço urbano de Goiânia. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 10, n. 81, p. 60-73, 2022.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- GOULART, Jefferson O.; GONÇALVES, Camila de O. Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 17, n. 1, p. 41-59, 2019.
- GUIMARÃES, Leandro da S. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **GeoTextos**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 13-35, jul. 2016.
- HARVEY, David. Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. In: PEEL, R.; CHISHOLM, M; HAGGETT, P. (ed.). **Processes in Physical and Human Geography**. London: Heinemann, 1975, p. 354-369.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JAPIASSÚ, Andressa T.; LINS, Dulce B. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. [S. l.], v. 02, n. 13, p. 15-25, 2014.
- LAGO, Luciana C. do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOPES JR., Wilson M.; SANTOS, Regina C. B. dos. Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 351-359, dez. 2009.
- LUCAS, Edinardo R. **Cidades na cidade: habitação e produção do espaço urbano em Goiânia**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.
- MACEDO, José E. R. **Condomínios horizontais fechados: desqualificadores do espaço público? O caso de Goiânia**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

- MANSO, Celina F. A. **Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento**. Goiânia: Seplan, 2004.
- MARISCO, Luciane M. de O. Revisitando autores sobre os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do espaço urbano. **Revista Contexto Geográfico**, Alagoas, v. 5, n. 9, p. 45-56, 2020.
- MEDEIROS, Valério A. S. de. As cidades labirinto: a configuração espacial em assentamentos brasileiros. In: HOLANDA, Frederico de (Org.). **Ordem e desordem: Arquitetura & vida social**. Brasília: FRBH Edições, 2012.
- MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- NASCIMENTO, Diego T. F.; OLIVEIRA, Ivanilton J. de. Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia-GO. **GEOgraphia**, v. 17, n. 34, p. 141-167, 2015.
- OJIMA, Ricardo. **A dicotomia centro-periferia em discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão nas aglomerações urbanas metropolitanas**, In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.
- OLIVEIRA, Adão F. de. Goiânia Heterotópica: a integração excludente. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 01-20, 2004.
- PANTALEÃO, Sandra C.; TREVISAN, Ricardo. A Cidade Planejada e a Cidade Construída: entre Paradigmas Modernos e Híbridos Contemporâneos. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, p. 1-20, 2011.
- PANTALEÃO, Sandra C.; VILARINHO, Luana C.; MARTINS, Ana C. P. Uma perspectiva historiográfica de Goiânia: dinâmicas territoriais e estruturação urbana. **VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, p. 1-16, 2020.
- PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 182-190.
- RESENDE, Sandra. C. P. et al. Da Vila Redenção ao Condomínios Horizontais Fechados: Sprawl Urbano, especulação imobiliária e cidade-região na Região Sudeste de Goiânia. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB**, Vitória, v. 1, p. 665-684, 2019.
- RIBEIRO, L. C. Q. Incorporação imobiliária: características, dinâmicas e impasses. In: RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO S. (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 105-118.
- RIBEIRO, Maria E. J. **Infraestrutura verde, uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares: por um planejamento urbano ecológico para Goiânia**. 2010. 374 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RITTER, Carlos; FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. Novo conceitual para as periferias urbanas. **Revista Geografar. Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia**. Curitiba, 2009.
- RODOVALHO, Marcia O. Análise do Planejamento Urbano e Efetividade dos Planos Diretores de Goiânia. 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008.

ROMACHELI, Angelica de A. **A (des)construção da caminhabilidade: o boom imobiliário e a produção do espaço público em Goiânia (2007-2015)**. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROSA, Thaís T. Pensar por margens. In: JACQUES, P. B; PEREIRA, M. da S. (orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo 1 - modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 179-204.

RUFINO, Mara B. C. Reestruturação do setor imobiliário e mudanças no padrão espacial de reprodução do capital: a produção imobiliária como elemento central na reconfiguração das cidades brasileiras. In: **XV Encontro da ANPUR ENANPUR**, 2013, Recife. Anais do XV Encontro da ANPUR ENANPUR, 2013.

SANTORO, Paula F. O desafio de planejar e produzir a expansão urbana com qualidade: a experiência colombiana dos planos parciais em Bogotá, Colômbia. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 91-115, mai. 2011.

_____. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SERPA, Ângelo. **Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.

SILVA, Elizabeth P. **A nova relação centro-periferia: reflexões a partir do município de Duque de Caxias (RJ)**. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SPÓSITO, Maria E. B. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. In: SPÓSITO, Maria E. B. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

_____. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro, L. (org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.

TESSARI, Leandro M. Dinâmica centro-periferia e estrutura urbana no contexto das aglomerações não-metropolitanas no interior do estado de São Paulo: o caso de Araraquara/Américo Brasiliense. **Geoambiente On-line**, Jataí, n. 20, p. 27-43, jan./jun. 2013.

TRAMONTANO, Marcelo P.; REGINALDO, L. **Habitação contemporânea na cidade de São Paulo: evolução recente de algumas tipologias**. São Carlos, SP: Ghab, 1999.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. 2009. 314 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-37.

VASCONCELOS, Pedro de A.; CORREA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana L. H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3. ed. Barueri: Manole, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

_____. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. Campo Grande, jun. 2000, p. 1-16.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

ZÁRATE, Halina V. e; PANTALEÃO, Sandra C. A condição urbana contemporânea de Goiânia. In: **Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto – Forma Urbana: Rupturas e Continuidades**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 534-553, 2014.

ZECHIN, Patrick Di A. V. **Sobre a dimensão espacial da desigualdade socioeconômica urbana: um estudo sobre cinco cidades brasileiras**. 2014. 376 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ZECHIN, Patrick Di A. V.; HOLANDA, Frederico R. B. de. Atributos espaciais da desigualdade nas grandes cidades brasileiras: uma relação entre segregação e morfologia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, n. 44, p. 55-78, 2019.

